

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGPOL)**

**DO BAIXO CLERO AO PLANALTO: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR
BOLSONARO NA IMPRENSA (1991-2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada
para obtenção do título de Mestre em
Ciência Política pelo programa de
Pós-Graduação em Ciência Política da
Universidade Federal de São Carlos.

André Carlos Zorzi Freire da Silveira

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gleidylucy Oliveira da Silva

São Carlos
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Relatório de Defesa de Dissertação

Candidato: André Carlos Zorzi Freire da Silveira

Aos 27/02/2025, às 14:30, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, a defesa de dissertação de mestrado sob o título: Do baixo clero ao Planalto: construção da imagem de Jair Bolsonaro na imprensa (1991-2018), apresentada pelo candidato André Carlos Zorzi Freire da Silveira. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva
Profa. Dra. Simone Diniz
Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes

Função	Instituição
Presidente	UFSCar
Titular	UFSCar
Titular	CEFOR

Conceito
Aprovado
Aprovado
Aprovado

Resultado Final
Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora*:

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Gleidylucy Oliveira da Silva, representante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva

Representante do PPG: Gleidylucy Oliveira da Silva

Profa. Dra. Simone Diniz

Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Gleidylucy Oliveira da Silva, Simone Diniz, Cristiane Brum Bernardes e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Documento assinado digitalmente



GLEIDYLCY OLIVEIRA DA SILVA
Data: 07/04/2025 15:37:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva

(X) Não houve alteração no título () Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Observações:

a) Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

b) Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Ciência Política, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato André Carlos Zorzi Freire da Silveira, realizada em 27/02/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Gleidylucy Oliveira da Silva (UFSCar)

Profa. Dra. Simone Diniz (UFSCar)

Profa. Dra. Cristiane Brum Bernardes (CEFOP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

RESUMO. Este trabalho visa analisar como Jair Bolsonaro construiu sua imagem pública a partir de suas aparições na imprensa enquanto foi deputado federal. Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em 2018 após uma trajetória de 27 anos como deputado federal, mas sem controle significativo de poderes políticos institucionais em sua trajetória no Congresso. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a visibilidade pública acumulada para a campanha de 2018 vem então de suas estratégias comunicacionais ao longo de sua carreira como deputado. Assim, analisamos suas aparições na imprensa (jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo) entre 1991 e 2018, de forma a escrutinar se (a) houve diferenças significativas sobre os temas pelos quais Bolsonaro figurou na imprensa ao longo do tempo; (b) Bolsonaro usou a estratégia de abordar mais os assuntos que lhe dessem mais visibilidade; e (c) Bolsonaro mudou o teor de seu discurso a partir do momento em que expôs a intenção de concorrer à presidência. Partimos ainda do pressuposto de que as imagens públicas são relevantes na conformação da competição eleitoral, mas também um importante capital político durante os mandatos. Conclui-se que tanto os temas pelos quais Bolsonaro apareceu na imprensa, quanto o teor de boa parte de seu discurso passaram por diferenças significativas ao longo do período que engloba seus mandatos, com indícios de que o político buscou abordar mais frequência assuntos que lhe dessem mais visibilidade. Bolsonaro também teve maior exposição nos veículos quando se envolvia em polêmicas e, em alguns casos, quando havia repercussão de participações do deputado na TV, aproveitando, como um ator político racional, os mecanismos de funcionamento da imprensa escrita brasileira para manter sua imagem pública em evidência ao longo dos mandatos.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições; Jornalismo; Jair Bolsonaro; Trajetória; Imagem Pública

ABSTRACT. This paper aims to analyze how Jair Bolsonaro built his public image based on his appearances in the press while he was a congressman. Bolsonaro was elected president of Brazil in 2018 after a 27-year career as a congressman, but without significant control of institutional political powers during his career in Congress. In this sense, we assume that the public visibility accumulated for the 2018 campaign comes from his communication strategies throughout his career as a deputy. Thus, we analyzed his appearances in the press (including newspapers O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo) between 1991 and 2018, in order to scrutinize whether (a) there were significant differences in the topics for which Bolsonaro appeared in the press over time; (b) Bolsonaro used the strategy of addressing more the topics that gave him more visibility; and (c) Bolsonaro changed the content of his speech from the moment he expressed his intention to run for president. We also assume that public images are relevant in shaping electoral competition, but also an important source of political capital during terms in office. We conclude that both the topics on which Bolsonaro appeared in the press and the content of much of his discourse underwent significant changes throughout the period encompassing his terms in office, with indications that the politician sought to address issues that would give him greater visibility more frequently. Bolsonaro also had greater exposure in the media when he was involved in controversies and, in some cases, when there was repercussion from the deputy's appearances on TV, taking advantage, as a rational political actor, of the functioning mechanisms of the Brazilian written press to maintain his public image in the spotlight throughout his terms in office.

KEYWORDS: Elections; Journalism; Jair Bolsonaro; Trajectory; Television; Public Image

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço aos docentes e funcionários da UFSCar e do PPGPOL, em especial à minha orientadora, Lucy Oliveira, e aos professores com quem tive mais contato durante o curso: Simone Diniz, Gabriel Casalecchi e Maria do Socorro Braga.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

Ao grupo DECOS.

À família e aos amigos pelo apoio durante todo o processo: Alvaro, Annair, Arthur, Beatriz, João, Tania, Jennyfer, Somália, Silvinha, Luiz Felipe de Oliveira, Serline Coelho, Carlos Daniel Vallada e Rafael Murrer.

Aos colegas que acompanharam minha trajetória neste mestrado: Alexandre Nogueira, Gabriel Baldan, Victor Coelho, André Buna, Carol Vaquera, Murilo Pradella, Johnny Daniel.

Aos jornalistas, funcionários e trabalhadores do acervo do Estadão e da Folha.

Aos autores citados nesta dissertação.

Ao Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cartaz com gravura de cachorro na porta do gabinete do deputado federal Jair Bolsonaro.....	48
Figura 2: Imagens criticando o presidente FHC no gabinete do deputado Jair Bolsonaro.....	49
Figura 3: Adesivo no gabinete de Jair Bolsonaro com slogan “Brasil acima de tudo”.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Presença de reportagens citando Jair Bolsonaro organizadas por pautas conforme proposto por Nascimento et al (2018).....	41
Gráfico 2 - Matérias analisadas em Folha e Estadão por Nascimento et al (2018).....	42
Gráfico 3 - Total de citações a Jair Bolsonaro nas capas de Folha e no Estadão.....	51
Gráfico 4 - Distribuição de menções a Bolsonaro nas capas de Folha e Estadão.....	59
Gráfico 5 - Distribuição de editoriais citando Bolsonaro na Folha e no Estadão.....	62
Gráfico 6 - Distribuição de colunas citando Bolsonaro na Folha e no Estadão.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aparições de Jair Bolsonaro em programas de entretenimento na TV.....	44
Tabela 2 - Tipos de programas de entretenimento que Bolsonaro apareceu na TV.....	44
Tabela 3 - Emissoras em que Bolsonaro apareceu em programas de entretenimento.....	44
Tabela 4 - Menções a Bolsonaro nas colunas fixas da Folha.....	71
Tabela 5 - Menções a Bolsonaro nas colunas fixas do Estadão.....	71
Tabela 6 - Quantidade de aparições de Bolsonaro por colunista da Folha.....	71
Tabela 7 - Quantidade de aparições de Bolsonaro por colunista da Folha.....	73
Tabela 8 - Polêmicas envolvendo Bolsonaro repercutidas por Folha e/ou Estadão.....	77

SUMÁRIO

1. A imagem pública política: das eleições às campanhas permanentes.....	13
1.1. Imagem pública.....	13
1.2. Importância da visibilidade para a competição eleitoral.....	16
1.3. Democracias de público e candidatos comunicadores.....	17
1.4. Imagem pública e ação racional.....	19
2. Jornalismo na democracia de público.....	21
2.1. Jornalismo como ator político e caixa de ressonância dos assuntos políticos.....	21
2.2. Importância do jornalismo (free media) para a formação da percepção da política.....	23
2.3. Jornalismo político no Brasil e alinhamento liberal-conservador.....	30
3. Metodologia e descrição da análise.....	34
3.1. Descrição Geral da Metodologia.....	34
3.2. Contexto: Jair Bolsonaro.....	35
3.2.1. O início de Jair Bolsonaro.....	35
3.2.2. O artigo em Veja - surgimento midiático de Bolsonaro.....	35
3.2.3. “Beco Sem Saída” - Nova aparição midiática e julgamento.....	37
3.2.4. A vida política de Bolsonaro - Mandatos como Vereador e Deputado Federal.....	39
3.2.5. Trabalhos acadêmicos sobre a trajetória de Jair Bolsonaro.....	43
3.2.6. O entretenimento na construção da visibilidade de Bolsonaro.....	47
3.2.7. Bolsonaro e as redes sociais.....	50
3.3. Jornais analisados.....	53
4. Bolsonaro na imprensa: Folha e Estadão.....	54
4.1. Jair Bolsonaro na Folha e no Estadão.....	54

4.2. Os mandatos de Jair Bolsonaro na imprensa.....	55
4.2.1. 1.º mandato (1991-1994).....	55
4.2.2. 2.º Mandato (1995-1998).....	58
4.2.3. 3.º Mandato (1999-2002).....	58
4.2.4. 4.ª Mandato (2003-2006).....	59
4.2.5. 5.º Mandato (2007-2010).....	60
4.2.6. 6.º Mandato (2011-2014).....	60
4.2.7. 7.º Mandato (2015-2018).....	62
4.3. Jair Bolsonaro nas capas de Folha e Estadão.....	62
4.4. Jair Bolsonaro nos editoriais - Geral.....	64
4.4.1. Editoriais do Estadão.....	66
4.4.2. Editoriais da Folha.....	70
4.5. Jair Bolsonaro nas colunas de Folha e Estadão.....	73
4.6. As polêmicas de Jair Bolsonaro com repercussão na imprensa.....	79
4.6.1. Bolsonaro x Jean Wyllys: polarizações na imprensa.....	89
4.6.2. A repercussão das aparições de Bolsonaro na TV pela imprensa na década de 1990...93	
4.6.3. Jair Bolsonaro e a Comissão de Direitos Humanos.....	96
4.7. Espaços diretos cedidos a Jair Bolsonaro pela Folha de S. Paulo.....	98
5. Considerações finais.....	101
6. Bibliografia.....	109

INTRODUÇÃO

Quando o deputado federal Jair Bolsonaro vence as eleições presidenciais de 2018 com um tempo ínfimo de TV, filiado a um partido de pouca expressão parlamentar e tendo ficado mais da metade do tempo de campanha hospitalizado, muitas dúvidas surgiram sobre as variáveis explicativas que poderiam auxiliar a compreender aquela competição e o que esse fato apontaria sobre a democracia brasileira. Seria essa eleição um “raio em céu azul”? Partindo do pressuposto de que a visibilidade importa para as eleições em contextos de democracia de público (Manin, 1995; 2013) esta dissertação busca analisar como foi construída a imagem pública do então deputado Jair Bolsonaro nos 27 anos que separam sua primeira eleição para a Câmara dos Deputados e a Presidência da República.

Partimos do pressuposto que o então deputado – que também não teve uma trajetória marcada pelo controle de poderes políticos e/ou institucionais no Congresso – investiu na visibilidade pública para garantir sua permanência e avanço nos anos de mandatos na política. Albuquerque (1999) aponta que a construção da imagem pública é um capital importante nos períodos eleitorais. Mas, aqui argumentamos que com o avanço da relevância dos *media* nas últimas décadas no campo político, a construção da imagem pública é um processo que se prolonga pelo mandato também. Manin (1993) argumenta, nesse sentido, que a relevância dos meios de comunicação implica na valorização por parte do eleitorado – e também dos partidos – de candidatos que saibam operar a lógica da comunicação ampla e acompanhar as transformações ocorridas no ecossistema de informação.

Interessante demarcar que o autor afirma isso antes mesmo do impacto da internet e do ambiente digital sobre a política, vastamente investigado na última década. Almeida (2021) ao acompanhar a performance dos deputados federais no Twitter chega a aventar que atualmente, no Brasil, se vive uma Twitocracia, dada a frequência com que representantes fizeram o debate público e político, além do anúncio de decisões governamentais, por meio dessa plataforma.

Assim, este trabalho tem como objeto a (re)constituição da imagem de Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política como deputado federal, com o objetivo de verificar a forma e a frequência com as quais ele foi retratado em veículos de comunicação, tendo como base o período entre fevereiro de 1991 e março de 2018. As datas se referem ao período em que Bolsonaro tomou posse como deputado federal pela primeira vez e o momento em que, em

seu sétimo e último mandato na função, deu início à campanha para disputar o cargo de Presidente da República na eleição de 2018.

Bolsonaro começou a ser alvo de uma maior quantidade de estudos acadêmicos especialmente a partir do momento em que começou a se consolidar, de fato, como um candidato à presidência - algo que surge com mais força a partir de 2016, quando seu nome começa a aparecer em pesquisas de opinião sobre potencial de voto e sua figura surge em manifestações contrárias ao então governo federal de Dilma Rousseff (PT).

O objetivo desta pesquisa é então contribuir com o debate no período escolhido a partir de dois dos jornais de maior circulação na imprensa brasileira, a saber: O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo (São Paulo), cujas tiragens e frequentes citações em outros veículos nos permitem considerá-los entre os maiores do país.

Para tanto, o período englobou desde o início do ano de 1991 até março de 2018 e foi realizada então a análise textual de notícias agregando e identificando os principais temas relacionados a Jair Bolsonaro nas matérias publicadas nos jornais.

A expectativa em relação aos resultados era encontrar pistas que demonstrassem inflexões na agenda de temas atrelados à sua imagem pública a partir de sua visibilidade, bem como levantar dados para contribuir com investigações sobre a forma com a qual a imagem de Jair Bolsonaro cresceu e tornou-se conhecida diante do público nos anos anteriores à sua eleição a presidente, em 2018. Potencialmente demonstrar suas ações como ator político utilizando, além de ferramentas de redes sociais, a própria imprensa como uma ferramenta para ampliar sua visibilidade e construir sua imagem de forma ordenada. Imprensa esta que, provavelmente, acabou por dar visibilidade a um parlamentar de forma não intencional, uma vez que muitos dos conteúdos que retratavam Bolsonaro eram publicados em tom crítico.

Essa dissertação mostra uma continuidade temática de Bolsonaro ao longo de seus mandatos no legislativo federal, o que pode ter contribuído para as suas reeleições. Mas, também, em determinados momentos, em especial a partir de 2011, algumas mudanças de seus posicionamentos acabaram por proporcionar a visão de utilidade para uma maior quantidade de eleitores, não apenas os já alinhados aos interesses militares, mas também em relação a um espectro maior em outros temas sociais.

Esta dissertação também escrutinou se (a) houve diferenças significativas sobre os temas pelos quais Bolsonaro figurou na imprensa ao longo do tempo (b) Bolsonaro usou a

estratégia de abordar mais os assuntos que lhe dessem mais visibilidade e (c) Bolsonaro mudou o teor de seu discurso a partir do momento em que expôs a intenção de concorrer à presidência.

Desta forma, este texto está dividido em 7 partes. A primeira faz um panorama a respeito de conceitos como imagem pública, democracia de público, ação racional e a competição eleitoral. A 2.^a parte remete a um aprofundamento maior no que diz respeito ao jornalismo, sua importância e relevância como ator político e como formador da percepção da política pelos leitores, assim como a respeito do desenvolvimento e consolidação do jornalismo no Brasil. A 3.^a parte se empenha na metodologia utilizada nesta dissertação, explicitando os jornais analisados (Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) e sua posterior análise de dados. Esta seção ainda traz um breve resumo a respeito da biografia de Jair Bolsonaro, mostrando brevemente a trajetória militar que o alçou à carreira política. A 4.^a parte se aprofunda no material coletado em acervos e analisado por essa pesquisa, ou seja, os textos com menções a Jair Bolsonaro publicados na Folha e no Estadão entre janeiro de 1991 e março de 2018. Há ainda um aprofundamento por mandato, e também por gêneros de publicação, como capas, editoriais e colunas, entre outros pontos de destaque a respeito da relação entre Jair Bolsonaro e a imprensa no período analisado. Por fim, a 5.^a parte traz as considerações finais a que chega esta dissertação, indicando Bolsonaro como um ator político racional em sua busca por visibilidade midiática, adotando mudanças em seu discurso ao longo dos anos visando ganhos eleitorais, no que acabou conseguindo conquistar a presidência da República na eleição de 2018. Por fim, a 6.^a parte traz a bibliografia com as referências usadas nesta dissertação.

1. A imagem pública política: das eleições às campanhas permanentes

Tendo um panorama a respeito do surgimento de Jair Bolsonaro e de sua consolidação na vida política e midiática ao longo dos anos, é interessante verificarmos outros aspectos teóricos para uma maior compreensão de como estas etapas se deram ao longo do tempo. Para tal, nos é relevante o conceito de Imagem Pública.

1.1. Imagem pública

Para Maria Helena Weber (2009) o conceito de Imagem Pública na disputa política aparece como um indicador da opinião pública em uma disputa política incessante junto à sociedade ou aos meios de comunicação. Desta forma, se torna um item que precisa de investimento ou expertise por parte dos sujeitos da política, de forma que possam lidar com a reputação que mantêm de si mesmos. Isso ocorre especialmente num contexto de contemporaneidade no qual a imagem é primordial à figura do político, destacando aspectos como aparência, carisma, teatralização, espetáculo e simulacro. Desta forma, a Imagem Pública é uma consequência das ações políticas que são reproduzidas e interpretadas no campo dos *medias*. (WEBER, 2009)

Desta forma, a formação da Imagem Pública pode ser feita de forma consciente e proposital, de diversas formas. Por meio de uma simplificação da história, com a política de aparências, de forma que os atores políticos usem de feitos e palavras para sua apresentação, indicando a forma como desejam aparecer diante do eleitorado e sociedade. A autora cita ainda três conceitos de representação: política, individual e social, destacando que “Na política, o ‘líder’ representa ao outro, torna presente este outros, que são muitos e não estão lá”. (WEBER, 2009, p. 15)

O sujeito político também usa máscaras e artifícios dramáticos em seus espaços de trabalho para vender a ideia dos valores que defendem e aos quais quer ser assimilado pelo público. Desta forma, a força da Imagem Pública é a soma dos modos de agir de um ente político no que diz respeito a “aparência, representações, fé e um carisma *mediatizado* a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade”. (WEBER, 2009, p. 16).

A formação da Imagem Pública pressupõe, ainda, a relação entre os cidadãos e os sujeitos políticos via comunicação política, por meio de três funções da política de imagem: construção da Imagem Pública de atores políticos; ajuste entre os personagens reais aos perfis ideais para satisfazer as expectativas do público; e a administração, gerenciamento e controle

da Imagem Pública (WEBER, 2009, p. 21). Além disso, a autora ressalta que é necessário ser visto, aprovado e reconhecido como um ente político antes num contexto do espaço partidário, e apenas posteriormente no exercício da representação junto aos três poderes, com outro nível de pactos e disputas ocorrendo na intermediação dessa representação, especialmente nos media. Desta forma, as ações do representante político podem ser justificadas, contestadas ou ignoradas nas instâncias de produção de opinião e ação que lhe sejam equivalentes (WEBER, 2009, p. 16).

Já Gomes e Casali (2021), destacam que o conceito de imagem é como algo surgido a partir de um esquema de interpretação pelo qual as pessoas identificam e classificam informações embaladas em padrões, e a Imagem Pública de atores políticos ou instituições são aquelas negociadas em ambientes de disputas discursivas na esfera de discussão pública e da visibilidade pública, de forma que possam ter recortes positivos ou negativos por parte dos meios que retratam o ente em questão. (GOMES; CASALI, 2021). Ou seja, neste caso, a imagem pública não é construída apenas pelo ator que emite a mensagem – o candidato, por exemplo – mas pelo conjunto de outros atores e meios que repercutem e também retratam essas mensagens. Já para Weber (2009), a construção da imagem pública política tem foco nas ações dos atores políticos para confirmarem o que o público irá ver.

Albuquerque (1999) destaca a existência de dois sentidos para o termo "imagem", sendo o primeiro a representação visual do mundo sensível, de pouco interesse para nosso trabalho, e o segundo, este sim nos sendo mais relevante, que se refere à construção da imagem política, que diz respeito à personalidade pública de um ator, a imagem como algo que serve aos nossos fins, ainda que não seja crível de forma absoluta, como um pseudo-ideal que retrata o que é perfeito ou inalcançável, uma imagem feita sob medida. Neste sentido, a imagem pública, por meio de um caráter sintético, aparece como uma forma de personalidade trabalhada de determinado indivíduo, que remete ao que vemos dele, não necessariamente o que realmente ele é.

A imagem pública, portanto, se baseia em fundamentos culturais, sociais e tecnológicos do Espetáculo Político contemporâneo, já que as pessoas são avaliadas em função das aparências emitidas por elas diante do público. São tais emissões que permitem acesso, por parte de eleitores, à personalidade de um político, por exemplo, muitas vezes por meio de um aparato de telecomunicações ou informações, que produzem e divulgam aparências em escala de massa (ALBUQUERQUE, 1999).

À época do estudo de Albuquerque (1999), o principal foco dessas telecomunicações era o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Mas é interessante notar que parte significativa do que era abordado nesses momentos, em que o candidato busca vender a sua própria imagem, da maneira como deseja, buscando atingir grupos da população que lhe apoiem e lhe confiarem o voto, também parece presente até os dias de hoje não apenas no próprio HGPE, que ainda existe em menor escala no rádio e na TV, mas também nas próprias aparições políticas em redes sociais de internet, por exemplo. Como nas formas como o político, como personagem, se relaciona com o público: “1) o candidato dirige-se diretamente ao telespectador; 2) o candidato conversa com um indivíduo ou um pequeno grupo; 3) o candidato discursa para um grande público; 4) o candidato interpela um adversário” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 95). Desta forma, cada um dos tipos de interlocução traz um limite e potencial próprio pela ótica da construção de um laço imaginário entre candidato e telespectador (ALBUQUERQUE, 1999, p. 95)

Mais recentemente, por exemplo, é possível reparar os quatro tipos de interação por parte de Bolsonaro não mais apenas num contexto esporádico eleitoral, mas em seu dia a dia como deputado federal e, posteriormente, como candidato a presidente ou durante seu mandato como presidente. Por vezes, dirigindo-se diretamente ao telespectador, ou conversando com um indivíduo representante do setor empresarial, como Luciano Hang, ou um grupo como militares das Forças Armadas, ou discursando para muitas pessoas em carros de som em vias públicas, ou interpelando adversários - como por exemplo quando fazia críticas a parlamentares de esquerda. Todas essas atitudes pareciam visar a formação deste laço entre Bolsonaro e seus potenciais eleitores.

Vale destacar que, fora dos períodos eleitorais, o espaço midiático em jornais e outros meios de comunicação, como rádio e TV, era uma das principais formas de candidatos políticos, já eleitos ou não, manter o contato com o público e tentar consolidar a imagem pública que desejavam diante dos eleitores. Com aparições frequentes na mídia, por exemplo, Bolsonaro teria mais espaço no imaginário popular.

A própria evolução do aparato tecnológico, então mais restrito a rádios e televisões, para um ambiente digital de redes sociais, parece ter contribuído para que Bolsonaro deixasse de ter momentos de aparição relevante mais restritos aos períodos de eleição e passasse a ter um mecanismo tecnológico de produção e divulgação de informações a respeito de sua imagem pública com mais frequência e de forma mais direta do que anteriormente.

Albuquerque (1999) ainda indica a possibilidade de que a imagem pública permita a criação e a manipulação de aparências, de forma a sugerir que determinado político tenha uma personalidade específica, por exemplo. É possível que Bolsonaro, ou parte de sua equipe, como assessoria de comunicação ou de produção de conteúdo relacionado à sua imagem pública, tenham aproveitado essa possibilidade para formular a aparência desejada pelo então deputado federal: a de um candidato antissistema, anticorrupção e defensor de valores conservadores. Desta forma, a construção da imagem pública de Bolsonaro utilizou meios de imprensa como forma de tentar se manter em evidência permanente, não apenas em períodos eleitorais, e consolidar a imagem desejada diante do público.

Baldissera (2008) ao se aprofundar na ideia de que imagem é tudo, diferencia uma tríade entre imagem físico-visível, imagem-linguagem e imagem-conceito (BALDISSERA, 2008, p. 197), esta última, que nos interessa mais, com a imagem físico-visível sendo a imagem resultante da relação física estabelecida por relações entre luzes e os olhos humanos, e a imagem-linguagem envolvendo a articulação de linguagens, principalmente as verbais, para a formação de imagens mentais. Por fim, a imagem-conceito surge a partir do pressuposto de que as imagens podem ser manifestadas como juízo de valor que uma mente humana ou um grupo tenha atribuído a alguém, algo ou alguma coisa (BALDISSERA, 2008) - incluindo um político como Jair Bolsonaro, por exemplo. Este tipo de imagem-conceito pode ser embasado em representações visuais, mas não necessariamente, e pode surgir a partir de ações e discursos, por exemplo.

Conforme o autor explica, “a imagem-conceito não é construída sobre a identidade em si, mas com base na percepção que a alteridade tem sobre ela, isto é, sobre o que parece ser. De caráter simbólico, a imagem-conceito tem seus fundamentos nos processos de significação.” (BALDISSERA, 2008, p. 198). Para ele, a explicação do termo vem como construto simbólico, complexo e sintetizante, possuindo caráter caracterizante e provisório. A noção da imagem-conceito seria feita pela alteridade entre tensões dialógicas permanentes, de forma “intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a identidade (algo/alguém), a capacidade de compreensão, a cultura, o imaginário, a psique, a história e o contexto estruturado” (BALDISSERA, 2008, p. 198).

1.2. Importância da visibilidade para a competição eleitoral

Ao analisar questões relativas ao Capital Político e à Carreira Eleitoral no Brasil, Luis Felipe Miguel (2003), salienta, sobre a pirâmide do poder brasileiro:

É possível estabelecer uma “estrutura da carreira política no Brasil”, ainda que, devido à falta de estudos específicos, apenas de maneira intuitiva. O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal, embora, caso trate-se de uma cidade de grande porte, este último cargo seja elevado demais para suas pretensões. E assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileira. (MIGUEL, 2003, p. 116)

No caso de Bolsonaro, tal lógica parece ter algum sentido, uma vez que sua porta de entrada foi o cargo de Vereador. Como se tratava de uma cidade de grande porte, a capital do Rio de Janeiro, pode ter lhe parecido mais interessante continuar os degraus no Legislativo, deixando de passar pelo âmbito estadual, saindo diretamente do municipal ao federal. Mas há um detalhe: Bolsonaro não apenas não passou pelo cargo de deputado estadual, como também jamais chegou a ocupar um cargo de secretário (municipal ou estadual) ou de ministro (federal), concorrer a governador ou sequer ao Senado. Após quase três décadas de estagnação no mesmo cargo, buscou a maior possibilidade possível, alcançando-a com êxito já na primeira tentativa, quando se elegeu presidente em 2018.

Ressalte-se, ainda, que Bolsonaro também teve pouca relevância política nos cargos ocupados dentro da própria Câmara dos Deputados, sem presidi-la, ou sem presidir comissões importantes. Por isso, muitas vezes veículos midiáticos referem-se à posição de Jair Bolsonaro ao longo da maior parte de sua trajetória no Congresso como sendo um deputado federal de “baixo clero”. Conforme explica Messenberg (2010), trata-se de um grupo que engloba deputados que não exercem um papel significativo ou relevante na estrutura organizacional da Câmara, também sem grandes destaques em seus trabalhos legislativos, numa avaliação muitas vezes feita pelos próprios pares (MESSENERG, 2010, p. 79).

Miguel (2003) ainda usa a definição de Pierre Bourdieu (1986) sobre as formas de capital político, que seriam três: capital delegado, capital convertido e capital heroico. Bolsonaro parece se enquadrar no capital convertido, cuja popularidade de outras áreas é transposta à popularidade política, uma vez que converteu a sua notoriedade da área militar (no que diz respeito a militares de patentes mais baixas) à área política, conquistando a eleição.

1.3. Democracias de público e candidatos comunicadores

Ao abordar o conceito de Democracia de Público, Bernard Manin (2013) revisita parte de sua obra e destaca questões como a insatisfação com os partidos políticos, já não com a mesma importância que em décadas passadas, especialmente no que diz respeito à dificuldade em atrair fidelidades duradouras por parte de seus eleitores, num contexto que engloba a passagem de economias industriais para economias de serviços, erosão de meios sociais tradicionais, melhorias educacionais e o nível crescente do papel dos meios de comunicação em massa (MANIN, 2013).

Manin destaca que na democracia de público, é o contexto que vai definir se os cidadãos participam ou não das eleições, com a composição do apoio dos partidos sendo também uma variável conforme o contexto. É o padrão específico de envolvimento dos cidadãos na política que, a depender do contexto, vai além do voto e caracteriza a chamada participação não eleitoral (MANIN, 2013, p. 124).

Manin (1995) também destaca a questão dos candidatos comunicadores. Para ele, os canais de comunicação afetam a natureza da relação de representação, uma vez que os candidatos fazem uma comunicação direta com os eleitores, por meio do rádio ou televisão, por exemplo. Isso dispensaria algumas relações partidárias. O autor destaca a mudança da era em que burocratas e ativistas faziam esse contato à era seguinte. (MANIN, 1995, p. 2). “Os meios de comunicação de massa, no entanto, privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os ‘comunicadores’” (MANIN, 1995, p. 2), destaca. Manin ainda diz que houve um abandono dos princípios do governo representativo, com uma nova elite se apossando do lugar ocupado por ativistas e líderes de partido, no caso, inaugurando o reinado dos candidatos comunicadores. Um dos principais impactos, neste sentido, é o de que “Reagindo a essas mudanças, os candidatos e os partidos dão ênfase à individualidade dos políticos em detrimento das plataformas políticas” (MANIN, 1995, p. 2)..

Desta forma, podemos olhar pela ótica não necessariamente do público, mas sim de Bolsonaro como um ator político que se enquadra nos contextos descritos por Manin: em uma democracia de público com um papel crescente dos meios de comunicação e uma deterioração da relevância partidária, Bolsonaro deu indícios de que fez uma aposta em buscar entradas em meios de comunicação, muitas vezes por meio das declarações polêmicas que lhe garantiam exposição diante do eleitorado e do público em geral. Em vez de buscar os mecanismos partidários tradicionais. Como deputado federal, inclusive, chegou a migrar de

partido político em diversas ocasiões, e ¹quando decidiu disputar as eleições presidenciais, buscou por um partido que se adequasse à sua proposta de campanha, mais do que tentar encaixar a sua individualidade a algum partido. No fim, acabou optando pelo PSL, até então de pouca expressão, com apenas um deputado federal na legislatura anterior (2015-2018).

1.4. Imagem pública e ação racional

Em “An Economic Theory of Democracy”, Downs (1957) aborda temas como a lógica do voto e das decisões políticas, partindo do fato de que os cidadãos e eleitores têm pensamentos e ações racionais em relação à escolha de seus representantes políticos. A forma como os políticos agem para conquistar esses votos, então, pode ser dividida em diferentes momentos, como os momentos eleitorais, pré-eleitorais, ou de mandato até as próximas eleições. (DOWNS, 1957). O autor também usa algumas definições de termos como “utilidade” do voto, e também “ideologia”:

Nós definimos a utilidade como meio um meio de benefícios na mente do cidadão em que ele decide entre alternativas de curso de ação. Dadas várias e mútuas alternativas exclusivas, um homem racional sempre escolhe aquela que garanta a ele maior utilidade, *ceteris paribus*, por exemplo, ele age em seu próprio maior benefício. (DOWNS, 1957, p. 36-37, tradução própria)

Nós definimos uma ideologia como uma imagem verbal de uma boa sociedade e do meio principal de construção de tal sociedade. Na ciência política moderna, ideologias são quase sempre vistas em parte como meios de um poder político empregado por classes sociais ou outros grupos, em vez de meras representações de metas de fato. [...] Nós também tratamos ideologias como meios para o poder (DOWNS, 1957, p. 96-97, tradução própria)¹

¹ No original:

we define utility as a measure of benefits in citizen's mind which he uses to decide among alternative courses of action. Given several mutually exclusive alternatives, a rational man always takes the one which yields him the highest utility, *ceteris paribus*; i.e., he acts to his own greatest benefit. (DOWNS, 1957, p. 36-37)

We define an ideology as a verbal image of the good society and of the chief means of constructing such a society. In modern political science, ideologies are nearly always viewed partly as means to political power employed by social classes or other groups, rather than as mere representations of actual goals. [...] we also treat ideologies as means to power. (DOWNS, 1957, p. 96-97)

Para o autor, os cidadãos escolhem o voto com base nas opções que lhe tragam mais utilidade que as outras na eleição, período em que é feita uma comparação entre a potencial utilidade - real ou hipotética - que cada opção lhe ofereça. Destaca-se também que alguns eleitores racionais podem escolher suas opções com mais base em ideologia do que na comparação com as propostas de *policies* de outras candidaturas, além de temas como confiança, honestidade e coerência em relação ao mandato (DOWNS, 1957).

Quando pensamos na ciência política, para Ferejohn e Pasquino (2001), "um ato racional é um ato que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos. Atos racionais maximizam preferências ou desejos, dadas determinadas crenças." (FEREJOHN; PASQUINO, 2001, p. 3)

Ou seja, tal maximização das preferências conforme o que cada eleitor acredita depende, de alguma forma, das informações que são disponibilizadas ao eleitorado, de forma que a imagem pública funciona como uma espécie de atalho informacional e cognitivo para a escolha do eleitor, o que também acontece com as campanhas eleitorais, auxiliando na percepção e no cálculo de qual a melhor escolha eleitoral para os interesses de cada eleitor. Portanto, a imagem pública, conforme demonstrada por Downs (1957), formada em diferentes momentos, contribui para o ato racional da escolha eleitoral de um político, conforme demonstrado por Ferejohn e Pasquino (2001).

Destaca-se também a questão da Conexão Eleitoral conforme proposta por David Mayhew (1974), que defende que o que move as ações dos parlamentares no Congresso é a possibilidade de aumento em suas possibilidades eleitorais, como a reeleição. Ele divide as ações eleitorais em três tipos: *advertising*, que remete a quaisquer esforços para disseminar o nome de alguém de forma a criar uma imagem favorável, em mensagens com pouco ou nenhum conteúdo controverso (MAYHEW, 1974, p. 4); *credit claiming*, em que se age de forma a criar uma crença em ator(es) político(s) relevante (s) de forma que ele(s) sejam pessoalmente responsáveis por causar ao governo algo que o ator considere desejável (MAYHEW, 1974, p. 9); *position taking*, uma enunciação pública de uma declaração com julgamento de qualquer coisa que seja do interesse dos atores políticos (MAYHEW, 1974, p. 27). No caso de Bolsonaro, é especialmente interessante a esse trabalho esta última vertente, já que a tomada de posições ao longo de seus mandatos, ainda que não repercutissem em ações concretas na Câmara, como desenvolvimento e aprovação de projetos de lei, por exemplo, ajudavam Bolsonaro a cativar a atenção de seus potenciais eleitores para reeleições.

2. Jornalismo na democracia de público

2.1. Jornalismo como ator político e caixa de ressonância dos assuntos políticos

Ao falar sobre o conceito de Accountability horizontal, O'Donnell destaca: "informação confiável e adequada é essencial. Uma mídia razoavelmente independente, assim como várias instituições de pesquisa e disseminação, devem ter um papel importante" (O'DONNELL, 1998 , p. 50). A relevância da imprensa como setor midiático capaz de auxiliar na forma como o eleitorado tem acesso às informações de um governo tem, então, um caráter importante em termos de accountability, o que indica o potencial do jornalismo como um ator político.

Em uma análise interessante, ainda que bastante voltada à estrutura do jornalismo dos Estados Unidos, Cook (2011) destaca que o jornalismo deve ser considerado como instituição política, ou seja, com os jornalistas atuando como atores políticos. Sobre o motivo de enquadrá-lo como instituição política em vez de apenas como uma instituição, elabora sobre o termo:

“Para evitar solapar meu caso com um entendimento de “política” que não seja compreendido como tal por alguns leitores, concentrar-me-ei numa definição básica com a qual todos não concordam, mesmo que acrescentem áreas e ações adicionais que considerem como políticas. Começo pela venerável definição de David Easton: “O que distingue a interação política de todos os outros tipos de interação social é que ela é predominantemente orientada à alocação impositiva de valores numa sociedade.” (Easton, 1965, p. 50) Embora a teoria sistêmica de Easton tenha sido corretamente posta de lado por não ser uma teoria empírica, sua definição de “política” é muito útil. Ela capta três processos diferentes. A política é relativa a escolhas para a sociedade. É também relativa às escolhas consideradas “impositivas”, isto é, vinculantes para os indivíduos que não contestem independentemente as bases da escolha. E se utilizarmos a definição de dicionário de “alocação” para incluir tanto designação quanto distribuição é claro que a política estabelece o que é valioso na sociedade e também procura distribuir esses valores. Ao contrário da teoria de Easton como um todo, que sublinha a continuidade, sua definição de política não precisa preferir o consenso ao conflito. Boa parte da política pode se desenrolar tranquilamente. Mas se deixarmos de lado o resto da teoria de Easton em favor de sua definição, ela envolve os conflitos sobre quem ou o que é impositivo e também sobre quais devem ser considerados os valores centrais da sociedade. (Cook, 2011, p. 2)

Desta forma, a mídia de notícias tem a possibilidade de ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos. Ao abordar sobre que tipo de instituição política o jornalismo seria, o autor discorda de parte das análises que a enquadram como uma espécie de "4º poder", uma vez que isso colocaria o jornalismo ao lado dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário,

que têm regras precisas e membros e mandatos selecionados de forma definida, com poderes e responsabilidades dispostas pela constituição - para ele, o jornalismo como ator político se encaixa mais próximo às instituições do partido político e do sistema de grupos de interesse (COOK, 2011). O autor ainda faz uma crítica a respeito da proximidade com a qual, por vezes, as empresas jornalísticas se aproximam de determinados grupos políticos ou governamentais.

Mas, como vimos, esse apoio raramente vem sem um custo. Mais importante: a propriedade privada da mídia e a crescente orientação ao lucro das organizações noticiosas fornecem algo como um contrapeso ao poder oficial. Os jornalistas aplicam outros padrões de avaliação de notícias além da importância a fim de manter o público interessado e, portanto, de manter a audiência sintonizada e os leitores fiéis. A autoridade dos funcionários, tal como representada nos noticiários, depende, em boa parte, da capacidade e disposição de tais atores políticos de adequarem suas atividades aos valores de produção das notícias. Se não o fizerem – como já observamos – correm o risco de perder o controle de sua agenda e/ou ser retratados em termos negativos.

(COOK, 2011, p. 236)

As empresas de mídia são vistas como atores com capacidade de produzir e distribuir capital simbólico, tendo se transformado em atores com interferência direta no processo político (LIMA, 2006, p. 59). Lima (2006) usa como exemplo deste tipo de relação no Brasil a forma como a Rede Globo, como emissora de TV, conseguiu firmar um acordo com a Justiça Eleitoral e os partidos políticos envolvidos para que a transmissão do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) fosse suspenso em determinada ocasião por conta da transmissão de treinos do Grande Prêmio de Fórmula 1 no Brasil em 2004.

Desta forma, temos o fato de que o jornalismo, como ator político, tem relevância crucial ao analisar-se a forma como Jair Bolsonaro pôde fazer uso dos contextos midiáticos ao longo dos anos em que teve mandato como deputado federal. Foi justamente pelo fato de os jornais serem atores políticos que se tornaram um espaço de divulgação política por parte do parlamentar. Outro ponto relevante quando pensamos na ascensão da imagem de Bolsonaro em questão de presença na imprensa tem relação com o que Venício A. de Lima (2006) chama de Escândalo Político Midiático (EPM).

O conceito envolve o capital simbólico de um político no que diz respeito à sua reputação, dando à mídia um protagonismo como arena em que as relações do campo político acabam

sendo criadas - muitas delas resultando em Crise Política, algumas das quais “não existiriam se não fosse *na e pela* mídia” (LIMA, 2006, p. 13), mídia esta que por vezes aborda os fatos utilizando de artifícios como omissões, saliências e distorções.

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. [...] o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa de mídia está à frente da outra, qual consegue “esticar um pouco mais a corda” e avançar com novas denúncias. (LIMA, 2006, p. 13)

A figura de Bolsonaro pode ser visto como um bom potencial para dar declarações polêmicas, ou ao menos a respeito de um assunto polêmico que estivesse entre os de interesse jornalístico e com maiores chances de ser publicado, alimentava a lógica do Escândalo Político Midiático, utilizando isso também ao seu favor em termos de visibilidade.

2.2. Importância do jornalismo (free media) para a formação da percepção da política

Antes de abordarmos mais especificamente a imprensa no Brasil, é interessante nos aprofundarmos sobre alguns conceitos, como por exemplo o conceito de mídia. que engloba a maior parte da indústria cultural, ou seja, emissoras de rádio e TV, revistas, cinema e os próprios jornais - ou seja, veículos que realizam a chamada comunicação de massa. Além disso, a maior parte das sociedades contemporâneas são consideradas *media centric*, ou seja, concentradas na mídia. (LIMA, 2006, p. 52).

A mídia, plural latino de medium, meio, é entendida aqui como um conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação midiaticizada. [...] Duas características da comunicação midiaticizada são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos. (LIMA, 2006, p. 53)

Em relação a esse aparato tecnológico, mais recentemente, pode-se notar, também, especialmente a partir das eleições de 1989, um aumento de custos por conta de um aspecto mais profissionalizado da disputa política, com contratações de assessores e empresas especializadas em marketing eleitoral, definindo posições e estratégias na comunicação entre

o candidato e o eleitorado. Destaca-se ainda a forma como o contato direto foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica (LIMA, 2006, p. 58), num primeiro momento apenas pela televisão e, posteriormente, englobando também a internet.

Venício A. de Lima (2006) aborda ainda o que chama de sete teses sobre que envolvem os conceitos de mídia e política: 1 - A centralidade da mídia na sociedade contemporânea; 2 - O fato de não haver política nacional sem mídia; 3 - A mídia exerce funções que eram tradicionais dos partidos políticos; 4 - Alteração das campanhas eleitorais com base na existência da mídia; 5 - A mídia se transformou em ator político; 6 - Características históricas do sistema de mídia no Brasil potencializam o poder da mídia no processo político; 7 - Características da população brasileira potencializa o poder da mídia no processo político e eleitoral (LIMA, 2006). Ou seja, características semelhantes ao que encontramos na definição de Democracia de Público, de Manin (1995; 2013).

Em relação ao desenvolvimento da figura de Jair Bolsonaro como personagem midiático ao longo dos anos, destacamos ainda um trecho de Lima (2006) que aborda uma particularidade da imprensa brasileira em termos de personalização na cobertura política:

A ocupação desse espaço institucional pela mídia é apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos. Além disso, atribui-se à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos, e não dos partidos, uma crescente “personalização” da política e do processo político, que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). (LIMA, 2006, p. 56)

A importância do jornalismo encontra amparo na literatura da comunicação e da ciência política. No capítulo 8 de “Sobre A Democracia” Dahl (2001) destaca a liberdade de expressão e as fontes de informação diversificadas entre as instituições políticas exigidas para a existência de uma democracia em grande escala. (DAHL, 2001, p. 99). Para ele, resumidamente, os conceitos se referem da seguinte forma:

Liberdade de expressão. Os cidadãos têm o direito de se expressar sem o risco de sérias punições em questões políticas amplamente definidas, incluindo a crítica aos funcionários, o governo, o regime, a ordem socioeconômica e a ideologia prevalecente.

Fontes de informação diversificadas. Os cidadãos têm o direito de buscar fontes de informação diversificadas e independentes de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e afins. (DAHL, 2001, p. 99-100)

Temos ainda a liberdade de expressão como um requisito para a efetiva participação dos cidadãos na vida política, sem a qual não haveria capacidade de influenciar o programa de planejamento das decisões do governo (DAHL, 2001, p. 110). Já a questão das fontes de informação alternativas também são relevantes pois, segundo o autor, a participação na vida política seria afetada caso houvesse uma única fonte de informação - por exemplo: um governo. Ou seja, o ideal é que as fontes alternativas sejam diferentes da governamental ou de uma fonte que seja dominada por qualquer grupo. (DAHL, 2001, p. 111).

Em artigo sobre “Internet e participação política em sociedade democráticas”, Wilson Gomes (2005) aborda como a consolidação da internet trouxe à tona expectativas de uma potencial melhora na qualidade da democracia, já que a internet não tinha os mesmos déficits antidemocráticos que meios de comunicação já estabelecidos até então, com uma comunicação direta entre a esfera política e a esfera civil sem a presença de um atravessador como o jornalismo.

Gomes (2005) ainda explicita sete blocos temáticos para a discussão das vantagens democráticas da internet. São elas: I - Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política; II - Extensão e qualidade do estoque de informações online; III - Comodidade, conforto, conveniência e custo; IV - Facilidade e extensão de acesso; V - Sem filtros nem controles; VI - Interatividade e interação; VII - Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas.

Ou seja, temos o fato de que a internet amplia a inclusão de pessoas e lugares para a troca de ideias, possibilitando informação política online para exercício de cidadania de forma nunca vista antes, sem a necessidade de deslocamentos físicos, ou que as pessoas fossem colocadas em condições desconfortáveis ou hostis - como participar de uma assembleia presencial - encaixando com a cultura hedonista, individualista e flexível presente na sociedade. Além disso, o acesso mais fácil a conteúdos políticos de diversas naturezas, além da falta de filtros, gerando uma zona protegida com ênfase às liberdades de expressão e opinião, com uma estrutura de fluxo multilateral, e não mais apenas unilateral, vinda do centro da esfera de decisão política em direção ao público, gerando uma comunicação de mão dupla como barômetro da opinião pública, e um modelo de militância confortável para diferentes grupos políticos, também constitui o que a internet poderia representar. (GOMES, 2005).

Um momento relevante em relação à relevância das redes sociais no Brasil remete às manifestações de Junho de 2013, também conhecidas como Jornadas de Junho (MACHADO; MISKOLCI, 2019), que contaram com grupos como MBL (Movimento Brasil Livre) e Vem Pra Rua organizando protestos e a figura de Olavo de Carvalho (elogiado por Bolsonaro ao longo dos anos) como pioneiro na influência a grupos de direita que cresciam nas redes sociais, que tinham sua importância amplificada (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Desta forma, podemos perceber um ambiente propício para a utilização da internet de uma forma como a figura de Jair Bolsonaro e sua equipe parecem ter utilizado-a, em um período da década de 2000 e início dos anos 2010, em que grupos de direita tinham uma mobilização menos significativa do que viriam a ter no restante da década e nos anos 2020, o fator de contar com uma forma de disseminação de informações e ideias que não necessitassem de encontros presenciais e maçantes, mas de um simples clique em um site ou vídeo, especialmente num contexto de pouca filtragem da informação, com liberdade de expressão inclusive para potenciais informações distorcidas ou até mesmo falsas, e um contexto de interação na qual um ente político teria acesso (inclusive quantitativo, por meio da quantidade de cliques e reações mensuráveis em plataformas diversas de redes sociais ou publicação de vídeos, como quantidade de curtidas e compartilhamentos no Facebook ou de visualizações no YouTube, por exemplo). Além disso, conforme consta:

[...] um modelo de militância confortável e conveniente, mas nem por isso desprovida de efeito e sentido. Além disso, direita e esquerda, grupos democráticos, todos têm o seu espaço de manifestação na rede. Grupos que não detêm a chance, por uma razão ou outra, de se fazer presentes na esfera de visibilidade pública predominante, encontram na internet a oportunidade de dar o seu recado. (GOMES, 2005, p. 69)

Ou seja, Bolsonaro, num contexto de voz da extrema-direita, ou de pautas homofóbicas ou de grupos favoráveis ao período da ditadura militar, por exemplo, não encontrava espaço em meios de comunicação tradicionais. Ou, quando encontrou, foi de forma pejorativa. Mas encontrou na internet um meio de comunicação direta com um público significativo que concordava com suas pautas, apenas não tinha representação midiática, por exemplo. O autor ainda destaca que “há de se considerar que a oferta de informação política deve corresponder a existência de um real e significativo interesse político na esfera civil” (GOMES, 2005, p. 72).

[...] se descobriu, entretanto, que a equação segundo a qual a liberdade sempre está do lado da democracia e o controle do lado da tirania é só um artifício retórico do liberalismo na sua forma mais extremada. Há informação má, perigosa, criminosa, falsa, ofensiva à dignidade humana, injuriosa e antidemocrática e defender o seu direito de existir não é o mesmo que lutar por direitos civis no ciberespaço, como querem os libertarianistas, mas engajar-se na proteção do direito ao hate speech, ao racismo publicado, à discriminação de minorias (Gomes, 2002). E se na internet de fato floresce um espaço da liberdade de expressão e de experiência democrática, ela igualmente se transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos, um refúgio que, aliás, lhes têm sido mais seguro e próspero que o mundo off-line. (GOMES, 2005, p. 74).

Vale lembrar, porém, que Gomes (2005) ainda destacava algumas reflexões críticas a respeito do uso da internet, colocando em dúvida o seu potencial de melhorar, de fato, a democracia, como a qualidade da informação política, a desigualdade de seu acesso por meio da internet, a existência de uma cultura política e a permanência do predomínio de alguns meios de comunicação em massa.

Um tipo de informação que, por isso mesmo, é de baixa qualidade para uma formação adequada da opinião pública. Assim, a maior parte da informação política tem como fonte indivíduos privados com interesse político.

O problema relativo a este tipo de informação diz respeito à seleção, credibilidade, relevância e confiabilidade. Como pode o cidadão comum distinguir num volume absurdo de informação política entre aquela confiável, veraz e relevante e aquela errônea, distorcida e falsa? (GOMES, 2005, p. 70)

Gomes (2005) também destaca que na internet a informação há de ser mais integral e mais rica, já que seria uma espécie de enciclopédia política, com acesso mais rápido, barato e cômodo, de forma que “a internet inclui e supera a informação industrial, permitindo, ademais, acesso a informações que os meios industriais de notícias não conseguem, não querem ou não podem divulgar” (GOMES, 2005, p. 66). Ou seja, isso indicaria, também, o porquê de, conforme a pesquisa indica, Bolsonaro parece ter recebido mais atenção dos jornais abordados por esse trabalho, como O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo, conforme a internet mais se estabelecia e se consolidava no Brasil. Com parte do eleitorado tendo mais acesso, por meios virtuais, a uma figura que antes era pouco divulgada, criou-se uma necessidade de possivelmente abordá-la mais no noticiário tradicional.

Primeiro, o comunicador tem pleno controle sobre a mensagem. Normalmente ele não é censurado ou filtrado por outros, isto é, a mensagem que é enviada ao destinatário supera o processo de edição jornalística. Segundo, a internet é potencialmente interativa, isto é, torna-se possível um diálogo de mão dupla entre quem envia e quem recebe. Terceiro, o novo meio provê àquele que envia um recurso relativamente barato para transmitir grandes volumes de informação. Finalmente, a técnica sofisticada da comunicação via Web dá ao comunicador uma ampla gama de possibilidades donde escolher a forma da comunicação (texto, imagens, som e vídeo) considerada mais apropriada para uma mensagem particular. Em conclusão, a Web provê os agentes políticos com a oportunidade pela qual ansiava, isto é, a de ter controle total sobre a produção da mensagem e comunicar diretamente com os potenciais eleitores sem ter os meios de massa filtrando-lhe a informação. (CARLSON; DJUPSUND, 2001, p. 69 apud GOMES, 2005, p. 65)

Silveira (2009) destaca a diferença entre a observação da política na internet e a observação da política da internet. A própria internet é considerada pelo autor como uma obra inacabada em constante desenvolvimento, mas que possui características como a multidirecionalidade, alta interatividade, enredamento, horizontalidade, distribuição, hipertextualização e forma digital e transnacional/local, diferentes dos jornais, rádios e TVs, que até então dominavam o mercado midiático, e apresentavam unidirecionalidade, baixa interatividade, hierarquia, verticalização, centralização, linearidade e forma analógica e nacional/local (SILVEIRA, 2009, p. 105).

Silveira (2007) considera que a internet já teve um papel relevante nas eleições de 2006 (em que Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, superou Geraldo Alckmin, do PSDB, além de candidatos como Heloísa Helena, do PSOL, e Cristovam Buarque, do PDT) no Brasil, quando serviu como um organizador coletivo de reações. À época, em 2006, apenas 19,63% dos domicílios no Brasil tinham um computador, e somente 17,78% das pessoas que tinham um celular para uso pessoal o utilizavam para acessar a internet. Ao todo, 13% da população acessava a internet diariamente, uma parcela concentrada ainda em extratos mais de maior poder financeiro da sociedade (SILVEIRA, 2007, p. 175). Ainda que fosse pouco expressiva nas camadas mais populares, a internet já se constituía como esfera pública conectada.

Sem dúvida, em 2006, a internet não atingiu diretamente as massas nem foi uma mídia de referência para todas as camadas da população. Mas os elementos aqui reunidos indicam que a rede foi um meio imensamente usado pelas camadas médias, particularmente pelos formadores de opinião, para construir discursos e contradiscursos sobre os fatos e candidatos, bem como para disseminar ataques ou defesas das versões dos embates eleitorais publicadas na grande imprensa. (SILVEIRA, 2007, 177)

O autor ainda destaca as oportunidades políticas virtuais criadas pela internet, com foco em participações voluntárias, grupos de intervenção e comitês eletrônicos com a intenção de disseminar informações de uma candidatura a eleitores orgânicos e também combater boatos. Com foco em blogs de jornalistas ou até mesmo de políticos, e em especial o uso de uma rede social com ampla base de usuários brasileiros, como o Orkut, a internet combateu o discurso dos mass media, mas serviu, também, para potencializar este mesmo discurso, podendo também criar versões ou boatos variados a respeito dos temas de campanha. “A redução de custos e a eliminação das barreiras para se falar foram os fatores que viabilizaram o papel da internet como um organizador coletivo. Sem dúvida, podemos esperar o crescimento de seu papel no cenário político e eleitoral” (SILVEIRA, 2007, p. 182), prosseguia o autor, que também destacava algo que viria a se ampliar em eleições seguintes: “nunca cidadãos comuns escreveram tanto sobre política como no ano de 2006. A internet deu sentido à escrita política” (SILVEIRA, 2007, p. 177).

O período englobado para análise desta dissertação abrange o período de importantes mudanças em questão do consumo midiático no mundo e, especialmente, no Brasil, principalmente por conta do surgimento e popularização da internet.

A Embratel deu início ao seu serviço de acesso à internet, ainda em caráter experimental, diante de um pequeno número de usuários e via "linha discada", em dezembro de 1994. Na época, a ideia era que o número fosse crescendo gradativamente até atingir cerca de 15 mil pessoas em maio de 1995. (CARVALHO, 2006). A "banda larga", que aumentava a capacidade e qualidade de carregamento de conteúdos na internet, começou a se popularizar no Brasil a partir da virada do milênio - entre 1999 e 2008, por exemplo, teve um salto de 100 mil para 10 milhões em número de assinantes. Já quanto aos serviços móveis de internet, ou seja, seu uso em celulares, há uma quantidade razoável de usuários a partir de 2008. (FILHO, 2013).

Conforme McLuhan (1969), à época se referindo ainda a respeito da televisão, mas cuja reflexão pode também ser prolongada para a internet, “o meio, ou processo, de nosso tempo - de tecnologia elétrica - está remodelando e reestruturando padrões de interdependência social e todos os aspectos de nossa vida pessoal”. (MCLUHAN, 1969,p. 36) Para ele, as “sociedades sempre foram moldadas, mais pela natureza dos meios que os homens usam para comunicar-se que pelo conteúdo da comunicação” (MCLUHAN, 1969, p. 36), e é

“impossível compreender as transformações sociais e culturais sem o conhecimento de como funcionam os meios” (MCLUHAN, 1969, p. 36).

2.3. Jornalismo político no Brasil e alinhamento liberal-conservador

Levando em conta o papel do jornalismo como uma espécie de cão de guarda desde o século XX, com a acentuação de seu papel como agente responsável pela complexificação da opinião pública, como um agente social com influência no campo político e interessado no jogo político, mediante uma reivindicação de accountability em um papel de defesa dos interesses públicos, o jornalismo aparece como um gatekeeper buscado pelo público na hora de definir o que é ou não relevante para a pauta da sociedade. (MARQUES; CERVI; MASSUCHIN, 2018).

Ao abordar o conceito de parcialidade política, Azevedo (2017) se baseia em Hallin e Mancini para destacar que o apoio a causas políticas vem desde os primórdios da imprensa escrita, no século XVIII, mas destaca que o modelo de jornalismo político contemporâneo, em que o jornalista assume uma posição supostamente mais “neutra”, surgiu apenas no final do século XIX (AZEVEDO, 2017, p. 40). Quanto a esta alegada “neutralidade”, discorre:

embora o jornalismo comercial tenha suplantado o antigo modelo do jornalismo partidário que lhe antecedeu, na prática, ele não é neutro tanto quanto se autoproclama ou quanto recomendam os modelos normativos da objetividade do jornalismo contemporâneo. Como observam Hallin e Mancini, há uma batelada de pesquisas mostrando evidências da falácia da neutralidade e da objetividade, seja porque os jornalistas compartilham crenças e valores embutidos na sociedade, seja por conta dos padrões de recrutamento adotados pelos veículos ou por conta das rotinas produtivas que pautam a seleção e a hierarquização das notícias.

[...]

é difícil sustentar as premissas teóricas, e nenhum estudioso bem informado sobre o funcionamento da mídia na vida real o fará, que o jornalismo é ou deve ser “literalmente neutro”. (AZEVEDO, 2017, p. 41)

Ainda sobre o tema, Azevedo indica uma escala de subordinação/independência em cinco graus de classificação da parcialidade da mídia proposto por Blumler e Gurevitch, com os graus: máximo, intenso, médio, baixo e zero, nos quais, do primeiro para o último, há uma decrescência da influência partidária sobre um determinado veículo. (AZEVEDO, 2017, p. 42-43). Destaca, também por parte de Blumler e Gurevitch, as variáveis das conexões entre

sistemas midiáticos e sistemas políticos, com os graus de: controle estatal, parcialidade, integração da elite, profissionalismo. (AZEVEDO, 2017, p. 48).

Tal panorama é importante para embasar o trecho da obra de Azevedo (2017) que mais interessa a esta pesquisa, no qual ele especifica sobre o caso brasileiro no que diz respeito aos sistemas de comunicação e suas categorizações. Para ele, há quatro características fundamentais sobre o mercado de mídia brasileiro: surgimento tardio da imprensa e do profissionalismo, baixa circulação dos jornais, orientação para as elites, centralidade da televisão no mercado de informação. (AZEVEDO, 2017, p. 60).

Destas características, nos é mais interessante a questão do surgimento tardio da imprensa no Brasil, levando-se como base a Gazeta do Rio de Janeiro, lançada em 10 de setembro de 1808, como primeiro jornal impresso produzido no Brasil, com a chamada grande imprensa tendo-se formado entre o fim do Império e os primeiros anos da República Velha, ou seja, há cerca de um século e meio, com predomínio de opiniões políticas liberais e/ou conservadoras, em sua maioria. Azevedo ainda destaca que, entre os jornais diários “com circulação nacional e ressonância política vendidos nas bancas no início dos anos 1960, sobraram apenas três, dois situados em São Paulo e um no Rio” (AZEVEDO, 2017, p. 64), justamente Folha, Estadão e O Globo (dois dos quais utilizaremos neste trabalho). Quanto à questão da profissionalização, destaca-se a alta velocidade com a qual se deu no país, com o aumento de cursos de jornalismo, obrigatoriedade do diploma (a partir de 1969), modernização de parque industrial e criação de manuais de redação, já a partir dos anos 1960. (AZEVEDO, 2017, p. 63).

Quanto à escolha dos dois jornais utilizados para esta pesquisa, a intenção foi contemplar periódicos de relevância nacional, de grande tiragem em comparação a outros concorrentes em questão de décadas e com acervos completos ou quase completos disponíveis digitalmente, via internet.

Azevedo (2017), por exemplo, usa o termo “grande imprensa” como uma referência à “imprensa escrita com presença e influência nacional, como os jornais diários do eixo Rio-São Paulo, às vezes também aqui chamados de “grandes jornais” (*Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo*)”, englobando também revistas como Veja, Época, IstoÉ e Carta Capital. (AZEVEDO, 2017, p. 59).

Azevedo (2017) categoriza os dois jornais que analisamos como sendo, num período recente em que a obra foi produzida, como sendo de “centro-direita”, mas destaca algumas particularidades. O Estadão contaria com visões liberais ou conservadoras que estruturam políticas de centro-direita - ainda que o autor destaque que o jornal surgiu, em 1875, com um perfil progressista, sendo antimonarquista e antiescravista. A Folha seria a publicação com o maior pluralismo interno, e situada mais próxima ao centro, além de um contorno liberal em termos políticos e econômicos (AZEVEDO, 2017). Ambos ainda fazem parte de uma organização empresarial maior que conta com outros meios de comunicação, o Grupo Estado (Jornal da Tarde, rádio Eldorado, Agência Estado, entre outros) e o Grupo Folha (Uol, Agora São Paulo, entre outros).

Ao abordar sobre o conservadorismo, Huntington (1957), por exemplo, destacava três possíveis definições de conservadorismo, entre elas, a de que o conservadorismo se relacionaria especificamente com a reação à Revolução Francesa, o liberalismo e a burguesia no fim do século XVIII, o que não nos interessa tanto. Outra definição remete à ideia de um conceito não conectado a um grupo, ou configuração história específicos, mas sim amparado em valores universais como justiça, ordem, equilíbrio e moderação, que poderia estar presente em diversas classes sociais. A última, por sua vez, traz o conservadorismo como uma ideologia que surge de uma situação histórica com um desafio dirigido às instituições estabelecidas, com os defensores dessas instituições usando a ideologia conservadora em sua defesa. (HUNTINGTON, 1957)

Ou seja, o conservadorismo como um conceito não é tão simples de ser definido, como explica Trigueiro:

A tradição conservadora apresenta um sem-número de variações, até porque não se trata de um sistema fechado de ideias, há sempre algum grau de condicionamento a partir das variáveis locais, é evidente. O pensamento conservador, nesse aspecto, não é diferente de outras tradições políticas e, frequentemente, adota cores e tons regionais, até como corolário de sua ênfase em cultura e tradição, além de seu caráter historicista, é conveniente lembrar. (TRIGUEIRO, 2015, p. 116)

Desta forma, podemos notar que ainda que parte importante da imprensa brasileira entre o período analisado entre 1991 e 2018 fosse voltada a um contexto conservador em questões políticas, tratava-se de um conservadorismo diferente, em muitos pontos, do defendido por Bolsonaro em diversos momentos. Durante os anos 1990, por exemplo, Bolsonaro chegou a

dar declarações sugerindo o fechamento do Congresso e a instauração de uma ditadura no Brasil, algo que os jornais citados, como defensores das instituições estabelecidas pelo Legislativo, noticiaram em tom crítico, por exemplo. Em relação a posturas liberais em termos econômicos, também há discordâncias, por exemplo com críticas de Bolsonaro à privatização de empresas estatais durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, algo que os jornais chegaram a apoiar por meio de editoriais, por exemplo.

Ou seja, tendo o jornalismo como um ator político que repercute a ação racional de outros atores políticos, como Bolsonaro, a análise da cobertura jornalística brasileira no período abrangido por esta dissertação é relevante no sentido de identificar a forma como Bolsonaro foi tratado, as potenciais diferenças deste tratamento ou do espaço cedido a ele ao longo do tempo, e a relação entre isso e as potenciais estratégias de visibilidade adotadas por ele, e as modificações em seu discurso feitas potencialmente para alcançar um maior público e eleitorado. O período citado também coincide com o aumento de outras mídias eletrônicas, como a internet e as redes sociais virtuais, que também modificaram a mediação do contato com o público ao longo dos anos, o que, no caso de Bolsonaro, acabou culminando no aumento de sua base eleitoral na eleição de 2014 e posteriormente em sua eleição a presidente em 2018.

3. Metodologia e descrição da análise

3.1. Descrição Geral da Metodologia

Para atender aos objetivos propostos por essa dissertação utilizamos uma metodologia qualitativa, que tem início com o levantamento e análise de reportagens de acervo de dois grandes veículos de imprensa no Brasil, os jornais O Estado de S. Paulo (Estadão) e Folha de S. Paulo (Folha), de São Paulo, cuja tiragem e frequente citação em outros veículos nos permite considerá-los como entre os maiores do país. Com base na análise do conteúdo coletado, analisamos como Bolsonaro buscou - e conseguiu - aumentar sua visibilidade ao longo do tempo.

Quanto à questão do uso de conteúdos publicados por veículos de imprensa, voltado à área da História, José D'Assunção Barros (2023) faz considerações importantes a respeito do uso de jornais em pesquisas acadêmicas, levando em conta que os jornais falam sobre a história, são produtos da história e agem sobre a história (BARROS, 2023, p. 14), destacando o jornal como um sistema que produz e dissemina discursos, num processo de comunicação afastado da neutralidade, como um agente ou instrumento capaz de interferir na história por meio da produção de opiniões, discursos, análises da realidade e que pode tanto revelar verdades, como construir meias-verdades ou silenciar sobre alguns fatos, de forma que pratica uma seleção e redefinição das informações a serem transmitidas (BARROS, 2023, p. 12).

O autor ainda destaca como fonte histórica “tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos, ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente” (BARROS, 2023, p. 15), o que englobaria jornais.

Para nossa pesquisa, a contribuição de D'Assunção (2023) é especialmente interessante em alguns pontos, como quando cita que os textos publicados em jornais não são textos de um só autor, como acontece em outros tipos de obras, mas sim textos produzidos por seres humanos diversificados, inseridos no contexto de uma determinada sociedade e de uma instituição específica, o que traz um aspecto de complexidade em seu entorno - incluindo as questões envolvendo quem são seus leitores e que tipo de pressão exercem sobre o jornal. Destaca-se, ainda, que não devemos utilizar os jornais apenas em uma mera busca por informações, mas sim pela busca por discursos que desvendam seu lugar de produção e as demandas sociais que as tornaram possíveis. Ou seja, “um jornal é um caminho para compreender os pontos de

vista, interesses, visões de mundo, pressões e contrapressões que se escondem por dentro e por trás dos textos jornalísticos” (BARROS, 2023, p. 21).

Desta forma, colhemos todas as reportagens que traziam o nome de Jair Bolsonaro no período de fevereiro de 1991 e março de 2018 que tenham sido publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, por meio da utilização de ferramentas de busca no acervo digital disponível em seus respectivos sites. Em seguida, realizar uma análise a respeito dos contextos e temas com os quais a imagem de Bolsonaro esteve associada.

3.2. Contexto: Jair Bolsonaro

3.2.1. O início de Jair Bolsonaro

Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955, na cidade de Glicério (apesar de sua família tê-lo registrado em Campinas, município próximo), no interior do estado de São Paulo. Entrou para a vida militar aos 18 anos, em março de 1973, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas. No ano seguinte, entrou para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), se mudando para a cidade de Resende, no Rio de Janeiro. Deixou a AMAN em janeiro de 1978, e foi servir como oficial subalterno no 21.º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), em São Cristóvão, outra cidade fluminense. Em maio de 1979, pediu para ser transferido para o 9.º GAC, situado em Nioaque, no estado do Mato Grosso do Sul. Em 1982 foi para o 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (GAC/PQDT), na capital do Rio de Janeiro. (CARVALHO, 2021)

3.2.2. O artigo em Veja - surgimento midiático de Bolsonaro

Até então um ‘anônimo’, o nome de Bolsonaro ganhou repercussão pública pela primeira vez graças a um texto de opinião assinado por ele na revista Veja n.º 939, de 3 de setembro de 1986. Publicado na seção "Ponto de Vista", que trazia a visão de personalidades de áreas diversas sobre temas diversos e variáveis a cada semana, era intitulado "O salário está baixo", com autoria de "Capitão Jair Messias Bolsonaro", descrito pela revista como “capitão de artilharia do 8.º Grupo de Artilharia de Campanha, pára-quedista, 31 anos, casado e pai de três filhos”. Além de uma foto de Bolsonaro trajado como militar, havia ainda um pequeno trecho em destaque: "Descontentes e sem perspectivas, os cadetes estão abandonando a Academia das Agulhas Negras". No texto, Bolsonaro introduz:

Há poucos dias a imprensa divulgou o desligamento de dezenas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras por homossexualismo, consumo de droga e uma suposta falta de vocação para a carreira. Em nome da verdade, é preciso esclarecer que, embora tenham ocorrido efetivamente casos residuais envolvendo a prática do homossexualismo, consumo de drogas e mesmo indisciplina, o motivo de fundo é outro. Mais de 90% das evasões se deram devido à crise financeira que assola a massa dos oficiais e sargentos do Exército. (BOLSONARO, 1986, p 154)

Em seguida, cita a "falta de perspectiva profissional" da categoria, destacando que, num contexto mais geral, "o funcionalismo público vem sofrendo muito nos últimos anos" e "na Nova República, novamente sofremos uma grande perda salarial".

Em tom pessoal, afirma que "Como capitão do Exército brasileiro, da ativa, sou obrigado pela minha consciência a confessar que a tropa vive uma situação crítica no que se refere a vencimentos", e depois destaca: "Não pleiteio aumento salarial. Reclamo - como fariam, se pudessem, meus colegas - um vencimento digno da confiança que meus superiores depositam em mim." (BOLSONARO, 1986). O texto encerra com o seguinte parágrafo:

Torno público este depoimento para que o povo brasileiro saiba a verdade sobre o que está ocorrendo na massa de profissionais preparados para defendê-lo. Corro o risco de ver minha carreira de devoto militar seriamente ameaçada, mas a imposição da crise e da falta de perspectiva que enfrentamos é maior. Sou um cidadão brasileiro cumpridos dos meus deveres, patriota e portador de uma excelente folha de serviços. Apesar disso, não consigo sonhar com as necessidades mínimas que uma pessoa do meu nível cultural e social poderia almejar. Amo o Brasil e não sofro de nenhum desvio vocacional. Brasil acima de tudo. (BOLSONARO, 1986, p. 154)

Sobre o conteúdo do artigo, é válido destacar o período econômico que o Brasil vivia, com problemas de inflação. Naquela década, até então, a taxa de inflação anual havia sido de aproximadamente 110% (1989), 95% (1981), 100% (1982), 211% (1983), 224% (1984) e 235% (1985). Em 1986, ano de publicação da reportagem, haveria uma breve redução (65%), para aumentos mais agudos nos anos seguintes: 416% (1987), 1.038% (1988) e 1.783% (1989). (ROSTOLDO, 2003, p. 45). Além disso, como capitão do Exército, Bolsonaro tinha restrições regulamentares internas que lhe impediam de fazer manifestações públicas em tom crítico a instâncias superiores.

Por conta da publicação em *Veja*, Bolsonaro foi preso por transgressão disciplinar e hierárquica, pelo período de 15 dias. À época, estava em vigência o Regulamento Disciplinar do Exército definido pelo Decreto nº 90.608, de 4 de dezembro de 1984, e a punição foi feita

com base nos artigos 63, 65, 66, 68 e 106 de sua Relação de Transgressões. Entre elas, a de manifestação sem autorização sobre assuntos políticos, discussão por veículo de comunicação sobre assuntos políticos ou militares, indiscrição quanto a assuntos de caráter oficial, contribuição para publicação de assuntos militares que possam desprestigiar o exército e desconsideração de ato de superior. (CARVALHO, 2021).

3.2.3. “Beco Sem Saída” - Nova aparição midiática e julgamento

Outra aparição midiática de Bolsonaro aconteceria no ano seguinte, na revista Veja n.º 999, de 28 de outubro de 1987, em um texto complementar inserido dentro da reportagem “Ordem desunida”, intitulado “Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao”.

O texto trazia relatos feitos por uma repórter da revista, Cassia Maria, que afirmava ter ido a uma Vila Militar do Exército no Rio de Janeiro e conversado com dois capitães que cursavam a Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) e a esposa de um deles. A motivação da conversa seria a prisão do capitão Sadon Pereira Filho dias antes, por conta de um manuscrito pedindo melhores salários e criticando o governo.

Um dos capitães citados era Bolsonaro - a revista inclusive relembra seu artigo e sua prisão no ano anterior. O outro, identificado apenas como Xerife [tempos depois, seria revelado tratar-se de Fábio Passos da Silva], e sua esposa, como Lígia.

Durante a conversa, que teria acontecido sob promessa de sigilo jornalístico, foi revelado à repórter a existência de um plano chamado “Beco sem Saída”, "cujo objetivo era explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras [...] e em vários quartéis". Seria um "protesto à bomba contra o índice de aumento para os militares que o governo anunciaria nos próximos dias". A condicionante para o plano ser posto em execução era explicada: “Caso o reajuste ficasse abaixo de 60%, algumas bombas seriam detonadas nos banheiros da Esao, sempre com a preocupação de evitar que houvesse feridos”. (VEJA, 1987, p.41)

Sobre a exposição da fonte, desconsiderando o sigilo pedido, a revista justificava: "Os contatos da repórter com os militares se baseavam num acordo de sigilo. No momento em que se falou de bombas e atentados, a manutenção de qualquer acordo de cavalheiros se tornou impossível". (VEJA, 1987, p. 41)

Bolsonaro, assim como seu colega, Fábio, negou as informações publicadas. Aos seus superiores, escreveu uma carta afirmando que as informações da revista seriam mentiras. O Ministro do Exército, à época, Leônidas Pires Gonçalves, chegou a dar declarações públicas apoiando a dupla. Conforme consta:

Quanto aos capitães Fábio e Bolsanaro [sic], acusados pela revista Veja de planejar explodir bombas nos quartéis, o ministro reiterou o desmentido dos oficiais: "Quando alguém desmente peremptoriamente um membro da minha instituição, e assina embaixo, em quem eu vou acreditar? Nesses que são os componentes da minha instituição. E eu sei quem é a minha gente"

[...]

deram tamanha dimensão, esse caso da revista de grande tiragem, no primeiro degrau da nossa apuração, os dois oficiais envolvidos, eu vou repetir isso, negaram peremptoriamente, da maneira mais veemente, por escrito, do próprio punho, qualquer veracidade daquela informação. (JORNAL DO BRASIL, 1987, p. 5)

Na semana seguinte, a edição n.º 1.000 de Veja, de 4 de novembro de 1987, publicou uma nova reportagem sobre o caso, intitulada “De próprio punho”. O texto foi feito em tom de resposta às declarações de Leônidas, perceptível no subtítulo: "O ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fábio, mas eles estavam mentindo". (VEJA, 1987-b, p. 56) Além de reforçar a versão anterior dada pela repórter, a reportagem também trazia como supostas provas documentais dois desenhos que teriam sido feitos por Bolsonaro, incluindo um para explicar o funcionamento da explosão que se pretendia fazer na Esao, porém, exemplificando em outra parte da cidade. Este desenho, chamado pela revista de “croqui”, viria a ter bastante importância no futuro julgamento de Bolsonaro no Superior Tribunal Militar (STM), uma vez que foi base para exames grafológicos sobre sua autoria. A revista justificava sua exposição tardia, e não na reportagem original:

Bolsonaro foi didático. Desenhou um croqui em que apareciam as tubulações do que seria a Adutora do Guandu, responsável pelo abastecimento de água do Rio de Janeiro, e, junto a elas, colocou o rabisco de uma carga de dinamite detonável por intermédio de um mecanismo elétrico instalado num relógio.

VEJA não publicou esse croqui em sua reportagem da semana passada porque Bolsonaro não deu a impressão de que estivesse realmente disposto a explodir o Guandu, e sim de que fazia uma exibição do mecanismo de funcionamento de um petardo - algo que não chega a ser notícia. [...] Assim, o croqui de Bolsonaro, caso fosse publicado junto com a reportagem, resultaria em exagero. Sua publicação agora, portanto, destina-se apenas a provar que o capitão mentiu ao dizer que não

falou com a repórter de Veja e que o general Leônidas se precipitou ao acreditar nele. (VEJA, 1987, p. 57)

Por conta das acusações contidas nas reportagens de Veja, Bolsonaro foi investigado internamente pelo Exército e alvo de um Conselho de Justificação, que concluiu que Bolsonaro teria sido, de fato, informante da repórter à época da reportagem sobre as bombas, além de que os “croquis” teriam sido feitos por ele, após laudos grafotécnicos. (CARVALHO, 2021).

O processo, então, seria encaminhado ao STM, onde a permanência ou não de Bolsonaro nas Forças Armadas seria julgada. em 16 de junho de 1988, Bolsonaro foi considerado "não culpado" pelo tribunal, com uma votação por 9 a 4 em seu favor. e continuou como militar da ativa. (CARVALHO, 2018).

3.2.4. A vida política de Bolsonaro - Mandatos como Vereador e Deputado Federal

Diante da repercussão das reportagens de 1987, e do julgamento que se findou em 1988, Jair Bolsonaro decidiu se lançar candidato ao cargo de Vereador no Rio de Janeiro. Há indícios de que a maior parte de seus votos possa ter sido conquistada entre militares ou pessoas relacionadas ao militarismo.

Consta, por exemplo, em documento de informação produzido pelo Centro de Inteligência do Exército em 27 de julho de 1990, uma linha do tempo a respeito de Jair Bolsonaro, na qual se destaca (como “público interno”) membros do setor militar:

"Pretende realizar manifestações com interesses políticos.

11. Em 29 jul 88, lança sua candidatura à Câmara Municipal do RIO DE JANEIRO/RJ pelo PDC. Sua base eleitoral seria o público interno descontente com os vencimentos.

12. A partir de Ago 88 desenvolve intensa campanha eleitoral junto ao público interno" (INFORMAÇÃO N.º 394, 1990)

Outro indício da relação entre o então candidato a vereador com o público militar consta no livro “Jair Messias Bolsonaro - Mito ou Verdade”, escrito por seu filho, Flávio Bolsonaro. Apesar de ser uma obra oficial e com um tom de campanha política (o lançamento foi feito nos últimos dias de dezembro de 2017, faltando meses para o início da campanha eleitoral de

2018), o livro traz informações com base em relatos do próprio Jair Bolsonaro, incluindo períodos em que ainda não possuía tanta cobertura midiática ou acadêmica.

Na obra, há a estimativa de que teriam sido produzidos 30 mil cópias de “santinhos” de campanha, alguns deles colados na parte traseira de ônibus municipais, mesmo que sem autorização, além de confecção de camisetas de campanha de confecção caseira e de faixas de campanha simples, inclusive uma na qual se lê: “A ESPERANÇA ESTÁ EM NÓS MESMOS” (BOLSONARO, 2017). O livro ainda destaca:

A dispensa do Exército para começar sua campanha foi atrasada. Ao invés dos 90 dias, ele teve apenas 55 dias para correr atrás de sua eleição.

[...] A estrutura de campanha contava apenas com uma moto de 250 cilindradas, branca, e dois voluntários.

[...] Uma outra grande ajuda estava por vir. Um conhecido tenente R/2 apresentou-o ao advogado e também tenente R/2 Egas [...] do ramo imobiliário, [qu]e lhe disponibilizou sua máquina copiadora.

[...] Assim ia com sua fiel equipe fazer campanha nas ruas, panfletando no fim do expediente dos quartéis, nos conjuntos habitacionais de militares ou em qualquer situação onde houvesse concentração de militares ou de civis, como na Central do Brasil.

[...] Certa vez, Bolsonaro simulou que seu carro havia quebrado na Ponte Presidente General Costa e Silva (também conhecida por Ponte Rio-Niterói), próximo ao quartel da Base Naval, na ilha do Mocanguê, e os marinheiros que vinham para o Rio de Janeiro eram devidamente panfletados” (BOLSONARO, 2017, p. 65-68)

Mesmo que se trate, na prática, de uma espécie de ‘biografia autorizada’ de Jair Bolsonaro, o livro escrito por seu filho tem relevância para a construção desta dissertação dada a escassez de informações sobre a vida política de Bolsonaro antes de sua eleição a cargos eletivos.

A publicação ainda cita uma matéria jornalística que “acabou ajudando a dar visibilidade para a sua candidatura” (BOLSONARO, 2017, p. 71), intitulada "Especialista em explosivos e filho de vítima de bomba brigam nas urnas" (O GLOBO, 1988, p. 2).

Nela, Bolsonaro é descrito como candidato que "promete fazer uma campanha bombástica" e "o único entre os postulantes de todos os partidos que não pode fazer declarações políticas". Também é descrito como "para-quedaista, mergulhador, especialista em explosivos e, em 1987, foi acusado de planejar a execução da operação 'Beco Sem Saída' - com objetivo de

explodir bombas em algumas unidades do Exército para protestar contra os baixos soldos" (O GLOBO, 1988, p. 2).

A reportagem, que não é assinada, destaca que, por ser um militar da ativa, Bolsonaro ainda não podia se posicionar a respeito de temas políticos. Jair dos Santos Nogueira, então Coronel-médico reformado, era identificado como porta-voz de Bolsonaro e fonte da maioria das informações da reportagem. A única declaração dada diretamente pelo próprio Bolsonaro foi: "Não posso falar com a imprensa agora, só depois de licenciado" (O GLOBO, 1988, p. 2).

Conforme consta em trecho:

Quando decidi se candidatar, Bolsonaro apresentou ao Secretário do PDC seus planos de entrar para a vida pública para "acabar com algumas injustiças". Admitiu que, como vereador, não poderia fazer muito para ajudar os militares, mas a passagem pela Câmara Municipal serviria como trampolim. Ele pretende fazer um trabalho limpo e honesto para chegar à Câmara dos Deputados. Garantiu que sua campanha não seria feita com retaliações ao Exército, muito pelo contrário.

Nogueira acredita que Bolsonaro conseguirá mais de 30 mil votos, principalmente entre os oficiais mais jovens, "que o admiram muito". Os militares da reserva e até mesmo os parentes dos oficiais também são considerados seus eleitores potenciais. (O GLOBO, p. 2).

Em outras palavras, a imagem que Jair Bolsonaro buscou construir ao longo da campanha eleitoral para vereador em 1988 foi no sentido de um alinhamento aos interesses militares, não apenas do Exército, ao qual pertencia, e potencialmente foi seu foco, mas das Forças Armadas, em geral. Além disso, consta, desde antes de sua primeira eleição, a intenção em ocupar cargos maiores, a nível nacional.

Tal intenção seria confirmada em 1990, quando Bolsonaro concorreu nas eleições nacionais e se tornou deputado federal graças a "votos principalmente em urnas de bairros com grande concentração de militares" (O GLOBO, 1990). Com 67.056 votos, foi o nome mais votado do PDC, o 2º mais votado da aliança e o 6º mais votado entre todos os candidatos.

Em 1994, foi eleito pelo PPR com 111.927 votos (2,48% do total), sendo o 3º mais votado no geral. A partir de então, continuou a se reeleger ao cargo de deputado federal sequencialmente, ainda que com votações menos expressivas, sempre próximas a casa dos 90 mil a 100 mil votos, entre 1998 e 2010.

Em 2014, então filiado ao PP, elegeu-se como o deputado federal mais votado do Estado do Rio de Janeiro, obtendo 464.572 votos (6,10% do total). Ocorrida em outubro de 2014, tal eleição foi a primeira disputada por Jair Bolsonaro após uma série de aparições midiáticas que deram destaque a declarações consideradas “polêmicas”. Ainda que algo semelhante já tivesse acontecido pontualmente em anos anteriores, como após sua entrevista ao programa Câmera Aberta, em 23 de maio de 1999, ou quando, em frente a uma câmera da reportagem da RedeTV!, ofendeu a colega parlamentar Maria do Rosário (PT-RS) afirmando: “Jamais iria estuprar você, porque você não merece”, em geral, isso ocorria em um contexto de acesso à internet bastante inferior ao que a população brasileira tinha na década de 2010, além da inexistência de redes sociais virtuais e plataformas de divulgação de vídeos, algo que ficava praticamente restrito somente à televisão.

Além disso, o período posterior a 28 de março de 2011, quando Jair Bolsonaro participou do quadro “O Povo Quer Saber”, do programa CQC, da Band, marcou uma série de participações do então deputado federal em programas de TV. Conforme consta:

Entre 2010 e 2018, Bolsonaro ocupou um espaço incomum para políticos na TV aberta brasileira. Ele foi colecionando programas de entretenimento na TV aberta, tendo sido o principal convidado com participações em programas como Agora é com Datena, Agora é Tarde, Casos de Família, Manhã Maior, Mega Senha, Mulheres, Okay Pessoal, Pânico na Band, Programa do Ratinho, Programa do Raul Gil, Superpop, The Noite e Você na TV. (CHERFAN, 2019)

Em 2018 o crescimento que já havia sido iniciado chegou a níveis muito maiores quando Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, liderando o 1º turno com 49.277.010 em todo o país. Em seu Estado, o Rio de Janeiro, obteve 5.107.735 votos (59,79% do total), quase o quádruplo do 2º colocado, Ciro Gomes (1.300.292) e do 3º colocado, Fernando Haddad (1.255.425) naquela ocasião.

É válido destacar a trajetória partidária de Bolsonaro como deputado federal: Partido Democrata Cristão (PDC) (1989-1995), Partido Progressista Reformador (1995-1999), Partido Progressista Brasileiro (PPB) (1999-2003), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (2003-2005), Partido da Frente Liberal (PFL) (2005-2005), Partido Progressista (PP) (2005-2016), Partido Social Cristão (PSC) (2016-2018), Partido Social Liberal (PSL) (2018-2019) (RODRIGUES; SILVA, 2021). Já como presidente, passaria um período sem vínculo a nenhum partido, enquanto atuava na tentativa de criação de uma nova legenda,

Aliança Pelo Brasil. No último ano de seu mandato, filiaria-se ao Partido Liberal (PL) para tentar a reeleição.

Além disso, é possível perceber que os posicionamentos de Bolsonaro acabaram mudando ao longo do tempo conforme as pautas adotadas ou defendidas pelos próprios governos federais que acompanharam sua trajetória como deputado federal. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, que contou com um abertura liberal da economia e medidas como privatizações (TOURAINÉ, 1999), Bolsonaro se posicionava de forma contrária a FHC pelas decorrências das privatizações. Já durante os governos de Lula e Dilma que tiveram momentos de enfoque em áreas como a seguridade social, com o Programa Bolsa Família, e políticas de inclusão ao ensino superior, como as cotas no vestibular (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018), Bolsonaro também se posicionou de forma contrária.

3.2.5. Trabalhos acadêmicos sobre a trajetória de Jair Bolsonaro

Há alguns trabalhos que analisam partes da trajetória de Jair Bolsonaro, como o de Goulart (2024), que aborda a trajetória legislativa de Jair Bolsonaro ao longo de todos os 27 anos de seus mandatos como deputado federal, a partir dos 162 projetos de lei assinados pelo deputado (dos quais apenas 20 são feitos em coautoria com outros parlamentares). Em questão da divisão temática da própria Câmara dos Deputados, que traz 32 áreas temáticas, Bolsonaro apresentou projetos de lei em 24, sendo as mais presentes em sua trajetória as seguintes: Administração Pública (30 projetos de lei); Direito Penal e Processual Penal (28); Defesa e Segurança (28). Somados, os projetos apresentados nestas três categorias representam cerca de 46% dos propostos por Bolsonaro. Na sequência, as categorias mais presentes são Direitos Humanos e Minorias (9); Viação, Transporte e Mobilidade (9). Para a autora, a dispersão temática é uma de suas características marcantes, assim como sua figura como representante de demandas sociais de um grupo social formado por militares, agentes de segurança pública e seus parentes (como punitivismo e legítima defesa, propondo aumento de penas ou um maior acesso a armas de fogo), além de um caráter heterodoxo de sua orientação política, especialmente no que diz respeito a demandas de servidores públicos e pensionistas (GOULART, 2024).

Em Gennari (2023), sua trajetória é destacada, ainda que de forma ampla, muito resumida, sem grandes aprofundamentos. Mas há uma seção intitulada “Estratégias eleitorais e a mídia”, destacando como Bolsonaro se tornou “amplamente conhecido, por meio da mídia, primeiro a tradicional e, depois, por meios digitais próprios.” (p. 477). O texto também

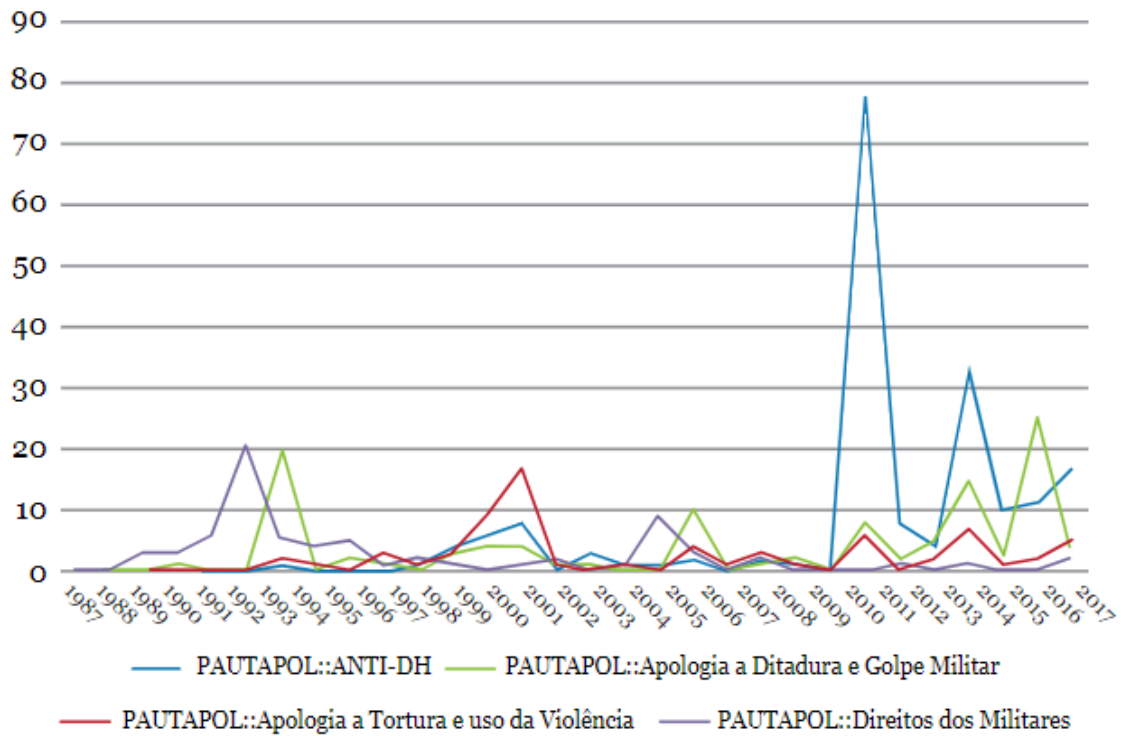
destaca que, "dentro da lógica da política como espetáculo, ocupou espaços tanto nos jornais da mídia *mainstream* quanto em programas de variedades e humorísticos, como uma figura folclórica e que, pelas declarações polêmicas, preconceituosas e extremistas, garantia audiência" (p. 478). A ausência de citação a quaisquer dos programas e da maior parte das declarações indica o tom resumido da produção.

Outro trabalho relevante é o publicado por Nascimento et al (2018), que analisa publicações entre 1987 e 2017, ou seja, 30 anos, a respeito de Jair Bolsonaro, nas páginas dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, com a intenção de perceber se há continuidade ou coerência em seu discurso, além dos principais temas abordados por ele.

Os autores dividem as "pautas políticas" de Bolsonaro ao longo do período em 11 categorias, sendo as seguintes (em parênteses, a quantidade de aparições nos jornais): militarização da sociedade (12), apologia da pena de morte (14), anti-povos e comunidades tradicionais (15), política externa (17), campanha à presidência (30), combate à corrupção (41), apologia a tortura e uso da violência (70), direitos dos militares (73), apologia a ditadura e golpe militar (141), anti-direitos humanos (191) e outros (114).

Ainda é possível verificar uma quantidade bastante acima da média de presença em pautas "anti-direitos humanos" no ano de 2011. Conforme consta:

Gráfico 1 - Presença de reportagens citando Jair Bolsonaro organizadas por pautas conforme proposto por Nascimento et al (2018)



Fonte: Nascimento et al, 2018. p. 151.

Gráfico 2 - Matérias analisadas em Folha e Estadão (1987-2017) por Nascimento et al (2018).

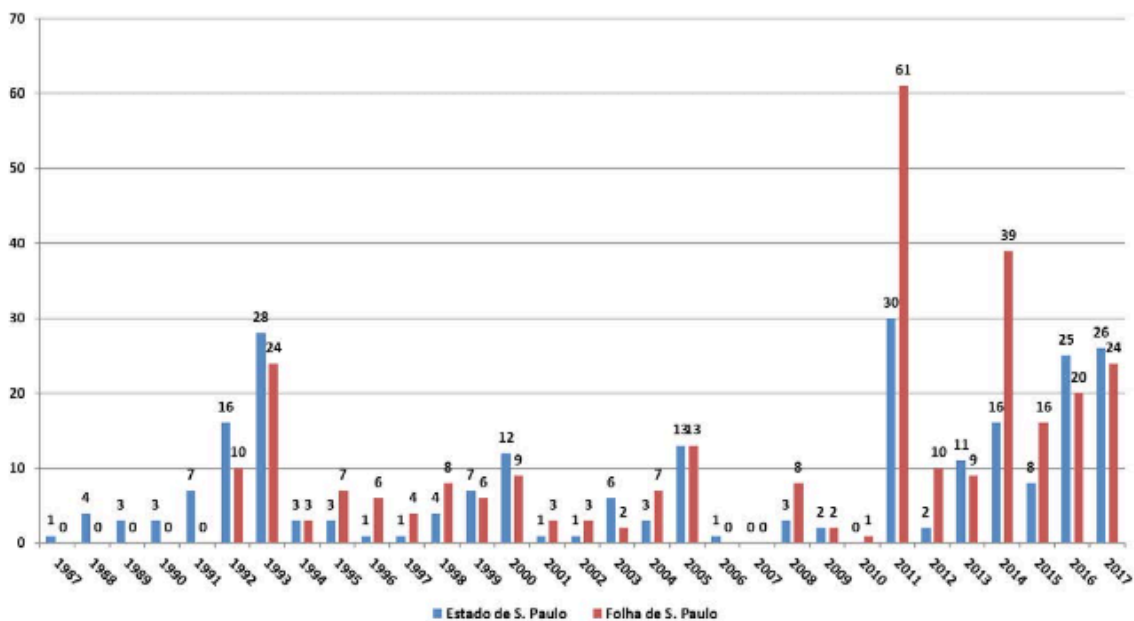


Gráfico 2. Número total de matérias analisadas quanto ao jornal ao longo dos anos (1987-2017).

Fonte: Nascimento et al, 2018, p. 142.

Apesar de informações relevantes, há algumas lacunas no trabalho de Nascimento et al (2018), reconhecidas pelos próprios autores ao citarem o "caráter de incompletude" (p. 168), por falta de relação dos resultados com o "trabalho parlamentar" de Bolsonaro, além da falta de uma relação com "outros jornais". Em relação a esta pesquisa, uma das principais complementaridades se dá devido à inclusão de três meses do ano de 2018, que somam mais menções a Bolsonaro na imprensa do que a maioria dos anos anteriores até então.

Outro trabalho relevante é "A normalização do discurso de Jair Bolsonaro pela mídia Mainstream brasileira" (LEITE, 2023), que faz uma análise sobre a forma como Jair Bolsonaro foi retratado midiaticamente na Folha e no Estadão, inclusive aprofundamentos como a verificação de em quantas notícias o deputado teria sido fonte única numa notícia, ou retratado ao lado de um contraponto, ou com a presença de um discurso direto de Bolsonaro ou títulos considerados como caça-cliques (LEITE, 2023). A autora ainda delimita em oito grupos temáticos os resultados de sua análise de conteúdo: PT/Disputa política (1), Gênero/Racismo (2), Militarismo/Ditadura Militar (3), Economia/Mercado (4), Violência/Segurança (5), Religião (6), Corrupção/Denúncia (7), Mídia (8) (LEITE, 2023). O material, porém, além de ter focos distintos, engloba apenas o período de reportagens produzidas entre 2008 e 2018, ou seja, uma quantidade de anos inferior à desta pesquisa.

Assim, nestes trabalhos, podemos perceber como muitas temáticas abordadas por Jair Bolsonaro se relacionam, seja em termos de sua imagem pública conforme retratada pela mídia, com base nas declarações que deu ao longo do tempo, com o aumento do uso da internet, permitindo um contato mais direto de Bolsonaro com seu público, fosse em termos de se tornar conhecido, fosse como forma de captar melhor os anseios de seu eleitorado.

Por exemplo, a maioria de seus projetos propostos englobou áreas ligadas aos interesses de militares e funcionários públicos, mas, posteriormente no período analisado, envolviam também a área de direitos humanos e minorias, conforme isso passou a se tornar uma pauta mais midiática, e também um anseio de parte da população e de seu eleitorado. O trabalho de Leite (2023), que engloba os anos da segunda metade desta pesquisa (2008-2018) indica questões relacionadas a temas como gênero, racismo e o PT entre as principais, ou seja, pautas que na década de 1990, por exemplo, pouco apareciam em seus discursos repercutidos pela mídia. É plausível que a própria mudança em termos de interesse da sociedade perante tais temas tenha influenciado Jair Bolsonaro a abordá-los com mais frequência. Em geral, os estudos caminham para indícios semelhantes nesse sentido. Esta dissertação também se

diferencia do apresentado por Nascimento et al (2018) a partir do momento em que trouxe uma perspectiva qualitativa, com aprofundamentos maiores sobre a cobertura midiática a respeito de Bolsonaro, somado a uma tentativa de compreender a ação racional de Bolsonaro como uma estratégia política diante de outras possíveis estratégias usadas em seus mandatos como deputado federal, destacando-o como um ator racional aparentemente atento às transformações comunicacionais no mundo da política.

3.2.6. O entretenimento na construção da visibilidade de Bolsonaro

Bolsonaro obteve um aumento significativo de votos entre as eleições de 2010 e 2014. Há diversos indícios de quais pautas tenham sido mais exploradas por ele, assim como pela mídia ao retratar o seu discurso. Piaia e Nunes (2022) fazem um levantamento a respeito dos programas de entretenimento (ou seja, sem contabilizar jornalísticos, materiais da TV Câmara e afins) exibidos na TV aberta brasileira entre 2010 e 2018 no qual é possível extrair informações importantes, uma vez que tais programas teriam sido importantes para que ganhasse tempo em horário nobre em rede nacional expondo suas ideias, utilizando tais aparições para abastecer redes sociais e consolidar uma imagem de outsider político e cidadão comum diante do eleitorado (PIAIA; NUNES, 2022, p. 107).

No período citado, foram 34 participações de Bolsonaro em 18 programas de entretenimento diferentes. Com o passar do tempo, ganhou também destaque individual: entre 2010 e 2014, foram 19 participações, sendo nove delas debates em que era apenas um convidado; entre 2015 e 2018, por sua vez, das 14 participações, 11 eram entrevistas como foco principal. (PIAIA; NUNES, 2022) As participações se deram da seguinte maneira, conforme explicitado nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Aparições de Jair Bolsonaro em programas de entretenimento na TV (2010-2018)

Ano	Aparições de Bolsonaro na mídia
2010	3
2011	7
2012	3
2013	3
2014	4

2015	5
2016	5
2017	3
2018	1

Fonte: Piaia e Nunes (2022).

Tabela 2 - Tipos de programas de entretenimento que Bolsonaro apareceu na TV (2010-2018)

Tipo de programa	Quantidade de aparições
Auditório	23
Variedades	4
Talk-show	4
Revista eletrônica	2
Game-show	1

Fonte: Piaia e Nunes (2022).

Tabela 3 - Emissoras em que Bolsonaro apareceu em programas de entretenimento (2010-2018)

Emissora	Aparições em programas de entretenimento
RedeTV!	16 (sendo 10 no Superpop)
Band	9 (sendo 3 no CQC e 3 no Agora É Tarde)
SBT	8 (sendo 3 no Programa do Ratinho)
Gazeta	1
Globo	0
Record	0

Fonte: Piaia e Nunes (2022).

Tais participações foram divididas em três fases pelos autores. Na primeira (2010-1º semestre/2011) usa a estratégia de denunciar o que chamava de “kit gay”, em que mudou o foco de seu discurso de pautas militares para pautas morais, e também ganha espaço por conta de uma declaração dada ao CQC, pela qual sofreu acusações de racismo. Na segunda

(2º semestre/2011-2015) participa de jogos, quadros humorísticos e talk-shows, performando como *showman*, com pouco espaço em noticiários, mas aumentando sua base de seguidores virtuais impulsionado pela participação nos programas de entretenimento. Na terceira (2015-2018) usa os programas de entretenimento para viabilizar sua candidatura à presidência nas eleições seguintes, em 2018. (PIAIA; NUNES, 2022, p. 104-106).

Os convites eram feitos, em muitas ocasiões, destacando o lado polêmico do então deputado federal, que, “quanto mais produzia polêmicas, mais era chamado aos palcos para reproduzi-las. [...] Suas falas violentas escapavam também para os noticiários” (PIAIA; NUNES, 2022, p. 101).

Piaia e Nunes (2022) dão às aparições de Bolsonaro em programas de entretenimento o peso de terem contribuído para a normalização de seu discurso extremista, que era rejeitado em ambientes como mídia, judiciário e parlamento, mas encontrava espaço no entretenimento, ainda que essa não fosse, necessariamente, a intenção dos programas dos quais participou.

O discurso radical de Bolsonaro foi em grande medida rechaçado pela grande mídia ao longo de sua trajetória enquanto parlamentar e mesmo enquanto presidencial. Isso traz à tona o fato de que a mídia fornece elementos para a construção de uma agenda de extrema-direita, ao passo que repudia a forma de concretização dessas pautas (KALLIS, 2013; ELLINAS, 2018). No caso brasileiro, pode-se dizer que os temas da corrupção e da violência urbana tiveram lugar privilegiado na grande mídia nos últimos anos: de um lado, escândalos como o Mensalão e a Lava Jato; do outro, programas de sensacionalismo policiaisco.

(PIAIA; NUNES, 2022, p. 100).

Apesar de ser uma pesquisa valorosa, é válido destacar que possui algumas falhas, como a de considerar apenas participações maiores que um minuto, e dentro do que chama de "entretenimento não-ficcional", ou seja, desconsidera programas como *A Praça É Nossa*, com o humorista Alexandre Porpetone parodiando o político com personagens como Bolsomagro ou Bolsolargo em 2017, e o comediante Carioca (Márvio Lúcio dos santos) no quadro "Mitadas do Bolsonabo", também em 2017. Ainda que exibidos em horários diferentes e voltados a públicos diferentes, a presença da figura de Bolsonaro, ainda que por meio de imitações, como um personagem recorrente, parece relevante no que diz respeito à construção de sua imagem. O *Conexão Repórter*, apresentado por Roberto Cabrini, que teve o tema "Bolsonaro vs. Jean Wyllys" em 24 de abril de 2016, também não faz parte do material analisado, ainda que pareça estar em um contexto jornalístico próximo a diversas das

participações do deputado no CQC (o estudo considera o CQC como "infotainment" e o categoriza como programa de auditório (PIAIA; NUNES, 2022, p. 97) - ainda que a maioria das participações de Bolsonaro não tenham se dado no auditório, mas em reportagens previamente gravadas).

O entretenimento não é o principal foco desta dissertação, mas ajuda potencialmente a compreender parte do motivo pelo qual as citações na imprensa a Jair Bolsonaro também cresceram no período citado (2010-2018) em relação ao anterior como deputado federal (1991-2010).

3.2.7. Bolsonaro e as redes sociais

É perceptível que, ao longo dos mandatos como deputado federal, a popularidade de Jair Bolsonaro também aumentou à medida em que o acesso à internet e às redes sociais também cresciam no Brasil.

Não há informações sobre a data exata em que Bolsonaro começou a usar as redes sociais com maior frequência, mas em ao menos três delas é possível saber a data de criação de seus perfis considerados como oficiais. Em 30 de junho de 2009, no YouTube, foi criado o perfil Jair Bolsonaro (@jbolsonaro); em março de 2010, no Twitter (atual X) foi criado o perfil Jair M. Bolsonaro (@jairbolsonaro). Em 14 de junho de 2013, no Facebook, foi criado o perfil Jair Messias Bolsonaro (@jairmessias.bolsonaro). Esta pesquisa não encontrou registros da data de criação do Instagram de Bolsonaro, e nem se ele chegou a ter um perfil oficial no Orkut.

Na ocasião de abril de 2011, poucos dias após a ampla repercussão da entrevista de Bolsonaro ao CQC, surgiu a notícia de que um perfil falso usando sua imagem e seu nome sem autorização teria feito uma postagem na rede social Orkut sugerindo que uma chacina ocorreria num colégio. Menos de uma semana depois, houve um ataque a tiros na escola municipal do Realengo, no Rio de Janeiro. Isso fez com que parte da imprensa contatasse o Bolsonaro por um posicionamento. Na ocasião, além de negar qualquer envolvimento com o caso, a assessoria do deputado informava que "Bolsonaro não tem conta em redes sociais" (FOLHA, 2011a).

Antes mesmo da popularização das redes sociais ou até da internet no Brasil, Bolsonaro já apresentava comportamentos que se assemelhavam, de alguma forma, ao de um usuário de rede social. Ao longo dos anos, chamou atenção ao colocar cartazes na porta de seu gabinete

que traziam mensagens simples e diretas, e ao mesmo tempo alguma imagem com desenho ou fotomontagem, para chamar a atenção de quem passasse pelos corredores da Câmara, de forma semelhante à que ocorre num feed de Instagram, Facebook ou Twitter, por exemplo.

Duas destas imagens ficaram especialmente populares quando foram registradas por fotógrafos da Folha de S. Paulo, por exemplo. Uma traz a foto de um cachorro com um osso na boca, pensando em outro osso, e a frase: “Desaparecidos do Araguaia/Quem procura [osso] é [cachorro]”. O material chegou a ser publicado na Folha em 2009, durante citação sobre a Guerrilha do Araguaia, e também em 2011, quando Bolsonaro chamou atenção por conta de reportagem no CQC e foram feitos alguns perfis sobre o deputado.

[Figura 1: Cartaz com gravura de cachorro na porta do gabinete do deputado federal Jair Bolsonaro]



Fonte: Joedson Alves/Folha Imagem, 2009.

Outra imagem que chamou atenção refere ao ano de 2002, quando Bolsonaro colou uma foto de Fernando Henrique Cardoso segurando uma bandeira ligada ao movimento LGBT+ (à época, geralmente reverenciado como movimento gay ou GLS) com a frase "Eu já sabia", insinuando a homossexualidade de FHC, e outro cartaz em que se lê "FHC é meu pastor, tudo me roubarás".

[Figura 2: Imagens criticando o presidente FHC no gabinete do deputado Jair Bolsonaro]



Fonte: Sérgio Lima/Folhapress, 2002

Desde o início dos anos 2000, também é possível constatar em fotos um adesivo com o nome Bolsonaro junto à bandeira do Brasil e ao slogan "Brasil acima de tudo", que usaria mais pra frente na campanha presidencial.

[Figura 3: Adesivo no gabinete de Jair Bolsonaro com slogan "Brasil acima de tudo"]



Fonte: Dida Sampaio/Estadão, 2004.

3.3. Jornais analisados

Serão analisados os acervos de dois grandes veículos de imprensa no Brasil, os jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, de São Paulo, cuja tiragem e frequente citação em outros veículos nos permite considerá-los como entre os maiores do país. Esta pesquisa opta por não incluir o jornal O Globo, outro que poderia ser enquadrado por estes critérios, uma vez que, por ser do Rio de Janeiro, traz uma visão mais regionalizada da cobertura a respeito de Bolsonaro como deputado federal, enquanto a Folha e o Estadão destacam com mais precisão os temas que acabaram, de fato, sendo nacionalizados.

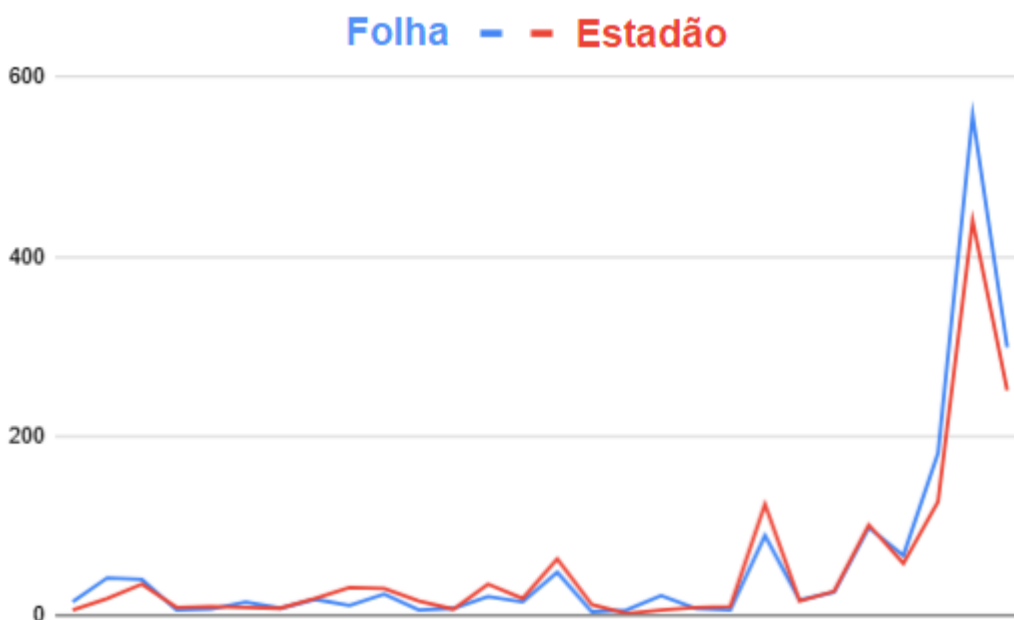
Apesar de a internet ainda não ser consolidada no Brasil no início da década de 1990, englobado por esta pesquisa, ela foi crescendo e se tornando mais acessível à população brasileira ao longo dos anos. Apesar de analisarmos somente as edições impressas dos jornais, o jornalismo online permitiu às empresas de comunicação que tivessem métricas de audiência mais direta sobre quais assuntos são lidos ou não. Se determinada notícia publicada no site sobre um tema dá bastante audiência, e isso se repete com frequência, é possível que ele permaneça no radar dos jornalistas produtores de notícia quando escolhem suas pautas. Bolsonaro parece ter se tornado um desses temas, conforme consta em Leite (2023).

4. Bolsonaro na imprensa: Folha e Estadão

4.1. Jair Bolsonaro na Folha e no Estadão

Conforme o gráfico abaixo demonstra, há alguns picos em comum de notoriedade de Jair Bolsonaro ao longo de seus mandatos como deputado federal que podem ser percebidos tanto na Folha quanto no Estadão, ainda que com ligeiras variâncias. Os anos que demonstram aumento significativo em relação ao período anterior são os seguintes: 1993, 2005, 2011, 2014, 2016 e 2017.

Gráfico 3 - Total de citações a Jair Bolsonaro nas capas de Folha e no Estadão entre janeiro de 1991 e março de 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Uma análise mais aprofundada, feita com base na leitura dos textos publicados a cada ano, indica que as motivações para tal foram: em 1993, discurso feito por Bolsonaro pedindo o fechamento do Congresso e denúncias a respeito de suposto escândalo de compra de parlamentares pelo PSD; em 2005, o comportamento de Bolsonaro durante a cobertura do Escândalo Político Midiático do Mensalão, assim como críticas a nomes do PT como Lula, José Dirceu e José Genoíno; em 2011, aparição de Bolsonaro no programa CQC, e matérias decorrentes com acusações de racismo ou homofobia; em 2014, ano de eleição para deputado federal, na qual Bolsonaro foi o candidato mais votado do Rio de Janeiro e o 3.º mais votado

de todo o Brasil; em 2016, o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em que Bolsonaro foi figura presente tanto em manifestações pró-impeachment, quanto em polêmicas envolvendo a votação; em 2017 quando o nome de Bolsonaro aparece com mais frequência e quantidade entre os candidatos a presidente da República e, como tal, passa a ser mais levado em conta pela imprensa.

4.2. Os mandatos de Jair Bolsonaro na imprensa

4.2.1. 1.º mandato (1991-1994)

A forma como Jair Bolsonaro é retratado pela Folha em seu 1.º mandato passa por alguns momentos distintos. Inicialmente, é bastante atrelado aos interesses militares, citado e consultado pela reportagem em reportagens que envolvem pautas militares, como a questão salarial, ou de reivindicações.

À época, Bolsonaro chegou a ser considerado pela Folha como o “único militar” entre os 513 deputados federais, e o primeiro a ser eleito após a redemocratização em 1985. Em reportagem, o Estadão mostrou certa diferença em relação a isso:

Atualmente, há no Congresso nove parlamentares oriundos das Forças armadas. "Mas apenas eu defendo os interesses dos militares", ressalta o deputado Jair Bolsonaro (PPR-RJ). Além do senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), coronel, há o senador Levy Dias (MS), sargento, e os deputados Arolde de Oliveira (RJ), capitão do Exército; João Fagundes (RO), tenente-coronel; Mauro Borges (GO), coronel; Alacid Nunes (PA), coronel; e o segundo-sargento, em vias de cassação, Manoel Moreira (SP) (NOGUEIRA, 1993, p. A8)

Depois, ainda dentro do espectro militar, ganha repercussão por conta de declarações mais polêmicas, incluindo algumas críticas ao então ministro do Exército, Carlos Tinoco. Bolonaro ainda apostou em declarações polêmicas e em potenciais escândalos de corrupção. Em ao menos duas ocasiões, chegou a defender o fechamento do Congresso, ganhando repercussão com falas consideradas antidemocráticas.

No primeiro ano de mandato, 1991, é citado em notas breves sobre temas ligados ao militarismo. "Na área dos soldos, o porta-voz será o capitão da reserva e deputado Jair Bolsonaro (PDC-RJ)" (FOLHA, 1991a, p. A-10). Em reportagem com breves perfis dos "novos congressistas", consta: "Jair Bolsonaro (PDC), 35, capitão pára-queda, na reserva desde 88 após as críticas que fez ao então ministro do Exército, Leônidas Pires. Foi vereador

no Rio." (FOLHA, 1991b, p. A-8). No dia 2 de junho de 1991, sua foto aparece pela primeira vez, em matéria sobre a possível sindicalização de militares da ativa, e em 3 de julho de 1991 seu nome é citado pela primeira vez em uma coluna de opinião, escrita por Gilberto Dilmenstein, a respeito de questões militares.

Já em 1992, destaca-se a crise entre Bolsonaro e o ministro do Exército, Carlos Tinoco, a quem o deputado federal chamou de "palhaço, banana e covarde" (FOLHA, 1992). Além das suas críticas, reportagens com a insatisfação de Tinoco e com a possibilidade de processos administrativos por conta das declarações surgiram.

Durante o processo de impeachment de Fernando Collor (PRN-AL), Bolsonaro foi retratado como um dissidente de seu partido, o PDC, uma vez que fazia parte da base governista, mas prometia voto a favor do impedimento do presidente. Em 17 de setembro de 1992, em meio ao processo, se reuniu com Itamar Franco, então vice-presidente. A Folha destaca que a reunião durou poucos minutos e Bolsonaro pediu a troca do ministro Tinoco por Antônio Joaquim Moreira.

Em 1993, declarações consideradas antidemocráticas pelo jornal ganharam espaço, quando Bolsonaro apoiou um golpe de Estado na Guatemala e, tempos depois, sugeriu o fechamento do Congresso no Brasil. Ele chegou a ser definido como "deputado malufista" (FOLHA, 1993a) em determinado momento pelo jornal.

Quanto ao fechamento do Congresso, uma notícia destaca que Roberto Freire (PPS), líder do governo na Câmara, sugeria que não se tomassem atitudes contra as falas: "É melhor deixar assim, porque o que ele quer é se transformar numa vítima". (FOLHA, 1993a, p. 1-6).

Uma reportagem com certo destaque, já que era exclusivamente sobre Bolsonaro e trazia uma foto sua, foi publicada em 25 de junho de 1993 com o título "Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado". Além de detalhes sobre seu perfil, trazia a seguinte fala: "Sou a favor de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que esse Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que está muito próximo. Na atual democracia, temos como resolver os problemas nacionais?" (FOLHA, 1993b, p. 1-8). As falas sobre a ditadura também permitem a Bolsonaro aparecer, pela primeira vez desde que se tornara deputado federal, em cartas (em tom crítico) enviadas por leitores na seção de Painel do Leitor da Folha.

Em geral, a Folha deu destaque à declaração de Bolsonaro sobre o fechamento do Congresso em tom crítico, fosse por parte de seus colunistas, de políticos e colegas de Bolsonaro, ou de

leitores. A exceção do retrato veio em reportagem sobre a repercussão da fala no meio militar, que destacava que Bolsonaro "é quase uma unanimidade entre os sargentos e suboficiais" (FOLHA, 1993c, p. 1-9) e que "Mesmo a proposta de fechamento do Congresso Nacional feita por Bolsonaro foi bem recebida entre diversos sargentos e suboficiais das três forças ouvidos pela Folha. O Congresso é o principal alvo das críticas feitas por estes militares" (FOLHA, 1993c, p. 1-9).

Em 1993, surgem também as reportagens que tratam sobre corrupção e envolvem Bolsonaro direta ou indiretamente. Um escândalo de supostos valores pagos a deputados para se filiarem ao PSD foi um deles - Bolsonaro foi retratado como um político que assinou a ficha de filiação, mas desistiu de última hora. Segundo ele mesmo, por perceber que havia algo de errado. Ele fez acusações de corrupção a Fleury, governador de São Paulo e nome forte do partido na época. Tempos depois, também fez acusações de corrupção a Joaquim Roriz (PP-DF), governador do Distrito Federal. Trecho da coluna Painel também trouxe uma declaração a respeito do tema corrupção: "De Jair Bolsonaro (PPR-RJ), ao dizer que procura outro partido: - O PPR é onde está a nata da corrupção" (PAINEL, 1993, p. 1-4).

O ano também marcou a primeira aparição no jornal de algo que, mais à frente, se tornaria frequente: a presença de Bolsonaro em programas de entretenimento na TV. Uma reportagem destacava sua aparição no Casseta e Planeta, da TV Globo.

"Entre os entrevistados [...] sobretudo, Jair Bolsonaro (PPR-RJ), a quem um dos atores perguntou: "No meio de todo esse rolo, o senhor não embolsonar algum?" O deputado e oficial da reserva sorriu e, na esportiva, respondeu que estava acostumado a ouvir piadinhas com derivações a partir de seu sobrenome" (NATALI, 1993, p. 1-10).

Faltando alguns meses para a sua possível reeleição, Bolsonaro voltou a pedir o fechamento do Congresso - na ocasião em que sua fala anterior completava um ano. O fato ganhou repercussão midiática novamente em uma nota na Folha. No restante do ano de 1994, Bolsonaro esteve atrelado a questões do orçamento da União voltadas a interesses militares. Em dezembro ainda houve uma acusação de que teria usado verba pública, divulgando propagandas de campanha com envelopes e etiquetas oficiais da Câmara, o que negava.

O Estadão também aborda Bolsonaro muito ligado aos interesses militares em seu primeiro mandato. No ano de 1993, porém, a maioria de suas citações surge em colunas opinativas, editoriais ou em cartas enviadas por leitores. Bolsonaro também é citado em reportagens que

envolvem a questão indígena, a respeito de seu posicionamento contrário à demarcação de terras ao povo ianomâmi. Ele surge também como potencial candidato a prefeito no Rio de Janeiro (a candidatura não chegou a se desenvolver) e ganha destaque por seu antagonismo com José Genoíno (PT-SP), deputado ligado à esquerda, de acordo com o jornal. Tanto a Folha quanto o Estadão deram repercussão à reportagem que o The New York Times publicou sobre Bolsonaro

4.2.2. 2.º Mandato (1995-1998)

Durante o 2.º mandato de Bolsonaro como deputado federal a Folha voltou a repetir alguns temas com os quais Bolsonaro já havia aparecido, incluindo os direitos militares, ainda que em menor proporção, e o funcionalismo público. Também há diversas citações à sua atuação parlamentar, com votos, posicionamentos e brigas.

Em uma delas, consta uma das primeiras aparições midiáticas de Bolsonaro na folha falando sobre questões ligadas à temática LGBT.

"Os deputados pepebistas Jair Bolsonaro e Wigberto Tartuce quase chegaram às vias de fato em recente debate sobre homossexualismo nas Forças Armadas. Bolsonaro não se conformou com a posição liberal do colega" (PAINEL, 1997, p.4)

Bolsonaro também apostou em declarações polêmicas, como a de que a polícia militar de São Paulo deveria ter matado mais do que os 111 presos no Massacre do Carandiru, ou a acusação de que o colega Ricardo Barros (PPB-PR) teria tentado comprar sua ausência numa votação na Câmara - posteriormente, voltou atrás na declaração. Sua figura também foi destacada em discussões sobre a Guerrilha do Araguaia e possíveis anistias e indenizações aos envolvidos no fato durante a ditadura militar.

Outro ponto de destaque é uma nota da coluna PAINEL que destaca o apelo que Bolsonaro parecia ter com seu eleitorado à época: "Defensor radical dos direitos dos militares, Jair Bolsonaro, do PPB, acaba de descobrir que é o segundo colocado, entre os 513 deputados, no ranking de cartas recebidas na Câmara. Só perde para Michel Temer, o presidente." (PAINEL, 1997, p. 2). Apesar de não indicar exatamente a fonte do levantamento, é um indício de que Jair Bolsonaro já tinha um forte contato direto com o seu eleitorado antes mesmo da criação das redes sociais na internet.

4.2.3. 3.º Mandato (1999-2002)

Ainda vinculado a pautas militares, Bolsonaro tem grande repercussão no período no ano de 1999, quando dá declarações em um programa de televisão apoiando métodos de tortura, sugerindo a sonegação de impostos e dando outras declarações polêmicas. É neste ano que Bolsonaro sugere o fuzilamento do então presidente Fernando Henrique Cardoso. É nestas polêmicas que se encontram a maior parte das citações no período.

4.2.4. 4.^a Mandato (2003-2006)

Até o ano de 2004, Bolsonaro ainda aparece bastante ligado a questões como negociação de aumento dos militares, especialmente na Folha de S. Paulo. Nos dois primeiros anos de mandato, possibilidades de mudança de partido e outras negociações estão entre as citações a Bolsonaro.

A partir de 2005, porém, é possível notar uma redução nas matérias ligadas essencialmente a interesses militares - ainda que continuem aparecendo, mas mais voltados a questões polêmicas, como debates sobre a ditadura.

Mais uma vez, Bolsonaro tenta se eleger como presidente da Câmara dos Deputados, o que lhe garante citações midiáticas, apesar de os jornais já preverem uma votação irrisória.

Questões envolvendo o julgamento do Escândalo Político Midiático chamado Mensalão, acusação de corrupção envolvendo possível compra de votos por parte do governo do PT na Câmara, acabou gerando algumas repercussões para Bolsonaro, que usou gestos e cartazes para chamar atenção em algumas ocasiões. Quando José Dirceu (PT-SP) retornou após algum tempo afastado, por exemplo, fez um sinal de roubo ao lado de outros deputados da oposição. Durante uma sessão sobre a cassação de Dirceu, Bolsonaro gritou a palavra "Terrorista". E, após a votação que culminou na cassação de Dirceu, foi apontado pela Folha como o único parlamentar a comemorar o fato em público. ato solene guerrilha do araguaia.

Destaca-se, também, em 24 de junho de 2005, a primeira aparição do tema da homossexualidade em uma fala de Bolsonaro registrada pelo jornal Estadão. Na ocasião, fez uma comparação envolvendo o tema a uma suposta corrupção por parte do presidente Lula.

Em fotos publicadas na Folha de S. Paulo, também em debates envolvendo o Mensalão, aparece segurando um cartaz com a palavra Lulla, com o nome do então presidente do PT escrito conforme grafia famosa na campanha de Fernando Collor, em 1989 - Collor foi alvo de um impeachment anos depois, em 1992. Em outra ocasião, levou um saco de lixo com as

palavras "Mensalão Lullão" e uma estrela do PT, que novamente chamou a atenção de fotógrafos.

Outro fatos que rendeu algumas aparições a Bolsonaro foi o referendo do desarmamento, em que o deputado adotou uma postura pública em favor do voto "não", ou seja, contrário à proposta que aumentaria o incentivo ao desarmamento. No último ano de mandato, 2006, Bolsonaro teve poucas aparições nos jornais analisados, sem grandes destaques, mesmo em se tratando de um ano eleitoral.

4.2.5. 5.º Mandato (2007-2010)

Seguindo a tendência da segunda metade do mandato anterior, Bolsonaro aparece novamente mais desvencilhado de temas ligados diretamente à classe militar, como questões salariais ou direitos, e se relaciona com os interesses militares muito mais no que diz respeito a polêmicas e declarações sobre a ditadura militar, como quando defende Carlos Alberto Brilhante Ulstra, apontado como torturador no período. Ele também continuou apostando na oposição ao governo federal e no antipetismo.

Há algumas reportagens citando Bolsonaro também no que diz respeito à demarcação de terras indígenas, em que costuma se posicionar de forma contrária. Numa sessão com debate sobre a reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, por exemplo, se dirigiu ao então ministro da Justiça Tarso Genro (PT-RS) chamando-o de mentiroso e terrorista. Um homem indígena que participava do evento, Jecinaldo Sateré Maué, jogou água na direção de Bolsonaro, o que rendeu algumas notícias e até uma foto na Folha, por exemplo.

Destaque, também, em 2009, quando ao se posicionar sobre a procura por restos mortais de mortos na Guerrilha do Araguaia, colocou um cartaz na porta de seu gabinete com a inscrição: "Desaparecidos do Araguaia, quem procura osso é cachorro". Durante a eleição de 2010, declarou apoio a José Serra (PSDB-SP) em contraposição a Dilma, e seu slogan "Petista bom é petista sem mandato" foi registrado na coluna Painel, da Folha.

4.2.6. 6.º Mandato (2011-2014)

É ao longo de seu 6.º mandato que Bolsonaro passa a ter um crescimento significativo em termos de visibilidade, em especial no ano de 2011, a partir do momento em que é protagonista de uma polêmica exibida no programa CQC. Bolsonaro, então, passa a ser vinculado a temas como direitos humanos (geralmente em posição contrária).

O mandato também engloba o período em que Bolsonaro começou a fazer uso de parte de suas redes sociais, e o seu último ano, 2014, também marca um salto em termos de popularidade no voto em relação ao ano de 2010, quando consegue mais que o quádruplo da votação anterior.

É entre os meses de março e junho que surge uma grande sequência de reportagens relevantes e frequentes com Jair Bolsonaro como protagonista. O início se deu com a exibição do quadro O Povo Quer Saber, do programa CQC, da Band, em que a cantora Preta Gil aparecia fazendo uma pergunta sobre um possível relacionamento de um dos filhos de Bolsonaro com uma mulher negra. Em seguida foi exibida uma resposta de Bolsonaro alegando que não discutiria promiscuidade, e que seus filhos não correriam risco de se apaixonar por uma negra por terem sido educados. O jornal repercutiu, posteriormente, as justificativas de Bolsonaro de que não havia compreendido a pergunta corretamente. Em sua defesa, justificou que as falas haviam sido feitas caso a pergunta se referisse a homossexualidade. O fato ainda manteve repercussão com comentários de outras personalidades sobre o tema e também pela notificação pela Câmara das falas de Bolsonaro.

A partir de então, Bolsonaro passou a ocupar um espaço maior, inclusive questionado sobre temas diversos. Em maio, diante de decisão do STF reconhecendo a união estável entre casais gays, foi publicada a matéria "Próximo passo será legalização da pedofilia", trazendo-o como voz de contraponto. Em 14 de maio de 2011, a coluna Direto da Fonte, de Sonia Racy, traz um comentário de Bolsonaro avaliando como de mau gosto uma piada de Danilo Gentili sobre judeus, destacando que Bolsonaro opinou quando indagado pela coluna. Seu nome também foi citado na coluna de Tutty Vasquez, bem-humorada, sugerindo que o deputado deveria participar da Marcha da Maconha.

Entre maio e junho, surgem notícias relacionadas a uma instauração de processo disciplinar contra Bolsonaro, levando como base uma discussão que teve com a então senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e também pelo episódio envolvendo Preta Gil no CQC. Em 30 de junho de 2011, por 10 votos a 7, a abertura do processo é rejeitada pelo conselho de ética e decoreo parlamentar.

A atuação parlamentar também aparece, ainda que em menor proporção. Um exemplo é a votação de Bolsonaro contrária à criação da Comissão da Verdade. O nome de Jair Bolsonaro também aparece em reportagens que citam seus filhos, como Carlos ou Flávio Bolsonaro.

Os interesses militares aparecem em proporção muito menor do que nos mandatos anteriores, ainda que conste, por exemplo, em reportagem sobre o corte de horas de voo de pilotos da força Aérea Brasileira, quando o jornal usa um levantamento feito por Bolsonaro sobre o tema.

4.2.7. 7.º Mandato (2015-2018)

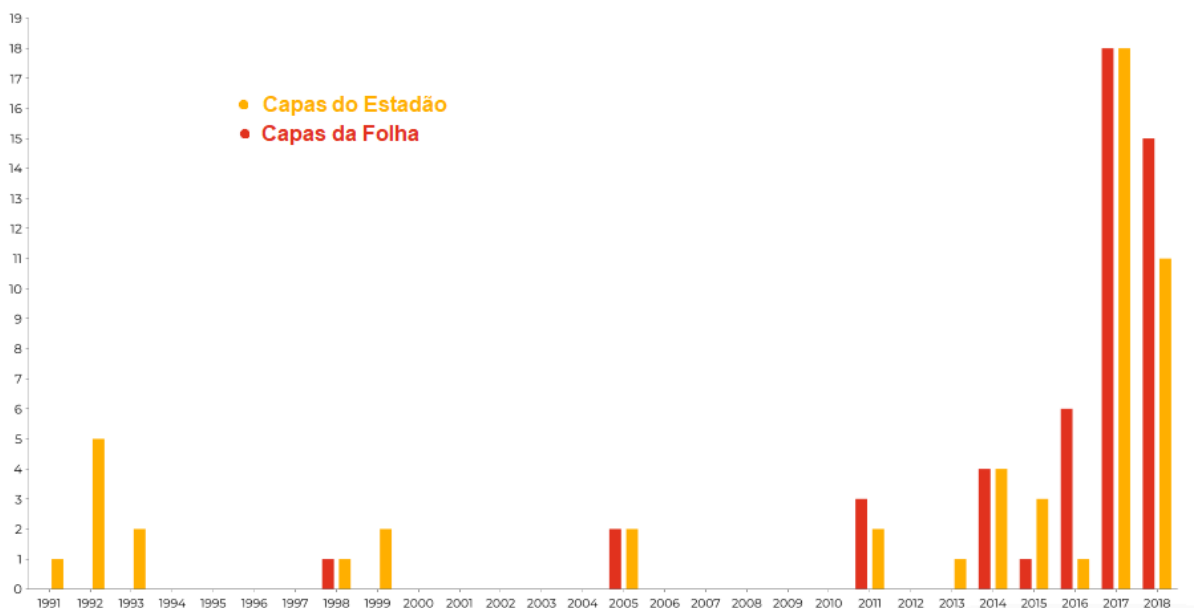
As aparições de Bolsonaro na imprensa em seu último mandam passam por fases distintas. Entre 2015 e 2016, é citado diversas vezes em reportagens que falam sobre protestos e manifestações contrários ao PT e a Dilma Rousseff. O nome de Bolsonaro costuma ser citado como exaltado por manifestantes, ou presente em camisas ou outros produtos, indicando se tratar de um político que não foi atingido pela Operação Lava Jato, pelo contrário, cresceu em popularidade durante as investigações - assim como o juiz Sergio Moro. A primeira vez em que Bolsonaro é citado em uma pesquisa de intenção de voto para presidente acontece em 2016, mas isso se torna um fato comum e frequente a partir de 2017. É graças a essas pesquisas de intenção de voto que Bolsonaro acaba tomando o lugar que era do PSDB como antagonista do PT na disputa, o que é repercutido inclusive por diversas colunas opinativas.

Percebe-se que, inicialmente, a candidatura de Bolsonaro é apontada como algo que não tende a se manter ou crescer conforme a campanha fosse se desenvolver. Com o passar do tempo, e o aumento das intenções de voto, inclusive em pesquisas não estimuladas, os jornais passam a dar outro tipo de tratamento a Bolsonaro. No lugar de insinuações de que seria um nome muito extremista e incapaz de conquistar grande parcela do eleitorado, surgem matérias mostrando seus tipos de pensamento e quais os principais nomes cotados para assumir cargos importantes em seu ministério, além de impressões sobre o que os jornais chamam de mercado sobre seu nome.

4.3. Jair Bolsonaro nas capas de Folha e Estadão

Ao longo do período analisado, Bolsonaro apareceu uma quantidade semelhante de vezes nas capas dos dois jornais: 54 menções ao seu nome no Estadão e 51 na Folha.

Gráfico 4 - Distribuição de menções a Bolsonaro nas capas de Folha e Estadão (1991-2018)



Fonte: elaboração do autor.

A distribuição dessas aparições, porém, apresenta semelhanças e diferenças. Ambos não tiveram nenhuma citação ao nome de Bolsonaro nos seguintes períodos de anos: 1994-1997; 2000-2004; 2006-2010; e 2012. Nesses casos, nenhum dos jornais considerou Bolsonaro relevante o suficiente para aparecer em qualquer tipo de chamada na capa. Os anos de 1998 (1 aparição), 2005 (2), 2014 (4) e 2017 (18), trouxeram a mesma quantidade de citações.

As principais diferenças se encontram no período entre 1991 e 1993, quando Bolsonaro teve 8 aparições, a maioria relacionada a interesses militares, no Estadão, enquanto a Folha não trouxe nenhuma. E no ano de 2016, quando Bolsonaro foi citado na capa do Estadão apenas 1 vez - a partir do fato de ter virado réu por apologia ao estupro no episódio envolvendo a deputada Maria do Rosário - , enquanto a Folha trouxe 6 citações: 1 pelo mesmo motivo, 1 sobre pesquisas eleitorais para a eleição de 2018, 1 sobre a votação do impeachment de Dilma, 1 sobre general indicado à Funai e 2 em colunas, escritas por Reinaldo Azevedo e Hélio Schwartzman.

O Estadão destacou em sua capa 9 textos de colunistas que falavam sobre Bolsonaro e 4 editoriais, enquanto a Folha destacou em sua capa 5 textos de colunistas e apenas 1 editorial ao longo do período citado. Até o ano de 1998, a Folha não traz nenhuma menção a Bolsonaro em suas capas.

O Estadão traz a primeira em 1991, em título que fala sobre o futuro das forças armadas. Em 1992, quatro citações relacionadas novamente a interesses militares, envolvendo crises de

salário, uma marcha militar e seu desentendimento com Carlos Tinoco. A outra aparição de 1992 se dá na capa que traz o nome e o voto de todos os deputados federais em relação ao impeachment de Fernando Collor. Já em 1993, a denúncia de suborno para filiação de políticos por parte do PSD foi tema de duas notícias que aparecem em capas.

O jornal só volta a ter o nome de Bolsonaro na página inicial em 1998, quando o aborda a greve de fome dos sequestradores de Abílio Diniz e a Folha coloca para chamada sobre editorial que critica declaração antidemocrática de Bolsonaro. Em 1999, o Estadão dá espaço à possibilidade de cassação de Bolsonaro por fala sugerindo fechamento do Congresso e outras indicando que, caso a ditadura tivesse matado mais pessoas, o país estaria numa situação melhor.

Após mais um hiato de alguns anos sem aparições, Bolsonaro volta a aparecer nas capas. Na Folha, com duas citações à sua postura em sessões da Câmara sobre o Mensalão em 2005. O tema também foi alvo de um dos editoriais do Estadão, que, em outro, citou seu nome como candidato na eleição de presidente da Câmara.

Outro hiato semelhante entre as duas publicações até o ano de 2011. Nele, o Estadão traz duas menções, ambas a respeito da polêmica envolvendo o CQC e Preta Gil. A Folha traz três menções, sendo duas referentes à mesma polêmica, e uma última sendo chamada para o caderno Folhateen, em reportagem sobre opinião de Bolsonaro sobre filhos que apanham dos pais. A partir de então, a quantidade de citações por ano passa a ser mais regular e parecida entre os jornais, abrangendo, principalmente, o fato de Bolsonaro ser considerado como um candidato a presidente.

4.4. Jair Bolsonaro nos editoriais - Geral

Entre os pontos de destaque, verificamos a presença da figura de Jair Bolsonaro nos editoriais publicados pelos jornais analisados ao longo de seus mandatos como deputado federal. Os editoriais são textos que refletem a opinião do jornal como uma entidade, sem a assinatura de um jornalista em específico, mas assinado pelo próprio jornal. Em seu site, por exemplo, a Folha de S. Paulo destaca no cabeçalho de cada texto publicado na seção de editoriais com a frase “O que a Folha pensa” (FOLHA, 2025). Já em seu site, o Estadão autoavalia seus editoriais como uma forma de a empresa "defender os valores nos quais acredita e dizer à sociedade, com respeito à verdade factual e absoluta transparência, aquilo que pensa ser o certo" (ESTADÃO, 2025).

Le (2010) destaca a conexão entre mídia e política de forma que, como fonte de notícias, os veículos de imprensa têm impacto na formação do jogo político, e, ao abordar o porquê devemos estudar textos editoriais de jornais, explica que os editoriais que não são assinados são uma forma de expressão oficial do posicionamento de veículos de imprensa em relação a temas que estes veículos escolhem para dar destaque num determinado contexto, o que os torna um dos mais relevantes meios de investigação de identidade socio-cultural midiática (LE, 2010, p. 2).

Vale destacar que o processo de agenda-setting como uma força interna atuante no processo midiático também atinge os próprios atores políticos, como Jair Bolsonaro em seus mandatos como deputado federal, já que eles também têm o costume de consumir informações agendadas pela mídia (LOPES, 2021, p. 33).

A verificação da presença de Bolsonaro nos editoriais é válida pois nos ajuda a destrinchar em quais momentos, contextos ou assuntos a Folha e o Estadão, como instituições, optaram por citar o nome do deputado em suas páginas opinativas.

Gráfico 5 - Distribuição de editoriais citando Bolsonaro na Folha e no Estadão (1991-2018)



Gráfico elaborado pelo autor com a quantidade de citações a Bolsonaro nos editoriais de Estadão e Folha nos editoriais assinados pelos jornais ao longo dos anos. Fonte: elaboração do autor.

A presença do nome de Bolsonaro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo ocorre em concentrações diferentes ao longo do período avaliado nesta pesquisa.

Levando como marco divisório o ano de 2017, que individualmente conta com mais aparições em ambos os casos, por marcar o momento em que passa a ser visto pela imprensa como um potencial candidato à presidência da República com intenção significativa de votos, temos no Estadão uma maior quantidade de aparições de Bolsonaro antes deste período nos editoriais (17 menções entre 1992 e 2016 e 12 entre 2017 e 2018), e o oposto ocorrendo na Folha (3 aparições entre 1998 e 2011 e 14 entre 2017 e 2018).

Referente ao período anterior à sua pré-campanha a presidente, dois dos três editoriais da Folha tratam como protagonista, falando sobre sua pretensão em virar presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em 1998, e sobre a repercussão de sua entrevista ao CQC, em 2011, no que o editorial define como "Caso Bolsonaro" (FOLHA, 2011b, p. A2). Já no caso do Estadão, no ano de 1995, há quatro editoriais relacionados a interesses militares, que tratavam da questão salarial na categoria, e citavam-no como uma potencial liderança. O tema militar também aparece novamente em 1993. No restante, há algumas citações a Bolsonaro como capitão ou militar, mas, em geral, o tema não é o principal dos editoriais de Folha ou Estadão.

Posturas polêmicas de Bolsonaro também foram destacadas em editoriais, como declaração favorável ao fechamento do Congresso, em 1993, seus xingamentos ao ministro Bresser-Pereira, em 1995, declarações favoráveis à ditadura em entrevista ao programa Câmara Aberta, em 1999, a sugestão de fuzilamento a FHC, em 2000, por parte do Estadão, e sua entrevista ao CQC, em 2011, por parte da Folha. Além de representar uma proporção significativa, em muitos destes casos o comportamento de Bolsonaro não foi apenas citado no texto do editorial, mas sim seu tema principal, fazendo valer o potencial de Jair Bolsonaro em buscar espaço midiático como um criador de polêmicas ao longo de sua trajetória como deputado federal.

Já em relação ao período entre 2017 e 2018, é notável que ambos os jornais destacaram Bolsonaro em editoriais a respeito da corrida eleitoral, especialmente e textos que o colocavam como um contraponto polarizado a Lula e o PT ou analisavam a situação do PSDB para as eleições seguintes ou tratavam sobre liberdade econômica.

4.4.1. Editoriais do Estadão

Em "Os salários dos militares" (O ESTADO, 1992a), o jornal destaca o aumento do peso dos militares na vida política ao analisar discussão sobre os vencimentos dos militares,

destacando não ser um problema de fácil solução. Bolsonaro é citado como protagonista de episódio anterior em que o tema foi pauta, no fim dos anos 1980, e o aponta como porta-voz da reivindicação salarial num Congresso que, segundo o jornal, pensaria em esvaziar seus esforços e buscar uma solução mais negociada. Cita um suposto desejo de Bolsonaro por um confronto com a hierarquia militar e encerra dizendo que "Se à provocação de um deputado imaturo se opuserem decisões tomadas ao calor da refrega, as instituições só terão a perder" (O ESTADO, 1992a, p. 3). Em "Equacionar o problema militar" (O ESTADO, 1992b) volta-se a comentar sobre uma mobilização de lideranças partidárias no Congresso para retirar de Bolsonaro a bandeira da defesa da classe militar. Cita que a propaganda e agitação de Bolsonaro pelo aumento dos salários dos militares teria ultrapassado a posição de ministros militares e cita projetos que o deputado considerava demagógicos a respeito do tema no congresso. Em "O drama da isonomia" (O ESTADO, 1992c), novamente ao abordar a questão dos vencimentos dos militares, cita no último parágrafo que existiriam "rumores de que haverá manifestações nos quartéis e receiam que o capitão-deputado Jair Bolsonaro veja aumentado seu círculo de influência" (ESTADÃO, 1992, p. 3).

Em "O lobby dos índios" (O ESTADO, 1992d), o jornal defende uma ideia de que povos indígenas seriam usados como massa de manobra para defesa de interesses diferentes dos interesses nacionais, e foi escrito no contexto em que um projeto de Jair Bolsonaro indicaria inconstitucionalidade de uma portaria que demarcou uma reserva de povos ianomâmis. O deputado é citado brevemente somente nesta introdução. "Uma nova idéia 'genial'" (O ESTADO, 1992e), que também fala sobre a questão salarial militar, cita Bolsonaro como empenhado pela garantia da isonomia salarial a militares, acenando a possibilidade de fazer uma mobilização com a PM-DF para tal.

No dia 26 de junho de 1993 o editorial "Dizendo a verdade" (O ESTADO, 1993a) é o primeiro publicado no Estadão que trata Bolsonaro como protagonista. Escrito no contexto em que Bolsonaro fez declarações favoráveis à implantação de uma ditadura e o fechamento do Congresso. Cita que não seria a primeira vez em que Bolsonaro fazia falas parecidas "não apenas em recinto fechado, mas pelo rádio, em emissoras de grande audiência" (O ESTADO, 1993a). "Disse, aliás, a verdade", destaca o texto, concordando com o deputado ao dizer que a imagem do Congresso seria péssima.

A fala do deputado Bolsonaro é um alerta: ela traduz aquilo que é a rejeição pela sociedade brasileira de um Legislativo que pouco fez por merecer que o estimem. O capitão-deputado Jair Bolsonaro não será jamais bandeira de coisa alguma, mas

sabe interpretar um sentimento profundo e capaz de dizer para onde vai a onda que cresce. (O ESTADO, 1993a, p. 3)

No editorial "Repetição que preocupa" (O ESTADO, 1993b), o jornal cita um discurso do presidente Itamar Franco na televisão garantindo que não haveria um golpe de estado no país, e cita a declaração polêmica de Bolsonaro: "O momento brasileiro já era delicado antes de o deputado Bolsonaro fazer sua pregação; complicou-se depois disso" (O ESTADO, 1993b, p. 3). O jornal ainda aborda o comportamento de Bolsonaro:

Quem conhece o capitão da reserva Jair Bolsonaro sabe que não tem liderança alguma, e que deseja apenas estar no noticiário dos jornais e das rádios. Levá-lo a sério como "golpista", a ponto de fazer-se um discurso fora de lugar numa reunião de chefes de Estado, é, sinceramente, um pouco demais. (O ESTADO, 1993b, p. 3)

"Uma CPI do suborno" (O ESTADO, 1993c) cita denúncia de Bolsonaro sobre suposto suborno para se filiar ao então PSD.

Em "Corporativismo militar (da reserva)" (O ESTADO, 1993d) o Estadão aborda a questão de, por regulamentos internos, os militares da ativa serem impossibilitados de se manifestar politicamente e fazer reivindicações trabalhistas, o que acabaria ficando a cargo dos militares da reserva. O jornal usou o termo "síndrome Bolsonaro" para se referir a algo surgido em associações de militares da reserva fazendo reivindicações que teriam abalado o prestígio das chefias das Forças Armadas e na hierarquia. À época, o então presidente do Clube Militar havia declarado a intenção de militares lançarem candidatos em todos os estados nas eleições seguintes, para seguir os passos de Bolsonaro.

Em "O ministro e o energúmeno" (O ESTADO, 1995), no contexto de xingamentos de Bolsonaro ao então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o jornal relembra polêmicas da trajetória do deputado e o chama de representante de "um papel de interlocutor de descontentes e frustrados com a evolução democrática" que "fala pelos que gostariam de ver reimplantado no País um regime autoritário" (O ESTADO, 1995).

Em 30 de maio de 1999, "Câmara complacente" (O ESTADO, 1999) comenta declarações de Bolsonaro ao programa de TV Câmera Aberta afirmando que o deputado teria uma "linha política fascistóide, avessa ao regime democrático" (O ESTADO, 1999)

Em "Dejetos da democracia" (O ESTADO, 2000a), no contexto de declarações de Bolsonaro sugerindo o fuzilamento do presidente FHC, é citado como um deputado que usa as

liberdades democráticas como forma de tentar eliminar a elas próprias. O jornal argumenta, porém, que se fosse concedida uma punição com suspensão ao mandato de Bolsonaro, a Câmara estaria consolidando sua imagem de herói e vítima perante seu público. O Estadão ainda aponta como única solução a cassação do mandato de Bolsonaro por suas repetidas quebras de decoro.

"O bloco da marcha à ré" (O ESTADO, 2003) traz menção ao falar sobre o deputado do PT Lindberg Faria, segundo o jornal, "uma espécie de Jair Bolsonaro com o sinal trocado" (O ESTADO, 2003, p. 3), referência ao fato de o parlamentar ser de esquerda. "Circo na Câmara" (O ESTADO, 2005a), ao falar sobre diversos políticos brasileiros, cita Bolsonaro como folclórico. "A indicação dos juízes dos TRFs" (O ESTADO, 2005b) cita que Dilma teria barrado o juiz Marcelo Pereira da Silva de se tornar desembagador no TRF-2 após tomar conhecimento de que Bolsonaro apoiaria seu nome. Em "As vozes da boçalidade" (O ESTADO, 2014) o jornal aponta que o debate público no país estaria em processo de decomposição, citando, em determinado momento, a polêmica entre Bolsonaro e Maria do Rosário, definindo o deputado como "raivoso partidário do regime de 1964 e defensor da volta dos militares ao poder" (O ESTADO, 2014, p. 3). "O direito de parlamentar" (O ESTADO, 2016) comparava casos de declarações dos deputados Jair Bolsonaro e Jandira Feghali que, segundo o jornal, seriam semelhantes mas teriam tido tratamentos diferentes por parte do STF.

A aparição seguinte se dá somente em 2017, quando Bolsonaro já é apontado pelo jornal como "um político que se considera habilitado a sonhar com a Presidência da República", em "A apologia da violência" (O ESTADO, 2017a, p. 3), que repercute uma entrevista de Bolsonaro em tom agressivo à Folha. O Estadão encerra comentando que a rejeição ao nome de Bolsonaro tenderia a aumentar nos próximos tempos. "O que dizem as pesquisas" (O ESTADO, 2017b) traz breve citação repercutindo pesquisas de intenção de voto, chamando-o de populista primário. "O reality show do PSDB" adjetiva Bolsonaro como iracundo ao citar a corrida presidencial em uma análise sobre o PSDB. "Entre ruim e o pior" (O ESTADO, 2017c) faz uso da polarização entre Lula e Bolsonaro, colocando em dúvida o que o jornal chama de metamorfose de Bolsonaro, ou seja, a amenização de alguns de seus discursos no campo econômico, destacando que "Na prática, há muito pouca diferença entre Lula e Bolsonaro quando o tema é economia" (O ESTADO, 2017c, p. 3). "O que estará em jogo em 2018" (O ESTADO, 2017d) volta a colocar em cheque o discurso do então deputado, destacando que ele não teria apresentado nada de concreto para indicar, de fato, uma

mudança em seus pensamentos. "O samba do tucano doido" (O ESTADO, 2017e), ao falar sobre o PSDB, volta a citar Bolsonaro como iracundo e citar seu discurso recém-alterado para liberal no campo econômico.

O editorial "Pequeno pela própria natureza" (O ESTADO, 2017f) traz Bolsonaro como protagonista, sugerindo tentativa de suavizar sua imagem para campanha presidencial. É descrito como um político extremista, com retórica preconceituosa e pouco afeito à boa política. Destaca que estaria apostando em estratégia semelhante à de Lula no ano anterior às eleições de 2002

Em "A utilidade das pesquisas" (O ESTADO, 2017g), de 5 de dezembro de 2017, o jornal indica que os eleitores de Bolsonaro muitas vezes apoiariam fatores constrangedores, como o apoio à tortura, ditadura militar e hostilidades a minorias. O Estadão também indica que, àquela altura, não seria possível traçar cenários sobre a eleição de 2018 pois Lula e Bolsonaro como líderes de pesquisas indicariam somente a intenção de votos de eleitores militantes ou que apenas citam os nomes que mais apareceriam nos noticiários. Também fala sobre o tempo de TV das campanhas. Em "O verdadeiro trunfo eleitoral" (O ESTADO, 2017h), Bolsonaro é citado como um dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas. O mesmo ocorre em "Os desafios de Alckmin" (O ESTADO, 2017i), que abordava a possível campanha do candidato do PSDB.

Já no primeiro trimestre de 2018, mais dois editoriais. "A responsabilidade dos partidos" (O ESTADO, 2018a) volta a citar Bolsonaro como iracundo, o chama de irrelevante na Câmara, que se destacaria apenas com grosserias, e cujas únicas posições seriam a apologia à violência e o desprezo pela democracia. "Um vazio a ser preenchido" (O ESTADO, 2018b) sugere polarização entre populismos de direita e esquerda na eleição de 2018, simbolizados por Lula e Bolsonaro, segundo o jornal, partidários de soluções mágicas para problemas do Brasil, com aumento de gastos públicos e desmoralização da política. Bolsonaro é retratado como alguém que fazia apologia da tortura e cuja candidatura deveria ser uma piada de mau gosto, e cita o bolsonarismo como um movimento que surgia em consequência da apatia de eleitores em relação à política.

4.4.2. Editoriais da Folha

Em relação à Folha de S. Paulo, o nome de Bolsonaro aparece em apenas três ocasiões desde o início de seu mandato como deputado federal até o momento em que passa a surgir como

candidato a presidente, já em 2017. Em duas, aparece como protagonista do tema do editorial, e, na outra, como uma breve comparação. Já entre 2017 e 2018 aparece em outras 15 ocasiões, como protagonista em duas delas e tendo seu nome citado no título em uma terceira.

Em 14 de março de 1998 o texto "Um inimigo da democracia" (FOLHA, 1998a) foi publicado num contexto em que Bolsonaro tinha a pretensão de se tornar presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara. A Folha o descrevia como um notório adversário dos direitos humanos e das instituições democráticas, pelas quais teria desapareço, defensor da pena de morte, do fechamento do Congresso, do regime militar e de policiais num caso de massacre em Eldorado do Carajás, se colocando contrária à possibilidade de sua indicação ao cargo. (FOLHA, 1998a).

Em "Agressões perigosas" (FOLHA, 2005), de 24 de junho de 2005, o editorial do jornal faz referência a uma agressão sofrida por uma equipe de jornalistas da TV Globo em frente a uma sede do PT. É criticando a postura de José Dirceu, então nome forte do partido, que surge a citação a Bolsonaro. Dirceu é indicado pelo jornal como defensor de uma tese de que a mídia brasileira estaria aliada a interesses elitistas e buscando aplicar um golpe contra o governo de esquerda. Bolsonaro é categorizado como um personagem "periférico e obscuro" em trecho que diz: "Ao procurar associar o noticiário da imprensa a mentiras fabricadas ou manipuladas por conspiradores, o PT iguala-se a personagens periféricos e obscuros, como o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que não conseguem perceber que o país mudou". (FOLHA, 2005, p. A2). Nos dias anteriores, o deputado havia chamado atenção por sua postura em sessões da Câmara na qual levou um saco de lixo com a inscrição "Mensallão Lullão", chamou Dirceu de terrorista e trocou empurrões com colegas.

Em decorrência da polêmica envolvendo a entrevista de Bolsonaro ao CQC, apenas um editorial foi publicado, "Liberdade de agressão" (FOLHA, 2011c), em 5 de abril de 2011. O texto fala sobre o "Caso Bolsonaro", e defende que ele não deve abrir precedente contra liberdade de expressão e a inviolabilidade do mandato parlamentar. Cita brevemente a entrevista afirmando que Bolsonaro associa um hipotético namoro de um filho com uma negra à falta de educação e promiscuidade, e, por cinismo, segundo o jornal, Bolsonaro teria dito que, na verdade, achava que a pergunta era referente a homossexualidade. A Folha defende que tratava-se de uma declaração política, detestável e de palavras lamentáveis, com óbvia falta de decoro, mas que não se enquadraria facilmente na legislação sobre

discriminação racial. Bolsonaro ainda foi descrito como um "deputado que faz da estridência profissão e com isso adula uma franja retrógrada do eleitorado" (FOLHA, 2011d, p. A2). Apesar de dedicar o espaço editorial principal a tratar do tema, o jornal ainda destaca: "Tudo insignificante demais para justificar qualquer precedente limitador da liberdade de opinião ou da inviolabilidade parlamentar". (FOLHA, 2011d, p. A2)

A partir do momento em que Bolsonaro surge como potencial candidato à presidência da República para as eleições de 2018, há um crescimento significativo de editoriais com citações a seu nome. São 9 em 2017 e 5 nos três primeiros meses de 2018.

No editorial "Em busca do novo" (FOLHA, 2017a) , que fala sobre uma pesquisa do Datafolha, é citado como um dos beneficiários de estar à margem da Lava Jato, assim como Marina Silva. Em "Dilema tucano" (FOLHA, 2017b), a Folha fala sobre as possibilidades do PSDB na eleição de 2018, citando o partido como o detentor dos maiores nomes entre o antipetismo àquele momento, restando ao eleitorado antipetista ainda "a direita tosca de Jair Bolsonaro e as ambiguidades de Marina Silva" (FOLHA, 2017b, p. A2). Em "Eleitores à deriva" (FOLHA, 2017c), novamente a respeito de pesquisa do Datafolha, é citado como um "ultradireitista". "A um ano do pleito" (FOLHA, 2017d) é mais um editorial sobre pesquisa do Datafolha, e cita Bolsonaro como "vice-campeão em rejeição" entre os candidatos.

O editorial "Falta o centro" (FOLHA, 2017e) aborda uma polarização entre Lula e Bolsonaro, reconhecendo a possibilidade de um 2º turno entre os dois. Destaca Bolsonaro como uma caricatura da direita, defensor da memória de torturadores, que faz humor com o crime de estupro e ofende homossexuais.

O nome do deputado aparece pela primeira vez no título de um editorial em 13 de novembro de 2017, em "Bolsonaro em pauta" (FOLHA, 2017f). É apontado como um nome sem partido ou aliados relevantes, mas que dá sinais de se tornar um nome palatável ao establishment político e econômico do Brasil. A Folha cita Bolsonaro como um lobo solitário da direita radical, que tinha pensamentos nacionalistas no campo econômico, mas tentava incorporar uma retórica liberal, reconhecendo que não entenderia sobre economia. O jornal diz também que não há muita noção sobre seu pensamento pela carreira política, fora suas grosserias contra mulheres e homossexuais. Diz que possui trajetória parlamentar apagada e sem projetos de importância ou aliados. Mesmo assim, o indica como uma ameaça ao soerguimento do Brasil. (FOLHA, 2017f, p. A2)

Em "Lula, Bolsonaro e o PIB" (FOLHA, 2017g), o jornal defende em editorial que uma recuperação econômica ainda não era sentida por eleitores, mas poderia impulsionar candidaturas consideradas de centro pelo jornal, diferentes dos nomes de Lula e Bolsonaro, que lideravam a pesquisa Datafolha. Em "Personalismo frágil" (FOLHA, 2017h), destaca que os votos parecem ser dirigidos às pessoas, e não aos partidos, citando a força da candidatura de Bolsonaro mesmo no PSC, considerado um partido nanico pelo jornal. Em "Tabu estatal" (FOLHA, 2017i) compara pesquisa que mostra que a maioria dos potenciais eleitores de Bolsonaro e Lula são contrários a privatizações, citando o deputado como "um apologista do regime autoritário" (FOLHA, 2017i, p. A2).

"Falar sobre Bolsonaro" (FOLHA, 2018a) é o primeiro editorial que cita o deputado no ano da eleição presidencial, e o traz como protagonista, no contexto de repercussão de uma reportagem publicada pela Folha sobre o patrimônio imobiliário de sua família. Cita a falta de respostas a questionamentos enviados pela reportagem, e destaca sua comunicação via rede social, se dizendo alvo de campanha midiática de assassinato de reputação. A Folha destaca a declaração como megalomania e paranoia do político, além de um ataque ao jornalismo. Destaca também semelhanças de sua retórica à de Lula, e cita Bolsonaro como depositário legítimo de intenções de voto dos brasileiros, motivo pelo qual deveria ser alvo de debates e inquirição, afastando a acusação de perseguição por parte do jornal. (FOLHA, 2018a).

O editorial "Enrolados" (FOLHA, 2018b) lista complicações de potenciais candidatos à presidência com a Justiça. Destaca que Bolsonaro não foi citado em listas da Lava Jato, mas era réu em processo criminal por incitação ao estupro no STF. Em "Desgoverno" (FOLHA, 2018c), o jornal aborda a intervenção federal no Rio de Janeiro promovida pela gestão Temer, e comenta que o tema da segurança pública vinha sendo explorado por Bolsonaro com um populismo tosco como pré-candidato. "Candidatos a candidato" lista uma série de potenciais candidatos ao cargo de presidente nas eleições de 2018, dizendo que "a direita pode ostentar o nome de Jair Bolsonaro" (FOLHA, 2018c, p. A2). Em "Privatização reabilitada" (FOLHA, 2018d), num contexto de declaração de Geraldo Alckmin favorável a privatizações, a Folha destaca a aderência de Bolsonaro à pauta das privatizações, de forma radical, citando Paulo Guedes, então responsável por elaborar a parte econômica de seu plano, como defensor de privatizações.

4.5. Jair Bolsonaro nas colunas de Folha e Estadão

Para este estudo, consideramos como colunas os textos que ocupam espaço cativo nos jornais ou que tenham sido assinados por alguma pessoa num espaço opinativo designado pelo jornal. Ou seja, não estão incluídos os textos e notas meramente noticiosos, com espaço variável ao longo dos dias.

Ao todo, foram 282 colunas citando Bolsonaro no Estadão durante o período de 1991 a março de 2018, e 364 na Folha. Estão incluídas nesta conta notas curtas todas as citações.

Entre elas, os textos a respeito da vida política em colunas fixas de cada um dos jornais, como descrito no quadro abaixo.

Tabela 4 - Menções a Bolsonaro nas colunas fixas da Folha

Quantidade de menções a Bolsonaro	Coluna fixa da Folha
111	Painel
30	Mônica Bergamo

Tabela 5 - Menções a Bolsonaro nas colunas fixas do Estadão

Quantidade de menções a Bolsonaro	Coluna fixa do Estadão
84	Coluna do Estadão
18	Direto da Fonte
2	Galeria

Fonte: Elaborado pelo autor.

Muitas vezes, o nome de Bolsonaro aparecia por conta de repercussões de suas atitudes na vida política, ou por influência de potenciais fontes dos jornalistas elaboradores das colunas, que citavam sua figura em diferentes contextos. O restante das colunas foram escritas e assinadas por variados jornalistas ou personalidades.

Tabela 6 - Quantidade de aparições de Bolsonaro por colunista da Folha

Folha - Quantidade de aparições em colunas	Coluna/Colunista
35	José Simão

15	Bernardo Mello Franco
12	Jânio de Freitas
10	Clóvis Rossi
8	Nelson de Sá, Demétrio Magnoli, Antonio Prata, Hélio Schwartzman
7	Celso Rocha de Barros
6	Angela Alonso
5	Eliane Cantanhêde, Bárbara Gancia, Reinaldo Azevedo, André Singer, Ranier Bragon
4	Elio Gaspari, Contardo Calligaris, Vinicius Torres Freire
3	Gilberto Dilmenstein, Gregório Duvivier, Alvaro Costa e Silva, Renato Terra, Leandro Colon
2	Joyce Pascowitch, Laura Carvalho, Guilherme Wisnik, Vladimir Safatle, Alessandra Orofino, Otávio Frias Filho, Paula Cesarino Costa, como Ombudman, Juca Kfourri, Roberto Dias, Joel Pinheiro da Fonseca, Matias Spektor, Luís Francisco Carvalho Filho

1	Carlos Heitor Cony, Cecília Giannetti, Fernando de Barros e Silva, Xico Sá, José Vicente, Alexandre Vidal Porto, Daniel Aarão Reis, Ruy Goiaba, Luiz Fernando Vianna, Ricardo Melo, Rui Falcão, Wagner Moura, Francisco Daudt, Mauricio Stycer, Tati Bernardi, Fernanda Torres, Julio Wiziack, Uirá Machado, Pablo Ortellado, Gleisi Hoffmann, Mark Weisbrot, Mathias Alencastro, Igor Gielow, Lira Neto, Diogo Costa, Gustavo Bebianno, Ivan Valente/Juliano Medeiros (assinatura em conjunto), Bruno Boghossian, Ricardo Pentead, Vinicius Mota e Kim Kataguirí
---	---

Tabela 7 - Quantidade de aparições de Bolsonaro por colunista da Folha

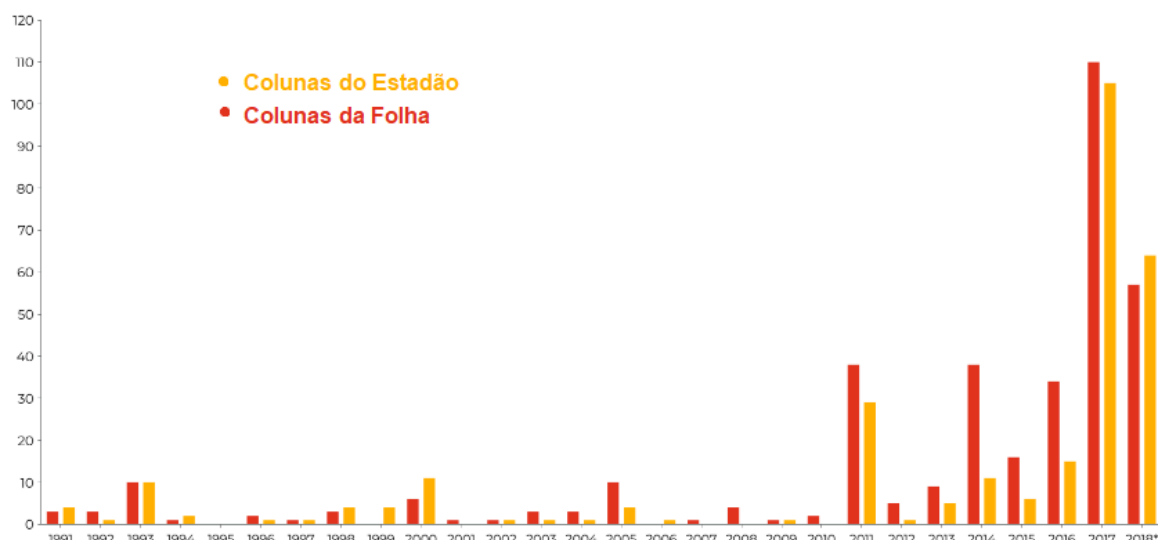
Estadão - Quantidade de aparições em colunas	Coluna/Colunista
29	Eliane Cantanhêde
26	Tutty Vasques
17	José Roberto de Toledo
13	Vera Magalhães
9	Dora Kramer
8	João Domingos

6	José Nêumanne
5	Luis Fernando Verissimo, Eugênio Bucci, Fernando Gabeira
4	Cida Damasco
3	Lucia Guimarães, Marcelo Rubens Paiva, Fábio Alves, Celso Ming
2	Márcio Moreira Alves, Sérgio Augusto, Sergio Fausto, Alberto Aggio, Monica de Bolle, Rogério L. Furquim Werneck, Fernando Dantas, José Roberto Mendonça de Barros, Murillo de Aragão, Pedro Doria
1	Paulo Roberto Camarinha, Antonio Carlos Pereira, Mauro Dias, Arnaldo Jabor, Daniel Piza, Roseli Fischmann, Gaudêncio Torquato, Debora Diniz, Humberto Werneck, Luiz Werneck Vianna, Mario Prata, Fabio Porchat, Flávio Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Denis Lerrer Rosenfield, Roberto Damatta, Lincoln Secco, Marco Antonio Teixeira, Carlos Melo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico abaixo, vemos como a presença de Bolsonaro nas colunas dos dois jornais analisados variou ao longo do tempo, tendo maior aparição do que nas capas, mas, também, tendo maior frequência e regularidade após 2011.

Gráfico 6 - Distribuição de colunas citando Bolsonaro na Folha e no Estadão (1991-2018)



Fonte: elaboração do autor.

Ao longo dos anos, a maioria das colunas publicadas pelos jornais acompanhou de alguma forma o noticiário da época. Quando Bolsonaro dava declarações favoráveis ao fechamento do Congresso, por exemplo, é possível notar que colunistas abordam o tema. Em geral, o deputado tem focos de interesse esporádicos, mas tem seu maior pico em 2017, a partir do momento em que se torna um candidato viável à presidência.

Entre os principais colunistas de cada jornal em quantidade de citações, destacam-se dois humoristas: José Simão (Folha) e Tutty Vasques (Estadão). Em ambos os casos, tratavam-se de textos que faziam piadas ou comentários jocosos acerca de temas livres, muitas vezes envolvendo o noticiário do dia anterior, já que possuíam uma periodicidade maior que a maioria das colunas, com mais de uma publicação por semana. A figura de Bolsonaro entrou no radar da dupla justamente por conta da entrevista de Preta Gil ao CQC - tanto é que a primeira citação ao deputado federal, tanto em Tutty quanto em José Simão, se deu em 30 de março de 2011, ocasião da repercussão do CQC. O ano também concentrou a maior parte das aparições nestas colunas. Em José Simão, na Folha, Bolsonaro foi citado 17 vezes em 2011, 2 em 2012, 2 em 2013, 6 em 2014, 5 em 2015 e 2 em 2016. Já na coluna de Tutty Vasques, no Estadão, Bolsonaro foi citado 18 vezes em 2011, 1 em 2012, 2 em 2013, e 5 em 2014.

Aprofundando um pouco mais entre os colunistas que tiveram mais de 10 menções a Bolsonaro ao longo de seus mandatos como deputado federal, chama atenção o caso de Jânio de Freitas, jornalista da Folha, que possui a maior abrangência entre a primeira e a última

citação ao deputado: ele comenta sobre Bolsonaro em uma coluna de setembro de 1991, e, no período analisado, comenta sobre ele até março de 2018.

A jornalista Eliane Cantanhêde também chama atenção pela amplitude temporal, com sua primeira menção a Bolsonaro em abril de 1998, quando ainda trabalhava na Folha (a última pelo jornal se deu em 2005). Contratada pelo Estadão em 2014, Cantanhêde voltou a citar Bolsonaro a partir de fevereiro de 2016, prosseguindo com recorrência no período em que se consolidou como candidato presidencial.

Nelson de Sá, que assinou as colunas "Na TV, ontem à noite", "Na TV ontem" e "Toda mídia" na Folha, também é outro ponto de destaque, uma vez que costumava escrever sobre a repercussão de outros veículos midiáticos, como a televisão. As duas menções em 1993 indicam que Bolsonaro foi uma figura polêmica em frente às câmeras de TV já desde a década de 1990, ainda que, no momento, sem analisarmos diretamente material televisivo.

Também é interessante notar a variedade de áreas nas quais Bolsonaro foi citado. Em cadernos de Cultura, foi citado por nomes como Luis Fernando Veríssimo, Marcelo Rubens Paiva, Sérgio Augusto, Arnaldo Jabor, Fabio Porchat (pelo Estadão), Bárbara Gancia, Gregório Duvivier e Wagner Moura (pela Folha), mostrando que, e especialmente após o episódio do CQC em 2011, Bolsonaro tornava-se uma figura significativamente conhecida no meio cultural e artístico brasileiro, mesmo que para ser colocado de forma pejorativa.

Em relação às colunas de jornal, é importante destacar como estas podem ter servido de ferramenta de ampliação da repercussão do discurso de Jair Bolsonaro. Pessoas que não necessariamente liam todo o conteúdo da página política, mas se interessavam pelas opiniões de Eliane Cantanhêde, José Roberto de Toledo, Vera Magalhães - nomes que costumam ter fãs cativos entre os assinantes - acabavam tendo algum contato com o nome de Bolsonaro. O mesmo vale para as citações nas colunas de humor de José Simão e Tutty Vasques.

Uma maior quantidade de aparições do nome de Jair Bolsonaro em colunas de jornal poderiam representar, em princípio, um aumento de visibilidade e de consolidação do nome de Bolsonaro diante do público em geral, o que seria válido para o deputado como ator político em busca de reconhecimento por suas falas e polêmicas.

4.6. As polêmicas de Jair Bolsonaro com repercussão na imprensa

A palavra polêmica tem como origem o termo grego "polemikos", referente a Pólemos, antiga divindade grega que personificava a guerra (SILVA, 2018). Guimarães e Chagas (2024) abordam o conceito de polêmico tendo base o trabalho de Amossy (2017) destacando o tema como um debate a respeito de um tema atual que conte com interesse público, anseios de parte da sociedade e que tenham relevância cultural. A abordagem da polêmica, que se encontra na tipologia retórica das modalidades argumentativas, parte da produção de argumentos favoráveis à própria tese e contrários a uma tese adversa, sob uma ancoragem conflitual que representa a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro, além, de uma maneira secundária, do uso da violência verbal. (GUIMARÃES; CHAGAS, 2024).

Amossy (2011) também cita a polêmica como uma das modalidades argumentativas, que são estruturas baseadas em trocas que permitem que uma estratégia de persuasão seja aplicada. São elas: a modalidade demonstrativa, em que a tese é apresentada pelo interlocutor num monólogo em busca de adesão, usando meios de demonstração com raciocínio baseado por provas; a modalidade negociada, quando parceiros em posições diferentes ou conflitantes fazem esforço para que se chegue ao consenso; e a que mais nos interessa nesta pesquisa, a modalidade polêmica, "caracterizada por um confronto violento de teses antagônicas, em que duas instâncias em total desacordo tentam superar a convicção da outra, ou de uma terceira que as ouve, atacando as teses contrárias" (AMOSSY, 2011, p. 131-132).

Abaixo, algumas personalidades e assuntos que foram alvo de declarações de Jair Bolsonaro que podem ser consideradas polêmicas e lhe renderam espaço midiático através da imprensa pela Folha ou pelo Estadão.

Tabela 8 - Polêmicas envolvendo Bolsonaro repercutidas por Folha e/ou Estadão (1991-2018)

Personagem ou tema da polêmica	Contexto da polêmica na imprensa
Carlos Tinoco, ministro do Exército	Bolsonaro chamou o ministro de "palhaço, banana e covarde" (FOLHA, 1991c, p. 1-6) e, em outro momento, estacionou seu carro em frente ao portão da Academia Militar as Agulhas Negras, após ter sido impedido de entrar no local para uma cerimônia de

	<p>formatura na qual Tinoco estava presente. (FOLHA, 1992, p. 1-7).</p>
Alberto Fujimori	<p>Bolsonaro fez diversos elogios ao presidente do Peru, à época considerado ditador pelos veículos de imprensa. (FOLHA, 1993d, p. 2-11)</p>
PSD e Luiz Antonio Fleury	<p>Bolsonaro fez denúncias alegando que o então Partido Social Democrático e o então governador de São Paulo, filiado ao mesmo, teriam proposto pagamento a deputados federais para que se filiassem em troca de dinheiro depositado por uma empreiteira de Fleury (BOLSONARO, 1993, p. 1-8).</p>
Joaquim Roriz	<p>Bolsonaro acusou o então governador do DF de trocar dinheiro por votos em favor da aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras por parte de deputados (FOLHA, 1993e, p. 1-4).</p>
Fechamento do Congresso	<p>Bolsonaro sugeriu a medida drástica em declarações públicas em ao menos três ocasiões que causaram repercussão na imprensa na década de 1990, em 1993, 1994 e 1999.</p>
Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro-chefe da Secretaria da Administração Federal do governo FHC	<p>Bolsonaro o chamou de "cara de pau" e "sem vergonha" (FOLHA, 1995, p. 1-4).</p>

Carlos Lamarca, capitão do Exército e guerrilheiro	Na semana em que uma perícia concluiu que Lamarca morreu com sete tiros, com ao menos quatro atingindo-o quando já estava deitado, Bolsonaro comentou "Gastaram muito chumbo com o Lamarca" e que ele "deveria ter sido morto a coronhadas, como ele matou o tenente [Paulo Mendes Junior] no Vale da Ribeira" (FOLHA, 1996, p. 1-8).
Massacre do Carandiru	Bolsonaro comentou, à época, em referência aos 111 mortos após rebelião no presídio: "A polícia militar perdeu uma grande oportunidade de matar 1.000, perdeu a oportunidade de fazer uma limpa na vagabundagem desse país" (FOLHA, 1997, p. 3-9).
Comissão de Direitos Humanos da Câmara	Mesmo se posicionando de forma pública como um deputado abertamente contrário aos direitos humanos, deu declarações mostrando sua intenção em se tornar presidente da pasta em ao menos duas ocasiões.
D. Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo	Em meio à polêmica sobre seu desejo de se tornar presidente da CDH, Bolsonaro

	<p>chamou o religioso de "desocupado, vagabundo e megapicaretas" (FOLHA, 1998b, p. 2-3).</p>
<p>Programa Câmera Aberta</p>	<p>Entrevista exibida na atração da TV Bandeirantes em 23 de maio de 1999 trouxe diversas polêmicas repercutidas pela imprensa, como a declaração de que o regime militar deveria ter matado mais, incluindo o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, na lista de pessoas que deveriam morrer.</p>
<p>Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil</p>	<p>Durante o segundo mandato de FHC, os jornais deram repercussão a uma declaração feita em 28 de dezembro de 1998, durante almoço em desagravo ao ex-comandante da Aeronáutica Walter Bräuer, quando Bolsonaro disse que "para o crime que ele [FHC] está cometendo contra o país, sua pena devia ser o fuzilamento". "Há um deputado que, a meu ver, a Câmara é que devia cuidar dele. E deve cuidar, porque ele passou dos limites", declarou FHC em entrevista à Globo, posteriormente, relatou o jornal (FOLHA, 2000a, p. 1-6). Posteriormente, Bolsonaro alegou se tratar de uma força de expressão.</p>

José Genoino, deputado federal pelo PT	Em 2000, Bolsonaro fez discurso na câmara chamando Genoino de "ateu" e "delator" (FOLHA, 2000b, p. 1-5). O fato fez com que Genoino ganhasse espaço para publicar um texto de sua autoria sobre o tema na seção Tendências/Debates da Folha. Em 14 de setembro de 2005, Bolsonaro levou o coronel da reserva Lício Augusto Maciel, que fez a prisão de José Genoino em 1972, para uma sessão de CPI em que Genoino iria depor. Ele foi retirado do local a pedido do presidente da comissão, o senador Amir Lando, do PMDB (FONTES; DOMINGOS, 2005, p. A9).
Escravidão	Em entrevista à rádio CBN, em 13 de janeiro de 2000, Bolsonaro teria usado o tema para exemplificar a defesa do direito à livre expressão. "Se um parlamentar quiser pregar a volta da escravidão, ele não pode ser condenado por isso" (O ESTADO, 2000b, p. A9).
Geraldo Quintão, ministro da defesa	Ao criticar o fato de um civil ocupar o cargo ligado ao comando militar, chamou-o de "despreparado". (MONTEIRO, 2001, p. A9).
Luiz Eduardo Greenhalgh, deputado federal pelo PT	À época em que o petista ocupava o cargo de presidente da CCJ, Bolsonaro o chamou de "grande defensor de bandidos" que

	trabalharia para marginais, em referência a líderes do MST. (ALLEN, 2003, p. C1)
Yasser Arafat, presidente da Palestina	Bolsonaro afirmou que promoveria uma festa na sua casa se Arafat fosse "mandado para o espaço", e que "lugar de terrorista é no inferno" (ALLEN, 2003, p. C1).
Guerrilha do Araguaia	Tema recorrente, foram as buscas por restos mortais de guerrilheiros que enfrentaram as Forças Armadas na década de 1970 que motivou Bolsonaro a colar cartaz com os dizeres "Quem procura osso é cachorro" na porta de seu gabinete em 2004, por exemplo (ROCHA, 2004, p. A8). Em 2009, ele voltou a usar o mesmo cartaz, o que gerou nova repercussão (VENCESLAU, 2009, p. A11).
Dirceu, deputado federal pelo PT	Durante sessão na Câmara que marcou o retorno de José Dirceu, em 2005, Bolsonaro chamou-o de "terrorista" por ao menos quatro ocasiões, além de dizer: "Você compra voto!". No mesmo dia, também levou um saco preto de lixo com as palavras "Mensalão" e "Lullão" ao lado de uma estrela do PT, o que fez com que também se indisputasse com a deputada Vanessa Grazziotin, do PC do B (FONTES, 2005, p. A8).
Leonel Brizola, político	Em sessão na Câmara, em 2010, após fazer críticas a Brizola, o deputado do PDT,

	Vieira Cunha, tentou partir para confusão física com Bolsonaro, mas foi apartado por colegas.
Preta Gil e CQC	Em março de 2011, a entrevista de Bolsonaro ao quadro O Povo Quer Saber, do programa da Band CQC, causou polêmica que durou por semanas nos meios de comunicação. Ele foi acusado de racismo após responder a uma pergunta da cantora Preta Gil, mas posteriormente se justificou alegando que teria sido, na verdade, homofóbico.
Jean Wyllys	Identificado com pautas do movimento LGBTQ+ e outras minorias, Jean foi colocado como contraponto a Bolsonaro em diversas ocasiões pela imprensa brasileira, especialmente a partir de 2011. (Ler mais na seção seguinte)
Golpe militar de 1964	Ao longo dos anos como deputado federal, Bolsonaro fez diversos discursos relembrando o golpe militar de 1964, citando-o como revolução e em tom de exaltação. Algumas destas acabaram sendo retratadas na imprensa. em 2 de abril de 2014, por exemplo, consta que pessoas ligadas a Bolsonaro abriram um cartaz durante sessão solene na Câmara dos deputados com a inscrição "Parabéns, militares, Graças a vocês Brasil não é Cuba". Pouco depois, Bolsonaro foi discursar no plenário, e diversos deputados

	<p>viraram as costas para ele, o que não era permitido pelo regimento. O presidente da sessão, Amir Lando, precisou encerrar o ato de forma antecipada por conta do ocorrido.</p>
Homossexualidade	<p>Bolsonaro ganhou espaço em debates sobre a questão especialmente após sua aparição no CQC. Diversas vezes, suas frases eram incisivas e impactantes, como quando criticou que o Ministério da Educação incentivava a homossexualidade tornando "nossos filhos presas fáceis para pedófilos". "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual", constava em panfleto distribuído por ele na região de escolas do Rio de Janeiro, por exemplo (MANDELLI; MOURA, 2011, p. A24).</p>
Hotel da seleção italiana	<p>Em junho de 2013, o Brasil sediou a Copa das Confederações de futebol. No dia em que a seleção da Itália chegaria ao Brasil e se hospedaria num hotel no Rio de Janeiro, Bolsonaro foi até a frente do local, na Barra da Tijuca, e disparou uma série de fogos de artifício como protesto ao barulho de um gerador do local (O ESTADO, 2013, p. A21), que já contava com a presença de jornalistas que esperavam a chegada do time.</p>
Randolfe Rodrigues, senador	<p>Em setembro de 2013, um grupo de parlamentares e membros da Comissão da Verdade foram fazer uma visita ao 1.º Batalhão de Polícia do Exército do Rio de Janeiro. Bolsonaro não foi um dos convidados, mas foi até o local e se envolveu numa confusão, sendo acusado de</p>

	<p>ter socado o senador Randolfe Rodrigues, do PSOL - Bolsonaro, por sua vez, declarou que foi xingado pelo colega e lhe deu empurrões. (GOMES, 2013, p. A6)</p>
Levy Fidelix, candidato a presidente	<p>Em 2014, quando Fidelix deu uma resposta com declarações consideradas homofóbicas em um debate, o que gerou repercussão na imprensa e redes sociais, Bolsonaro se manifestou favoravelmente ao político.</p>
Impeachment de Dilma	<p>Além de ter protocolado um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, do PT, Bolsonaro chamou atenção no dia da votação na Câmara, ao exaltar Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel acusado de ser torturador durante a ditadura, além de temas como a inocência das crianças nas escolas, o Foro de São Paulo, o comunismo e o ano do golpe militar, 1964. Bolsonaro também se envolveu em confusão com Jean Wyllys, do PSOL, ao lado de seu filho, Eduardo Bolsonaro, no momento da votação.</p>
Maria do Rosário	<p>Em novembro de 2003, durante entrevista à RedeTV!, e em dezembro de 2014, durante discurso no plenário, Bolsonaro comentou que não estupraria a colega porque ela não mereceria. O fato gerou uma disputa judicial entre as partes.</p>

Não é possível afirmar que Bolsonaro fez as declarações e atitudes acima citadas somente por seu potencial de visibilidade midiática, mas em muitos dos casos, especialmente os que envolvem entrevistas ou outros momentos com registros e potencial de divulgação posterior entre o público, Bolsonaro parece agir de forma que viesse a chamar a atenção dos meios de comunicação.

4.6.1. Bolsonaro x Jean Wyllys: polarizações na imprensa

Autores como Hunter e Power (2019), Goldstein (2021), Escosteguy-Medronho (2024), Tomazi e Chilela (2022) e Irineu, Sousa e Lopes (2022) abordam a questão da polarização relacionada ao crescimento e consolidação de Jair Bolsonaro como um ator relevante no cenário político nacional.

Goldstein (2021) faz um estudo acerca do uso do Facebook por Jair Bolsonaro em período de campanha, justificando a importância da rede social num contexto em que a maioria dos principais meios de comunicação - à exceção da TV Record - realizavam uma cobertura negativa do político (segundo o autor), era na internet que se concentrava a maior parte de seus seguidores - tinha 6,1 milhões diante de 800 mil de Haddad no início da disputa. Segundo Goldstein (2021), o Facebook até 2018 ainda ocupava um lugar mais importante que outras redes sociais como Twitter e Instagram entre o seu eleitorado. O autor também cita a importância da comunicação digital como forma de estratégia política adotada por Jair Bolsonaro, ajudando na difusão de informação, incluindo informações difamatórias contra oponentes ou o "sistema", contribuindo para a intensificação da polarização. (GOLDSTEIN, 2021, p. 246).

Goldstein (2021) ainda destaca que, no Brasil, a polarização política no primeiro mandato de Lula (2003-2006) se desenvolveu no em torno do lulismo e do antilulismo como identidades políticas, com aumento em 2005, a partir do julgamento do Mensalão, e posteriormente em outros momentos como as eleições de 2016, as manifestações de junho de 2013, as eleições de 2014 e o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, além da Operação Lava Jato.

Tomazi e Chilela (2022), por sua vez, analisam o retrato de Bolsonaro na imprensa, mas a partir de seu período já como presidente eleito - portanto, diferente do buscado nesse estudo. Porém, vale notar o indicativo dos autores de que Bolsonaro não usa de estratégias de polidez nas ocasiões em que é confrontado por membros da imprensa, como uma estratégia para falar

diretamente para seus apoiadores e alimentar o bolsonarismo, de forma que os ataques e impolidezes em suas respostas representariam uma face positiva de Bolsonaro em sua luta contra a imprensa, como forma também de demonstrar seu poder institucional (TOMAZI, CHILELA, 2022, p. 61). Os autores destacam, porém, que ainda que Bolsonaro faça esse uso da imprensa, é a imprensa que produz o próprio texto com a enunciação final feita em base do que diz o político, portanto, "como produtora em última instância, tem como 'controlar' todas as faces, tanto as dela quanto as de qualquer outro envolvido" (TOMAZI, CHILELA, 2022, p. 61).

Já Escosteguy-Medronho (2022) destaca que a hipótese de que uma polarização político-partidária teria tomado conta do Brasil entre 1994-2006, anos em que PT e PSDB travaram disputas históricas nas campanhas presidenciais, dando lugar a uma polarização social entre 2006 e 2018, baseada em indicadores de que um antagonismo político teria surgido com base nas próprias disputas presidenciais e se estendeu para além do período eleitoral. O fenômeno, segundo a autora, ainda se intensificaria entre 2018 e 2023, além do período pesquisado neste estudo. (ESCOSTEGUY-MEDRONHO, 2024, p. 7).

Ao longo da análise dos jornais Folha e Estadão, é possível perceber algumas tentativas de Bolsonaro em polarizar com figuras da esquerda. Na década de 2000, são várias afirmações críticas e atitudes buscando chamar a atenção em sessões na Câmara contra nomes como José Genoïno, José Dirceu, Tarso Genro e Luiz Eduardo Greenhalgh, todos do PT, por exemplo. Bolsonaro também fez diversas críticas a Dilma e Lula, porém, quando ocupavam a função de presidentes da República, Bolsonaro não recebia de volta muitas declarações rebatendo seus comentários.

A partir de 2011, porém, podemos notar o surgimento de uma polarização com uma figura semelhante em termos de cargo, o deputado federal Jean Wyllys, do PSOL. A relação entre os dois políticos, inclusive, foi alvo de estudos como os de Motta (2017), Menezes e Silva (2018) e Queirós (2017). Jean, assim como Bolsonaro, também fez bastante uso de redes sociais na década de 2010, e já era conhecido de boa parte do público por ter participado de um programa de entretenimento, o Big Brother Brasil, reality show da Globo do qual foi vencedor em 2005. É possível detectar citações a Bolsonaro em declarações de Wyllys, e citações a Wyllys em declarações de Bolsonaro. A dupla também contou com alguns confrontos diretos que chamaram atenção do público.

Logo no início da primeira sequência de citações após as declarações dadas ao CQC, em 31 de março de 2011, o Estadão já trazia um contraponto feito por Wyllys na matéria "Bolsonaro: Estou me lixando para gays": "Ele está invocando essa homofobia odiosa porque sabe que a violência contra homossexual goza de mais aceite pela sociedade. Está tentando dizer que é 'só' homofóbico. Ele está com medo e é covarde" (JUNQUEIRA; BRESCIANI; ARRUDA, p. A8).

Também no Estadão, em 7 de maio de 2011, uma seção intitulada "Decisão Histórica. Novos debates" trouxe duas matérias com pontos de vista diferentes a respeito da criminalização da homofobia. Uma, "Bancada evangélica quer lei para impedir casamento em igreja" (BRESCIANI, 2021), dava destaque ao posicionamento de Wyllys. Logo abaixo, "Próximo passo será legalização da pedofilia" (BRESCIANI, 2011), trazia o de Bolsonaro - incluindo uma foto do deputado.

Em 16 de setembro de 2014, no mês anterior às eleições, o Estadão trouxe uma reportagem de página inteira dando destaque à polarização entre Jean Wyllys e Bolsonaro, numa matéria intitulada "Um rio de antagonismo", com o subtítulo "Jean Wyllys e Jair Bolsonaro expõem os extremos ideológicos na disputa fluminense pela Câmara" (LEAL; TOSTA, 2014, p. A10).

Destaca-se, ainda, o momento da votação do impeachment de Dilma, em 2016, cuja rivalidade entre Bolsonaro e Wyllys ganhou repercussão após o deputado do PSOL ter cuspidido em direção a Bolsonaro. O caso foi gerou processo em instâncias superiores da Câmara, e também ganhou a repercussão da mídia dando lados, versões, relatos e desdobramentos.

Há, por exemplo, a reportagem "Frentes 'unem' Bolsonaro e Jean Wyllys" (AMENDOLA, 2017), que destaca a presença simultânea da dupla em algumas frentes parlamentares, na qual são identificados como "arqui-inimigos" (AMENDOLA, 2017) pela reportagem.

Apesar de uma quantidade razoável de reportagens trazendo os dois nomes como contrapontos, nem todos os embates entre Bolsonaro e Wyllys ganharam espaço na Folha e no Estadão. Um deles foi o vídeo que teve ampla repercussão em redes sociais, no qual Bolsonaro aparece em uma avião e avisa a Wyllys que o seu assento na viagem é justamente ao lado do colega. Wyllys troca de lugar, ao que é acusado de discriminação por Bolsonaro. (MENDES, 2015). Outro exemplo é uma edição do programa Conexão Repórter exibida em

24 de abril de 2016 pelo canal SBT, intitulado "Bolsonaro vs. Jean Wyllys", com mais de uma hora de duração na TV aberta apresentando a polarização entre a dupla ao público.

A polarização entre Bolsonaro e Wyllys ainda seguiria mesmo depois da eleição do candidato do PSL à presidência, em 2018. Em janeiro de 2019, por exemplo, Wyllys, que havia sido reeleito como deputado federal, afirmou em entrevista que pretendia abdicar de seu mandato e morar fora do Brasil após receber ameaças. No mesmo dia, Bolsonaro publicou um tuíte escrito "Grande dia", ao lado de um emoji com símbolo de um "joinha", o que foi interpretado pela maior parte da imprensa como uma provocação ao antigo rival.

A polarização entre Jair Bolsonaro e Jean Wyllys acabou sendo marcada por dois deputados considerados como de baixo clero, por terem pouco acesso às principais decisões ou cargos relevantes em comissões e relatorias da casa, ainda que tivessem uma boa presença nas redes sociais. Bolsonaro chegou a fazer parte do PP e do PSC durante o período, enquanto Wyllys se manteve no PSOL, partido com pouca representação no Congresso. De certa forma, é possível perceber que as declarações críticas e citações trocadas entre um e outro acabavam alçando seus nomes a uma quantidade significativa de aparições midiáticas.

No ano de 2017, porém, percebe-se uma mudança na polarização de Bolsonaro proposta pela mídia. Ainda que as contraposições contra Jean Wyllys não tenham cessado de vez, Bolsonaro passa a ser alçado como contraponto a Luis Inácio Lula da Silva, do PT, ex-presidente, nome forte de um partido consolidado e alçado como um dos principais nomes à disputa presidencial em 2018.

Em 15 de fevereiro de 2017, no texto "Temer, PSDB e o anti-Lula", o colunista José Roberto de Toledo escreve no Estadão:

O problema do PSDB é que uma parte importante do eleitorado que votou nos candidatos do partido a presidente nas últimas eleições encontrou um nome que julga representá-la melhor: Bolsonaro. Sem o voto desse segmento engajado, os tucanos perdem a primazia como anti-Lula. (TOLEDO, 2017, p. A6)

Já em "Com Doria, tucanos de SP decidem aguardar TSE", o Estadão dava espaço à declaração de José Anibal, do PSDB, que também demarcava a nova polarização: "Nós não queremos que no ano que vem prevaleça uma polarização salvacionista, Bolsonaro, Lula, que são um desastre para o Brasil" (WETERMAN; VENCESLAU, 2017, p. A6).

Em geral, a origem da substituição da polarização anterior entre PT e PSDB, com Bolsonaro ocupando o espaço do PSDB, surgiu após não apenas o surgimento de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto como um dos principais cotados, como a sua manutenção e até mesmo crescimento em porcentagens ao longo do ano de 2017. Muitas reportagens e colunas citavam Bolsonaro justamente como uma surpresa, inicialmente cotado para ter pouco fôlego devido às suas posições radicais, o que era uma posição compartilhada inclusive por outros políticos e especialistas ouvidos pelos jornais. Mas a persistência de seu nome nas pesquisas, e, durante a campanha, o efeito de aumento, e não de recuo das intenções de voto, alçou Bolsonaro como polarizador principal do PT - fosse em relação a Lula, fosse em relação a Fernando Haddad, após a sua prisão.

4.6.2. A repercussão das aparições de Bolsonaro na TV pela imprensa na década de 1990

Ao longo de seus mandatos como deputado federal, Jair Bolsonaro aceitou diversos convites para dar entrevistas e participar de programas de TV, fossem jornalísticos, fossem de entretenimento (ler seção 3.2.6.. O entretenimento na construção da visibilidade de Bolsonaro). Muitas destas participações rendiam uma repercussão expandida, ou seja, se tornavam tema não apenas no momento em que iam ao ar, como nos jornais impressos no(s) dia(s) seguinte(s). É válido destacar que, apesar de algumas das mais conhecidas aparições de Bolsonaro na TV aberta terem acontecido na década de 2010, nos anos 1990, durante seus primeiros mandatos como deputado federal, já tinha conseguido algumas posições com algum destaque, incluindo diversas que foram citadas pelos jornais analisados nesta pesquisa.

Na Folha de S. Paulo, a coluna "Na TV, ontem à Noite", de Nelson de Sá, traz algumas ocasiões em que isso aconteceu no início da década de 1990.

Em "Caldo de Cultura", publicada em 25 de maio de 1993, aborda-se, a participação de Jair Bolsonaro no programa Opinião Nacional, da TV Cultura. O jornal destaca se tratar de uma entrevista tensa, e o caracteriza como deputado federal malufista que "atacou a democracia e chamou o golpe peruano de bom exemplo". "Os âncoras do "Opinião Nacional" não aceitaram facilmente as suas afirmações. Coisas como "caso a democracia não passe a ser responsável, o povo logo vai pedir a volta dos militares". Ou ainda, "o que falta é uma disciplina militar" (A, 1993, p. 1-11), diz outro trecho. O então general da ativa Gleuber Vieira também participou do programa e, segundo a publicação, defendeu a democracia e demonstrou desconforto com as opiniões de Bolsonaro.

Em "'Você, aí em Brasília'", publicada em 25 de junho de 1993, comenta sobre a repercussão de declaração de Bolsonaro pedindo o fechamento do Congresso em telejornal da Rede Globo:

O discurso de Jair Bolsonaro não é nada. A resposta de Inocêncio de Oliveira, o dono dos poços, é que é o problema. No "Jornal Nacional", o maior noticiário da televisão, o presidente dos deputados federais ameaçou: "Esta instituição não mais vai aceitar agressões de quem quer que seja." De Jair Bolsonaro, ele queria dizer. Devia olhar para o espelho." (SÁ, 1993, p. 1-11-b)

No dia seguinte, 26 de junho de 1993, o colunista voltou a citar Bolsonaro (nesta ocasião, a coluna foi intitulada apenas como "Na TV, ontem") em "Os limites da liberdade". A coluna tem início com a frase "Jair Bolsonaro não é nada.", antes de comentar sobre supostos problemas no Congresso, com crítica a outros deputados federais. Bolsonaro ainda é chamado de "inexpressivo" em outro momento. Por fim, há um subtítulo "Risos", que fala sobre a entrevista de Alberto Fujimori, então presidente do Peru e acusado de dar um golpe de Estado, à apresentadora Marília Gabriela, no programa Cara a Cara, da Band. "Depois do discurso de Jair Bolsonaro, que citou o ditador nipo-peruano como um exemplo, a entrevista tornou-se mais oportuna do que nunca" (SÁ, 1993, p. 1-11-c), diz a coluna, atribuindo aos elogios de Bolsonaro ao presidente do Peru parte da notoriedade de Fujimori entre o público brasileiro no momento.

Em 28 de julho de 1993, a coluna "Deu no 'New York Times' repercutiu a repercussão de canais da TV aberta brasileira a respeito de reportagem publicada no jornal The New York Times, dos Estados Unidos, que, segundo o texto, sugeria um possível novo golpe de Estado no Brasil. "O jornal Bandeirantes abriu falando que o diário americano estava "um pouco atrasado" porque havia entrevistado o deputado golpista Jair Bolsonaro, que é notícia velha por aqui" (SÁ, 1993, p. 1-8), consta.

Também em 1993 surge pela primeira vez uma aparição de Jair Bolsonaro num programa de TV com repercussão em jornal. Tratava-se do humorístico Cassetta & Planeta: Urgente, da TV Globo - à época, um programa mensal exibido uma vez por mês. A referência a Bolsonaro surgia em gravação de quadro no Congresso, em Brasília.

Entre os entrevistados - que poderão cair na edição - estão Vladimir Palmeira e Benedita da Silva (ambos PT-RJ), Maurício Calixto (PFL-RO) e, sobretudo, Jair Bolsonaro (PPR-RJ), a quem um dos atores perguntou: "No meio de todo esse rolo, o senhor não embolsonaro algum?" O deputado e oficial da reserva sorriu e, na esportiva, respondeu que estava acostumado a ouvir piadinhas com derivações a partir de seu sobrenome. (NATALI, 1993, p. 1-10)

Atualmente, com o Globoplay, serviço de streaming do Grupo Globo, é possível assistir ao contexto em que Jair Bolsonaro aparece na atração - trata-se do 8.º episódio da 2.ª temporada. A reportagem satírica é conduzida pelos humoristas Helio de la Peña e Beto Silva, e aborda o escândalo que ficou conhecido como Anões do Orçamento, e teve como protagonista e acusado o então deputado federal João Alves (PFL-BA). Ao todo, seis deputados federais são mostrados em tela, mas nenhum é identificado com seu nome. Bolsonaro é o primeiro a aparecer e ouve a seguinte pergunta de Peña: "Você acredita que Deus tenha ajudado João Alves a ficar rico?". A edição intercala perguntas e respostas de outros deputados, de forma dinâmica. Em outro trecho, é mostrado um comentário dos humoristas: "Ouvi falar que Deus vem pra cá e sempre vai embora às quintas-feiras". Em seguida, mostra-se uma resposta de Bolsonaro: "É, muitos juntos com ele, vão, muitos apóstolos vão junto com ele na quinta-feira". Bolsonaro ainda responde a outra questão sem se comprometer: "Poxa, pergunta difícil de responder, não é?". Ainda há um trecho em que o deputado aparece dando risada ao lado de Beto Silva.

Em 15 de abril de 1994, a coluna *Ontem na TV* (SÁ, 1994) trazia trecho que mostrava repercussão de uma atitude de Bolsonaro em mais de uma emissora de TV - no caso, na Band e na Globo:

Jair Bolsonaro, o deputado aventureiro que defende o fim da democracia, apareceu ontem na televisão rasgando e dando uma cusparada num documento legal. A imagem, que foi apresentada no *Jornal Bandeirantes* e cortada no *Jornal Nacional*, é das mais grosseiras entre as muitas produzidas pelo atual Congresso. Seus companheiros de partido e de plenário, outra vez, aceitam o ato por respeito à liberdade de cusparada. (SÁ, 1994, p. 1-6)

No dia 23 de maio de 1999 vai ao ar na TV *Bandeirantes* o programa *Câmera Aberta*, apresentado por Jair Marchesini, com uma entrevista com o então deputado federal em seu 3.º mandato Jair Bolsonaro. No programa, o político dá declarações polêmicas em tom de

revolta, sugerindo novamente um golpe com o fechamento do Congresso, além de temas como a sonegação de impostos, defesa da ditadura militar e duras críticas ao então presidente FHC, incluindo a sugestão de que deveria ser morto. Algumas das frases de destaque:

Conselho meu e eu faço: eu sonego tudo que for possível. Se eu puder não pagar um negócio, não pago, porque o dinheiro vai pro ralo, pra sacanagem.

[...]

Essa porcaria que a gente vive hoje em dia é que esse pessoal lá de cima chama de democracia

[...]

Através do voto não vai mudar nada nesse país. Só vai mudar, infelizmente, quando nós partirmos para uma guerra civil. E fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando pelo FHC. Não vamos deixar pra fora, não, matando. Vão morrer alguns inocentes? Tudo bem. Em tudo quanto é guerra morre inocente. (BOLSONARO, 1999)

4.6.3. Jair Bolsonaro e a Comissão de Direitos Humanos

As tentativas de Bolsonaro em se lançar como um nome à disputa da presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados também merecem destaque, uma vez que representam uma tentativa do parlamentar em emplacar seu nome a um cargo que certamente geraria repercussão na imprensa - como, de fato, gerou.

A primeira delas que se tem notícia remete ao ano de 1998, ou seja, ano em que faria a campanha visando seu 3.º mandato como deputado federal. Segundo reportagem do Estadão, Bolsonaro, definido como porta-voz dos militares radicais no Congresso, havia sido indicado pelo PPB após uma reunião de líderes que culminou com a divisão das presidências de 16 comissões técnicas entre os partidos. A CDH teria sido uma das três cedidas ao PPB, e apenas Bolsonaro teria interesse em ocupar o cargo. "Ninguém do partido queria essa comissão. Eu quero. Não vão me deixar ganhar, mas vou disputar" (DOMINGO, 1998, p. A6), dizia. "A indicação de Bolsonaro pegou de surpresa o PT e outros partidos da esquerda, que dominam a comissão desde que ela foi criada, há quatro anos" (DOMINGOS, 1998, p. A6), constava na reportagem. Ainda consta que, segundo Bolsonaro, caso se tornasse presidente da CDH, o símbolo da comissão seria um fuzil.

A Folha tratou sobre o tema em 9 páginas diferentes entre 13 de março e 30 de março de 1998. A primeira traz diversos parágrafos e até uma foto de Bolsonaro, definido como "um capitão do Exército na reserva que defende a pena de morte, é contra a demarcação de terras indígenas e considera vítimas os PMs acusados de matar trabalhadores sem terra" (MADUEÑO, 1998, p. 1-19), e relembra o que chamou de posições polêmicas, como a defesa do fechamento do Congresso. "A comissão só defende direitos de picareta e de vagabundo" (MADUEÑO, 1998, p. 1-19) foi a declaração de Bolsonaro destacada pela Folha.

Em seguida, o editorial "Um inimigo da democracia" (FOLHA, 1998a, p. 1-2), que contou com chamada na capa do jornal de 14 de março de 1998. Nele, foi caracterizado pela Folha como um notório adversário dos direitos humanos, citando posições parecidas com as da matéria anterior, e critica a possibilidade de Bolsonaro ser indicado como presidente da CDH.

Dias depois, em 18 de março de 1998, foi publicada na seção Painel do Leitor uma carta assinada por 160 pessoas, incluindo nomes como d. Paulo Evaristo Arns, Renato Janine Ribeiro e Bete Coelho. A carta demonstrava repúdio à nomeação de Agnese Fayad, acusado de ser um torturador na ditadura, para a subdiretoria de saúde do exército, e apontava para a ironia de que, ao mesmo tempo, Bolsonaro fosse candidato à presidência da CDH, afirmando que o presidente da República deveria tomar medidas para impedir a admissão em cargos oficiais "de pessoas que tenham atuado em órgãos de repressão". (CASTRO et al. 1998. p. 1-3). No dia seguinte, a Folha noticiou a derrota de Bolsonaro na eleição, tendo apenas um voto contra Eraldo Trindade, também do PPB, que recebeu os outros 15 da comissão. Nos dias seguintes, Bolsonaro chegou a fazer críticas e xingamentos ao dom Paulo Evaristo Arns, um dos autores da carta publicada dias antes e que se posicionava contrário ao deputado. As declarações repercutiram com três leitores enviando cartas à seção de Painel do Leitor defendendo Arns e criticando Bolsonaro. No dia 30 de março de 1998, Bolsonaro conseguiu mais espaço no jornal, também na seção de Painel do Leitor, com um direito de resposta. Ele argumenta que se apresentou democraticamente para presidir a CDH e destaca o que seriam os pontos-chave de sua campanha:

Minha plataforma à presidência da CDH, além da pena de morte, contava com as discussões da pena de prisão perpétua, trabalhos forçados para condenados, redução da maioridade para 16 anos, além do rígido controle da natalidade como forma eficaz de combate à fome, à miséria e à violência. (BOLSONARO, 1998, p. 1-3).

Em fevereiro de 2014, novamente num ano eleitoral, Bolsonaro teve menções na Folha (NOGUEIRA, 2014, p. A11) e no Estadão (O ESTADO, 2014, p. A3) a respeito de uma possível nova investida para se tornar presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Na ocasião, porém, o fato parecia mais realista pois o ocupante anterior do cargo havia sido Marco Feliciano, deputado federal e pastor filiado ao PSC, conhecido por posicionamentos conservadores e ligados a grupos evangélicos. "Se eu virar presidente da Comissão de Direitos Humanos, vão sentir saudades do Feliciano" (SAYURI, 2014, p. E4), destacou o Estadão. "Eu vou para a comissão para evitar toda aquela promiscuidade. Quem for para lá não vai ter vida fácil. Não vai ter esse seminário LGBT infantil" (FOLHA, 2014, p. A8), destacou a Folha sobre o tema. Por fim, Bolsonaro não conseguiu emplacar o cargo na CDH.

4.7. Espaços diretos cedidos a Jair Bolsonaro pela Folha de S. Paulo

Em 13 de janeiro de 1996 a Folha trouxe na seção "Tendências/Debates" o tema "A demarcação das terras indígenas foi superdimensionada?", com espaços para as opiniões "não", dada por Márcio José Santilli, ex-deputado federal pelo MDB e ativista dos direitos dos povos indígenas, "em termos", dada por Romero Jucá, então senador pelo PMDB de Roraima, e "sim", dada por Jair Bolsonaro. No subtítulo, o deputado federal trazia outra dúvida: "Sem falar português, como podem esses índios serem os maiores latifundiários do Brasil?" (BOLSONARO, 1994, p. 1-6).

No texto, Bolsonaro sugere que os povos indígenas poderiam ser considerados como latifundiários por serem uma quantidade relativamente pequena espalhados por terras muito grandes. Cita um estudo da Funai como tendencioso, e ironiza a Funai sugerindo que o movimento dos Sem Terra deveriam pedir que o Incra passasse suas atribuições à Funai. Bolsonaro cita supostos recursos minerais que seriam mantidos intactos para serem explorados por países mais ricos do hemisfério norte, chama propostas de demarcação de absurdas e diz que elas trazem risco à segurança nacional, destacando que, no Brasil, "índio nada mais é que massa de manobra de ONGs e do G-7" (BOLSONARO, 1994, p. 1-6).

Em 3 de abril de 2014 a Folha de S. Paulo voltou a chamar Jair Bolsonaro para opinar na seção Tendências/Debates, destacando que os textos ali publicados não refletem a opinião do

jornal e teriam como propósito estimular o debate de temas do Brasil e do mundo, refletindo diversas tendências de pensamento existentes na sociedade.

Com o tema "A ditadura militar em debate" Bolsonaro assinou texto intitulado "Censura escancarada", e começou a escrever falando sobre si mesmo: "Que pavor um só homem causa à esquerda brasileira a ponto de lhe cassar a palavra da tribuna da Câmara dos Deputados, a não ser o temos à verdade?" (BOLSONARO, 2014, p. A3). Em seguida, critica sua impossibilidade de fazer discurso exaltando o golpe de 1964 na tribuna da Câmara, cita o número de 400 pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar, a quem considera como sequestradores, terroristas ou assaltantes, e fala que tal perda de vidas seria um preço pequeno para que o Brasil não se tornasse um país como Cuba. Cita ainda temas como o caso Celso Daniel, a Comissão da Verdade, o Foro de São Paulo, a doutrinação escolar que exaltaria o socialismo e condenaria capitalismo, o projeto de lei anti palmadas e destaca que "Chegará o momento em que um novo 31 de março ou uma nova Operação Condor não serão suficientes para impedir o Brasil e a América Latina de serem lançados nos braços do comunismo" (BOLSONARO, 2014, p. A3).

Em 18 de dezembro de 2014, novamente na seção Tendências/Debates, Bolsonaro assinou texto com o título "O grito dos canalhas" (BOLSONARO, 2014-b, p. A3). Nele, relembra sobre seu entreencontro com a colega Maria do Rosário (PT-RS). Na versão de Bolsonaro, ele teria sido ofendido pela parlamentar à época da repercussão do caso Champinha, em 2003, que resultou no debate sobre redução da maioria penal. Ela teria acusado-o de estupro, e o deputado se defende: "Minha reação ocorreu num reflexo e, ante a agressão verbal injusta, respondi que não era estupro, mas que, se fosse, não a estupraria porque ela não merecia" (BOLSONARO, 2014-b, p. A3). Bolsonaro cita também seus rótulos de homofóbico e racista, temas como o chamado kit gay, o CQC, a guerrilha do Araguaia, o caso Celso Daniel, diz que os militares salvaram o Brasil do comunismo em 1964 e se autodefine como o parlamentar que melhor encarna a oposição ao PT (BOLSONARO, 2014-b).

É válido citar, ainda, um espaço que não foi diretamente escrito por Jair Bolsonaro, mas por uma figura muito próxima a ele e, à época, que ocupava cargo de assessor de seu mandato como deputado federal, Gustavo Bebianno. Na Folha de S. Paulo de 21 de janeiro de 2018, escreveu o texto "Por que Bolsonaro" na seção "Tendências/Debates", acompanhado também pela imagem de um desenho de Bolsonaro com oito braços, cada um fazendo um gesto diferente, e uma bandeira do Brasil ao fundo. Gustavo Bebianno foi creditado pela Folha da

seguinte forma: "advogado e mestre em finanças pela Universidade de Illinois (EUA), foi diretor do 'Jornal do Brasil' e atualmente é assessor do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ)" (BEBIANNNO, 2018, p. A2).

No texto, Bebianno (2018) diz que o regime militar brasileiro sofreu com perseguição ideológica esquerdista e bolivariana, critica a Constituição Federal de 1988 por trazer ideais impraticáveis, diz que Leonel Brizola foi responsável pelo aumento da violência no Rio de Janeiro e afirma que o que chama de instituições formadoras de opinião, como as universidades, a imprensa e os artistas, teriam todos a mesma opinião, sem espaço para debate. Destaca o PT, PMDB e PSDB como representantes da corrupção e responsáveis pela sensação de descrédito da população na política. A solução, segundo ele, passaria por uma representação política atuante e confiável a partir das eleições de 2018. Bebianno cita, então, a figura de Bolsonaro, um capitão do Exército detentor de mandato parlamentar por quase 30 anos e jamais envolvido em corrupção, comparando-o à fábula do patinho feio em relação ao restante do Congresso. Destaca ainda que Bolsonaro diz o que pensa e reflete pensamentos e anseios populares, um "representante da maioria que já não suporta mais a canalhice e a baboseira da política tradicional" (BEBIANNNO, 2018, p.A2) . Encerra o texto declarando voto em Bolsonaro, que ainda não era candidato oficialmente.

É possível perceber que, conforme ocorre em diversos outros momentos de cobertura midiática acerca de Jair Bolsonaro, quando lhe é dado espaço para manifestação, alguns temas costumam se repetir, por vezes até independentemente do contexto da pauta.

5. Considerações finais

Pudemos notar diferenças significativas em relação aos temas pelos quais Bolsonaro figurou na imprensa ao longo do período em que foi deputado federal, tendo iniciado pela defesa dos interesses militares - em especial sendo visto como um representante da categoria que não, podia se manifestar politicamente. No decorrer dos anos seguintes, passou a ser pauta da imprensa por temas relacionados à defesa da ditadura militar e por sua postura crítica aos direitos humanos. Nas décadas de 1990 e 2000 também há momentos pontuais em que Bolsonaro é citado entre os denunciadores de supostos casos de corrupção no Congresso. Na década de 2000, algumas de suas atitudes em sessões da Câmara chamaram atenção da imprensa por conta de gestos ou atitudes polêmicas, como chamar colegas de terroristas ou levar objetos com referências ao caso do Mensalão. Na década seguinte, especialmente a partir de 2011, passa a chamar atenção em reportagens sobre assuntos que envolvem minorias, como declarações contrárias ao movimento LGBT, mantendo, também, a visibilidade em momentos de publicações sobre a ditadura militar. Por fim, Bolsonaro passa a ser tratado pela imprensa quando o tema é corrida presidencial de 2018. A primeira menção ao fato ocorre em 2016, mas é em 2017 que a frequência de seu nome se torna maior, se intensificando ao longo do ano seguinte até culminar na sua eleição.

Esse olhar longitudinal demonstra como ao longo dos anos Bolsonaro parece ter adotado a estratégia de abordar mais os assuntos que lhe dessem mais visibilidade midiática. Isso pode ser percebido em casos como a reportagem "Bolsonaro pede fechamento do Congresso", que destaca que o deputado "voltou ontem a defender o fechamento do Congresso Nacional. Há um ano ele fez o mesmo discurso, o que lhe rendeu o processo por falta de decoro" (FOLHA, 1994, p. 1-8). O comentário, considerado antidemocrático pela imprensa, voltou a ser feito em outras ocasiões pelo deputado, que acabou por ganhar novamente espaço num jornal por conta de suas falas.

Outra ocasião em que isso pôde ser percebido se deu quando, em 2013, Bolsonaro aproveitou o momento em que haviam diversos jornalistas em frente ao hotel onde a seleção da Itália ficaria hospedada no Rio de Janeiro para se dirigir ao local e soltar rojões fazendo uma reclamação de barulho (O ESTADO, 2013, p. A21). É possível que a presença de repórteres no local e a potencialidade do fato se tornar notícia tenha contribuído para sua decisão de protestar daquela forma e naquele momento.

Em geral, quando um assunto ou polêmica lhe rendia algum espaço midiático, o deputado parecia aceitar diversos convites para entrevistas em que voltava a repetir posicionamentos semelhantes aos que já havia dado, reafirmando sua postura. O período que envolve as semanas posteriores à sua aparição considerada polêmica no CQC, em 2011, demonstra isso, com diversas reafirmações de que não seria racista, muitas vezes usando o mesmo argumento, de que teria laços de intimidade ou amizade com pessoas negras, e que, na verdade, teria um posicionamento contrário aos homossexuais, o que, apesar de ser repercutido de forma crítica pelos jornais analisados, serviria de link com um tipo de prática ainda existente a sociedade, inclusive em potenciais grupos de eleitores. Bolsonaro fez pronunciamentos, deu entrevistas a jornais e participou de programas de TV e rádio, muitas vezes retomando temas e reafirmando sua posição neles.

Bolsonaro também mudou o teor de boa parte de seu discurso quando passou a expor sua intenção de concorrer à presidência. Provavelmente o tema em que isso tenha ocorrido mais claramente tenha sido em relação à economia. Se na década de 1990 Bolsonaro chegou a fazer críticas duríssimas ao presidente Fernando Henrique Cardoso por conta de suas posições liberais favoráveis às privatizações, conforme a eleição de 2018 se aproximava, passou a dar declarações indicando uma mudança de seu pensamento, adotando uma postura mais liberal, o que foi visto por articulistas dos jornais analisados com uma sinalização ao mercado.

Ao longo dos anos, Jair Bolsonaro parece ter usado estratégias para ganhar visibilidade e ganhar valor-notícia em sua trajetória política como deputado federal.

Bolsonaro chegou a apostar em temas repetidos em diversas ocasiões. Quando sua declaração defendendo o fechamento do Congresso completou um ano, por exemplo, chegou a repeti-la em um discurso. O fato rendeu uma nota publicada na Folha atentando para o fato. Em sessões importantes em termos de repercussão midiática, fez xingamentos a pessoas que discursavam ou levou cartazes e materiais visualmente chamativos - como foi o caso do saco de lixo em sessão sobre o Mensalão.

Outra estratégia menos utilizada, mas que lhe rendeu visibilidade foi tentar a presidência da CDH da Câmara dos Deputados. Na década de 1990, quando era conhecido entre os colegas e a imprensa por sua posição abertamente contrária aos direitos humanos, por exemplo, cogitou disputar o cargo de presidente da comissão de direitos humanos e minorias da Câmara, em 1998. O fato trouxe repercussão e espaço no noticiário. Anos depois, em 2014, fez uso da

mesma estratégia. Nos dois casos, tratava-se de ano eleitoral e a atitude lhe rendeu o protagonismo em notícias meses antes do pleito.

No mesmo sentido, Jair Bolsonaro também se dispôs a disputar a eleição para presidente da Câmara dos Deputados em quatro ocasiões. Em todas, teve votação irrisória, mas garantiu algum espaço para que seu nome constasse em diversas reportagens a respeito da disputa. Entre os 513 deputados federais, recebeu apenas 2 (dois) votos em sua primeira tentativa, em 2005. Com a renúncia do então presidente Severino Cavalcanti, outra eleição foi realizada no mesmo ano, meses depois - desta vez Bolsonaro teve 0 (zero) voto. Em 2011, concorreu novamente, atingindo seu melhor resultado, com 9 (nove) votos, e em 2017 buscou a disputa pela última vez, atingindo 4 votos. As baixas votações indicam que, em algumas ocasiões, o próprio Jair Bolsonaro não tinha grandes pretensões em, de fato, tentar se eleger ao cargo. Em 2005, por exemplo, nem ele votou em si mesmo.

Bolsonaro aparece como um candidato comunicador no conceito de Manin (1995), e esse papel ganha ainda mais destaque conforme a internet se consolida e, além das aparições em TV e rádio, por exemplo, Bolsonaro possui plataformas para divulgar seus próprios vídeos e posicionamentos, sem uma curadoria de um veículo de comunicação. Sua comunicação com o público passava a ser ainda mais direta. Os jornais, por sua vez, potencialmente poderiam acabar cedendo espaço à figura de Bolsonaro a partir do momento que algum assunto se tornasse tão comentado em redes sociais, por exemplo, que não pudesse ser deixado de lado sua citação. Nesse contexto, Bolsonaro pratica atos racionais, conforme o exposto por Ferejohn e Pasquino (2001), visando uma maior proximidade ao seu potencial eleitoral.

Bolsonaro também adotou uma narrativa de *outsider* (PIAIA; NUNES, 2022), mesmo fazendo parte da política nacional por sete mandatos consecutivos e já tendo atuado como vereador anteriormente. Ao longo dos anos, se orgulhou de ser o único deputado federal a defender diversas pautas. Nos anos 1990, se popularizou por ser praticamente o único da Câmara a defender abertamente o retorno da ditadura militar. Em 2003, foi o único voto contrário à moção que pedia por perdão à pena de morte do traficante brasileiro Marco Archer Moreira na Indonésia, por exemplo. Em 2005, em sessão que cassou o mandato de José Dirceu, consta em reportagens que Bolsonaro foi o único a comemorar com entusiasmo e publicamente o fato entre os colegas. Durante o julgamento do Mensalão, alegava ser o único parlamentar que supostamente não teria sido corrompido na base do governo. Há diversas outras ocasiões em que o deputado buscou se mostrar como diferenciado. Inclusive,

durante alguns governos, como o de Collor, de Lula e de Dilma, esteve em partidos que integraram a base do governo na Câmara, mas se notabilizava por votar de forma diferente em votações importantes.

Santos e Fossá (2023) destacam que nas sociedades democráticas da atualidade a política midiática e a política do escândalo têm papel importante nas disputas eleitorais, o que resulta na profissionalização da política com assessores e especialistas que fazem com que os políticos ajam como se estivessem 100% do tempo diante do público, ainda que não possam vê-lo diretamente, como se fosse uma espécie de campanha permanente (SANTOS; FOSSÁ, 2023, p. 3)

Os autores também trazem uma reflexão relevante sobre o conceito de *outsider* quando consideram a pluralidade do termo, que pode fazer com que um mesmo político ou candidato seja considerado como outsider por parte da literatura, e não seja considerado por outra. Tanto é que, ao abordarem a eleição presidencial brasileira de 2018, vencida por Bolsonaro, não o contabilizam como um outsider, destacando apenas João Amoêdo, do Novo, como tal, e citando também outros nomes que cogitaram se candidatar, segundo a imprensa, mas não chegaram a seguir em frente, como Roberto Justus, Luciano Huck, Dr. rey e Joaquim Barbosa.

Apesar de demonstrar interesse em disputar cargos executivos desde a década de 1990, quando algumas notícias indicam a possibilidade de que concorresse à eleição para prefeito do Rio de Janeiro, e, posteriormente, quando comenta sobre a vontade em se tornar presidente, é a partir de 2016 que se nota uma maior preocupação de Bolsonaro, de fato, em cogitar uma disputa presidencial. É neste ano, inclusive, que seu nome aparece pela primeira vez nos jornais entre os principais candidatos à disputa, numa pesquisa do Datafolha de abril que indicava os seguintes resultados de intenção de voto: Lula (21%); Aécio Neves (17%); Jair Bolsonaro (8%); Ciro Gomes (7%). A reportagem "Media training ensina Bolsonaro a 'olhar para si'" (AMENDOLA, 2016), publicada no Estadão em 20 de novembro de 2016, indica uma preocupação do então deputado federal em buscar o auxílio de profissionais da área para melhorar a sua comunicação, especialmente no que dizia respeito ao tratamento midiático.

Se num primeiro momento, entre 1991 e 2016, os jornais publicavam materiais destacando a problemática de posicionamentos de Jair Bolsonaro de forma esporádica, entre 2017 e os três primeiros meses de 2018 esse tom de alerta se torna mais frequente. Além de reportagens

cobrindo sua agenda de pré-campanha, chegaram a ser publicadas algumas lembrando fatos polêmicos de sua vida passada, voltados ao público que não se recordasse da figura de Bolsonaro, e também diversas colunas e editoriais lembrando a todo momento seus posicionamentos considerados pelos jornais como antidemocráticos. Inicialmente, Bolsonaro era visto como um candidato nanico, sem chances de surpreender. A partir do momento em que os jornais parecem ter percebido que se tratava de um candidato consolidado, com tendências a crescer e que mudava posicionamentos públicos de forma a suavizar o seu discurso, o tom de alerta ficou presente em mais reportagens.

Por fim, o discurso de Bolsonaro como um liberal econômico, adotado pelo candidato desde o ano anterior ao da campanha, também recebeu diversos registros - alguns, novamente, com o alerta de que seria uma mudança brusca de seu pensamento visando a eleição.

Destaque-se que Jair Bolsonaro conseguiu, ao longo dos anos, gerar diversos termos cunhados pela imprensa por conta de seus posicionamentos e declarações, como Caso Bolsonaro, Síndrome Bolsonaro, Bolsonarismo, Bolsonarista, Bolsonaros, entre outros mais específicos, como Bolsonaro da esquerda ou Bolsonaro da Caatinga. Tais artifícios são um indicativo de que, ao menos durante momentos específicos ao longo de seu mandato, Bolsonaro conseguiu se fazer conhecido pelos jornais de uma forma que tantos outros de seus colegas deputados não conseguiam. Tanto é que, em alguns momentos, seu nome foi citado por leitores que escreveram para as seções de cartas dos leitores de ambos os jornais. Em determinados momentos, cartas do próprio Bolsonaro com resposta a alguma reportagem, chegaram a ser publicadas. Não há registros, porém, da quantidade de cartas que possam ter sido enviadas envolvendo Bolsonaro que acabaram não sendo publicadas, por exemplo, para que se chegue a mais conclusões sobre o tema.

No sentido do que dizem Gomes e Casali (2021), ou seja, a imagem pública não é construída somente por Bolsonaro como um ator político que emite uma mensagem, mas sim pelo conjunto de meios que retratam e espalham essas mensagens (GOMES; CASALI, 2021), e da ideia de Weber (2009) partindo do pressuposto de que as ações de Bolsonaro para a construção de sua imagem pública como político atuam no sentido de confirmar o que chegará aos olhos do público, parece bastante plausível considerar sua trajetória e ações no sentido de um ator racional em busca da visibilidade de suas ações como ator político nos ambientes que ocupava ao longo dos anos, como a Câmara dos Deputados, programas de rádio e TV, eventos públicos e, posteriormente, redes sociais e plataformas de internet. Nesse

sentido, destaca-se num primeiro momento uma imagem positiva ao eleitorado de nicho que tinha - os militares - , e posteriormente ampliando para outros setores considerados conservadores ou reacionários da sociedade.

Este momento de ampliação, como os dados demonstram, lhe rendeu uma maior quantidade de citações nos veículos de imprensa, tendo sido mais evidente o crescimento a partir do momento em que começou a ser tratado como potencial candidato a presidente, em 2016. A reportagem sobre a contratação dos serviços de uma profissional de media training por Bolsonaro, em novembro de 2016 (AMENDOLA, 2016) é mais um indício da forma como Bolsonaro buscava adequar sua imagem pública em direção ao que os eleitores buscavam, de forma mais ampla, pensando no eleitorado nacional, e não mais apenas ao que lhe elegeria como deputado federal no Rio de Janeiro. ²

Já em relação à forma como a imprensa repercutiu as potenciais tentativas de Bolsonaro em emplacar seu nome nas páginas de jornal e ganhar visibilidade, há um texto interessante publicado na própria Folha de S. Paulo, na seção de Ombudsman² da Folha, O texto de Paula Cesarino Costa, publicado em 19 de novembro de 2017, destaca que leitores têm criticado a "cobertura - vista como excessiva - de Bolsonaro e Doria e a ausência [de] reportagens sobre Marina e Ciro Gomes", ressaltando que "Cada movimento de Bolsonaro tem sido noticiado, apesar de, nos últimos 40 dias, ele pouco ter aparecido na primeira página do jornal" (COSTA, 2017, p. A6). A autora também faz duas considerações como sugestão à Folha: "Jair Bolsonaro e João Doria têm acompanhamento intensivo, enquanto Marina Silva e Ciro Gomes estão escondidos no noticiário. É preciso maior equilíbrio" e "Bolsonaro, comparado a Donald Trump, tem tratamento considerado jocoso demais por seus apoiadores e condescendente por seus adversários. É preciso encontrar o tom crítico adequado" (COSTA, 2017, p. A6). Vale lembrar que Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos pela primeira vez em 2016, com um perfil discursivo semelhante ao de Bolsonaro em diversos pontos (GENNARI, 2023). Os comentários acerca da cobertura mais incisiva sobre Bolsonaro indicam que, possivelmente, os jornais acabassem contribuindo para o aumento de visibilidade e popularidade de Bolsonaro, o que era seu objetivo primário num contexto de campanha eleitoral como ator político.

² A seção de Ombudsman funciona como uma espécie de autocrítica do jornal, e é escrita por uma pessoa que, em tese, analisa a situação da publicação com um olhar externo, e ao mesmo tempo é publicada pelo próprio jornal.

Indo além, e pensando na parte técnica por trás do conteúdo analisado, Leite (2023) traz uma contribuição relevante a esta pesquisa ao entrevistar, sem identificá-los, 10 jornalistas que trabalharam na cobertura política de Folha ou Estadão entre 2008 e 2018 e publicaram reportagens sobre Jair Bolsonaro ao longo daqueles anos. O material ajuda a compreender o ambiente e o contexto em que as reportagens analisadas foram produzidas.

Os jornalistas relataram, em sua maioria, que a cobertura do Congresso consistia numa rotina exaustiva com a necessidade de se prestar atenção em vários temas simultaneamente, o que por vezes gerava materiais sem tanta profundidade, o que foi intensificado em tempos de internet por conta da temporalidade do jornalismo de publicação imediata e a pressão por cliques de audiência no ambiente online. A cobertura também sofria com o efeito manada, ou seja, uma certa padronização podia ser percebida mesmo em veículos diferentes, uma vez que, fosse por convivência ou por concorrência, os jornais buscavam pautas, fontes e temas semelhantes.

Bolsonaro foi descrito pelos jornalistas como um deputado federal inexpressivo, do baixo clero e sem protagonismo na imprensa. Ele era, basicamente, procurado por setoristas somente quando se envolvia em polêmicas ou quando os jornalistas buscavam uma voz de contraponto para temas igualmente polêmicos, como a ditadura militar brasileira ou os direitos LGBT. Por vezes, admitiram, que não tinham tempo para ampliar as fontes de contraponto às posições de Bolsonaro em algumas matérias. Os jornalistas também relataram não acreditar, à época, que o seu posicionamento de extrema direita conseguiria um apoio tão grande dos eleitores brasileiros, como o que se deu nas eleições de 2018. Por isso, publicavam as polêmicas acreditando que os eleitores não as levariam a sério. Além disso, Bolsonaro não era visto como fonte jornalística pela maior parte dos entrevistados, uma vez que, segundo eles, sequer tinha grandes relações com outros deputados, sendo um parlamentar isolado (LEITE, 2023).

Um trecho de um dos jornalistas entrevistados por Leite (2023) colabora com a conclusão desta dissertação de que Bolsonaro soube como operar as lógicas noticiosas de forma a buscar visibilidade, uma vez que não conseguiria a mesma visibilidade somente com suas ações parlamentares. "O Bolsonaro era um parlamentar avesso ao politicamente correto, ele quis se colocar dessa forma. Como ele era ignorado, ele tinha uma necessidade de aparecer para se projetar nacionalmente" (LEITE, 2023, p. 199), avalia o jornalista.

Desta forma, esta pesquisa indica que Jair Bolsonaro, seja por si mesmo ou com o apoio de uma equipe, fosse ela profissional ou não, potencialmente aproveitou como um ator político racional os mecanismos de funcionamento da grande imprensa brasileira para encontrar uma forma de ganhar visibilidade e se manter em evidência sua imagem pública ao longo de seus mandatos como deputado federal e, posteriormente, para alçar a sua bem-sucedida campanha à presidência da República, em 2018. Os jornais analisados, Folha e Estadão, atuaram de formas semelhantes no sentido de produzir matérias em períodos pontuais a respeito de temas pelos quais Bolsonaro ganhasse destaque de seu nome e passaram a tratá-lo com uma frequência maior conforme seu nome se tornou, de fato, um candidato consolidado na disputa pela presidência da República, fato que aconteceu gradualmente entre 2016, com as primeiras pesquisas de repercussão nacional, e 2018, quando, de fato, se efetuou a campanha presidencial. Apesar de algumas exceções, em geral, os jornais demonstraram acreditar estar fazendo um trabalho de alerta em relação a posições consideradas extremistas ou antidemocráticas por parte de Bolsonaro, por exemplo, mas, como indica o exposto por Leite (2023), os jornais parecem não ter percebido o potencial de tais exposições, mesmo de forma crítica, para o crescimento de sua popularidade como um ator político em campanha permanente. Assim, entendemos que a análise qualitativa e minuciosa desses conteúdos auxiliam para pensar questões futuras sobre visibilidade, competição eleitoral e o papel da imprensa na construção - ou desconstrução - de atores políticos relevantes na democracia contemporânea brasileira.

6. Bibliografia

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, 88 p.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. **Mídia e Política no Brasil - Jornalismo e Ficção**. 1. ed. São Paulo: FGV Editora, 2003. 184 p.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **"Aqui você vê a verdade na tevê" - A propaganda política na televisão**. 1999. Universidade Federal Fluminense, Publicações do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação (MCII). 204 p.

ALLEN, James. Bolsonaro e Greenhalgh: bate-boca na Câmara. O Estado de S. Paulo. 17 set. 2003. Cidades. p. C1.

ALMEIDA, Marco Rodrigo. Em entrevista em 1992 FHC temia Bolsonaro e risco de golpe. Folha de S. Paulo. 27 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/em-entrevista-em-1992-fhc-temia-bolsonaro-e-risco-de-golpe.shtml>. Acesso em 31 mar. 2024.

ALMEIDA, Helga. ABELIN, Pedro. PEREIRA, Matheus. FERREIRA, Maria Alice. Twittocracia e o populismo de direita: Uma análise comparativa entre o caso norte-americano e o brasileiro. Anais do 12º Encontro da ABCP, 2020.

ALMEIDA, Helga do Nascimento de; GOMES, Larissa Peixoto Vale. Embates e silêncios: Lideranças Partidárias do Legislativo no Twitter. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.14, n.40, p. 68-90, fev.-maio 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/54005/pdf>. Acesso em 2 mai. 2024.

AMENDOLA, Gilberto. Frentes 'unem' Bolsonaro e Jean Wyllys. Estadão. 2 nov. 2017. Política. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/frentes-unem-bolsonaro-e-jean-wyllys/>

AMENDOLA, Gilberto. Media training ensina Bolsonaro a 'olhar para si'. Estadão. 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/media-training-ensina-bolsonaro-olhar-para-si/>

AMOSSY, Ruth. O que é a polêmica? Questões de definição. In: AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017 [2014]. Pp.: 43-67.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4864523/mod_resource/content/1/Amossy%2C%20R.%20Argumenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20p erspectivas%2C%20teorias%20e%20recortes%20disciplinares.pdf

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A Grande Imprensa e o PT (1989-2014)**. 1. ed. São Carlos: EdUSFCar, 2017. 222 p.

AZEVEDO, Fernando Antônio Farias. **A grande imprensa brasileira. Paralelismo político e antipetismo (1989-2014)**. 2016. Tese (obtenção do cargo de titular) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BALDISSERA, Rudimar. Significação e Comunicação na construção da imagem-conceito. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. São Leopoldo (RS): Unisinos. Vol.X n. 3: (p.193-200), set/dez 2008.

BARROS, Carlos Juliano. Com medo de ameaças, Jean Wyllys, do PSOL, desiste de mandato e deixa o Brasil. Folha de S. Paulo. 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/com-medo-de-ameacas-jean-wyllys-do-psol-de-siste-de-mandato-e-deixa-o-brasil.shtml>

BARROS, Antonio Teixeira de; SILVA, Lucas Emanuel. A mídia como objeto de estudo da ciência política brasileira: análise da produção em periódicos qualificados. Teoria & Sociedade. 25, n.2, 2020. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/view/300>. Acesso em 27 fev. 2024.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2023. 172 p.

BEBIANNI, Gustavo. Por que Bolsonaro?. Folha de S. Paulo. 21 jan. 2018. Tendências/Debates. p. A2.

BOLSONARO, Jair Messias. O salário está baixo. *Veja*, São Paulo, n.º 939, 6 set. 1986. p. 154. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/06/untitled-191.jpg?quality=90&strip=info&w=1024&resize=1200,800>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BOLSONARO, Flávio. *Jair Messias Bolsonaro - Mito ou Verdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Altadena, 2017. 189 p.

BOLSONARO, Jair. Censura escancarada. *Folha de S. Paulo*. 3 abr. 2014. Opinião. p. A3

BOLSONARO, Jair. O grito dos canalhas. *Folha de S. Paulo*. 18 dez. 2014. Opinião. p. A3.

BOLSONARO, Jair. Entrevista ao programa *Câmera Aberta*. TV Bandeirantes. 23 mai. 1999. Disponível em: <https://youtu.be/21lQ84pnuwo?si=gNQ9Sbd59UIb9tCq>

BOLSONARO, Jair. Resposta. *Folha de S. Paulo*. 30 mar. 1998. Painel do Leitor. Opinião. p. 1-3.

BOURDIEU, Pierre. 1986. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In : BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel.

BRAMATTI, Daniel. Sociólogo sugere emenda anticensura. *O Estado de S. Paulo*. 25 mar. 2010. Nacional. p. A11

BRESCIANI, Eduardo. Bancada evangélica quer lei para impedir casamento em igreja. *Estadão*. 7 mai. 2011. *Vida*. p. A21. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110507-42935-spo-20-ger-a21-not/busca/bolsonaro>

BRESCIANI, Eduardo. 'Próximo passo será legalização da pedofilia'. *Estadão*. 7 mai. 2011. *Vida*. p. A21. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110507-42935-spo-20-ger-a21-not/busca/bolsonaro>

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Cadete e o Capitão - A Vida de Jair Bolsonaro no Quartel**. 1. ed. São Paulo: todavia, 2021. 252 p.

CARVALHO, Luiz Maklouf. O julgamento que tirou Bolsonaro do anonimato. *O Estado de S. Paulo*, n.º 45456, 1 abr. 2018. p. A9. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545208/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. A trajetória da internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/1430748034.pdf>. Acesso em 3 fev 2024.

CASSETA & Planeta: Urgente. Rede Globo. Temporada 2, episódio 8. 1993. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9503802/?s=0s>

CASTRO, Consuelo de; RIBEIRO, Renato Janine; ARNS, Paulo Evaristo; MEDAGLIA, Julio; COELHO, Bete; ASSINATURAS, seguem-se mais de 155. Folha de S. Paulo. 18 mar. 1998. Painel do Leitor. Opinião. p. 1-3.

COOK, Timothy E. O Jornalismo Político. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 203-247. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/pj7NTsz4Qxsj8wrDLqv7QDS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COSTA, Paula Cesarino. Ombudsman: Um olhar para cada fato. Folha de s. Paulo. 19 nov. 2017. Poder. p. A6.

CRUZ, Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e; TRAMONTINA, Robison; SCHMITZ, Grazieli Ana Paula. Maria do Rosário vs. Jair Bolsonaro: uma leitura (anti) democrática do inquérito penal n. 3.9321. Espaço Jurídico Journal of Law [EJL], v. 19 n. 2 (2018). Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/17688>. Acesso em: 25 fev 2024.

DAHL, Robert A.. **Sobre a Democracia**. 1 ed. Brasília: UnB, 2001. 230 p.

DOMINGOS, João. Bolsonaro pode presidir Direitos Humanos. O Estado de S. Paulo. 12 mar. 1998. Política. p. A6.

DOWNS, Anthony. An Economic Theory of Democracy. 1957. New York: Harper & Row Publishers

ESCOSTEGUY-MEDRONHO, Adriana. Um Brasil dividido? Reflexões sobre a polarização política e social no Brasil contemporâneo. *Lua Nova* (122). 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-001041ae/122>

ESTADÃO. A História nos editoriais do 'Estadão'. 4 jan. 2025. Notícias e Editoriais. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/150-anos/opiniao-do-estadao/a-historia-nos-editoriais-do-estadao>

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 45, vol. 16, fev. 2001. p. 5-24. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/i/2001.v16n45/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FOLHA de S. Paulo. Acervo Folha. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>

FOLHA de S. Paulo. Tinoco estuda meio de processar Bolsonaro. 1 mai. 1992. Brasil. p. 1-6.

FOLHA de S. Paulo. Tinoco guincha o carro de Bolsonaro. 16 ago. 1992. Brasil. p. 1-7.

FOLHA de S. Paulo. 26 mai. No Brasil, Bolsonaro aplaude. 1993. Mundo. p. 2-11.

FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro acusa "empreiteira do Fleury". 8 out. 1993. Poder. p. 1-8.

FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro acusa Roriz de subornar deputados. 19 nov. 1993. Poder. p. 1-4.

FOLHA de S. Paulo. Osborne "não entende nada de Brasil", diz Bresser a deputados. 24 mar. 1995. Poder. p. 1-4.

FOLHA de S. Paulo. 'Gastaram chumbo', diz Bolsonaro. 26 jul. 1996. Poder. p. 1-8.

FOLHA de S. Paulo. Coronel Ubiratan deve perder a imunidade. 3 out. 1997. São Paulo. p. 3-9.

FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro critica d. Paulo na Câmara. 20 mar. 1998. Brasil. p. 2-3.

FOLHA de S. Paulo, Bolsonaro pode ser suspenso por 1 mês. 25 mai. 1999. Brasil. p. 1-21.

FOLHA de S. Paulo. Após acordo, PT reassumirá grupo de Direitos Humanos. 19 fev. 2014. Poder. p. A8.

- FOLHA de S. Paulo. Um inimigo da democracia. 14 mar. 1998. Opinião/Editoriais. p. 1-2.
- FOLHA de S. Paulo. Agressões perigosas. 24 jun. 2005. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Liberdade de agressão. 5 abr. 2011. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Em busca do novo. 30 abr. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Dilema Tucano. 9 jun. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Eleitores à deriva. 27 jun. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. A um ano do pleito. 1 out. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Falta o centro. 6 nov. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro em pauta. 13 nov. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Lula, Bolsonaro e o PIB. 3 dez. 2017. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Personalismo frágil. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Tabu estatal. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Falar sobre Bolsonaro. 10 jan. 2018. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Enrolados. 18 jan. 2018. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Desgoverno. 19 fev. 2018. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Candidatos a candidato. 25 fev. 2018. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Privatização reabilitada. 27 fev. 2018. Opinião/Editoriais. p. A2.
- FOLHA de S. Paulo. Seção Editoriais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/editoriais/> . Acesso em 10 jan. 2025.
- FOLHA de S. Paulo. Militares possuem salas no Senado 3.fev.91. Política. A-10
- FOLHA de S. Paulo. "Bolsonaro fala o que queremos ouvir". 26 jul. 1993. Política. 1-9.
- FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro defende ditadura e pode ser cassado. 25 jun. 1993. Brasil. 1-8.
- FOLHA de S. Paulo. Freire ficou na última fila. 26 jun. 1993. Brasil. 1-6.

FOLHA de S. Paulo. No Brasil, Bolsonaro aplaude. 26 mai. 1993. Mundo. 2-11.

FOLHA de S. Paulo. Itamar recebe políticos e ouve pedidos. 17 set. 1992. Brasil. 1-10.

FOLHA de S. Paulo. Tinoco estuda meio de processar Bolsonaro. 1 mai. 1991. Política. 1-6.

FOLHA de S. Paulo. Os novos congressistas. 4 fev. 1991. Política. A-8.

FOLHA de S. Paulo. FHC pede à Câmara que puna Bolsonaro. 5 jan. 2000. Brasil. p. 1-6.

FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro chama Genoio de 'delator'. 28 jan. 2000. Brasil. p. 1-5.

FOLHA de S. Paulo. Bolsonaro pede fechamento do Congresso. 24 jun. 1994. Poder. p. 1-8.

FONTES, Cida; DOMINGOS, João. Coronel que prendeu petista em 1972 é expulso da sessão. O Estado de S. Paulo. Política. p. A9.

FONTES, Cida. Na volta de Dirceu, guerra na Câmara. 23 jun. 2005. O Estado de S. Paulo. Política. p. A8.

GENNARI, Ana Júlia; ROMANCINI, Richard. Trump e Bolsonaro: trajetórias, contexto e mídia. ECCOM, v. 14, n. 27, jan./jun. 2023, Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003115540.pdf>

GOLDSTEIN, Ariel. Bolsonaro y la estrategia política de polarización: de la campaña a la presidencia. Confluências. V. 22, n.3, 2020. dez. 2020/mar. 2021. UFF. Niterói, Rio de Janeiro. p. 244-268. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/47123/27351>

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 27, ago. 2005. p. 58-78. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/download/3323/2581/>. Acesso em 22 mar. 2024.

GOMES, Janaína; CASALI, Caroline. A imagem pública de Dilma Rousseff: entre a opinião publicada em revistas e as sondagens de opinião. p. 182-205. In: **Pactos e disputas político-comunicacionais sobre a presidenta Dilma** (Org. Maria Helena Weber). 1. ed. Figura de Linguagem: Porto Alegre, 2021. 883 p.

GOMES, Marcelo. Bolsonaro força entrada e bate boca no DOI-Codi. O Estado de S. Paulo. 24 set. 2013. Política. p. A6.

GOULART, Mayra. Da Diferença à Equivalência: Hipóteses Laclauianas sobre a Trajetória Legislativa de Jair Bolsonaro. Dados. n. 67 (1), 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PD35TLXnCHDWr5LZ53hv3Vq/abstract/?lang=pt>

GUIMARÃES, Bruno de Azevedo Santana; CHAGAS, Ibraci de Alencar. A polêmica em Vargas e Bolsonaro: uma análise de pronunciamentos em 1930 e 2020. Palimpsesto, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 126–147, set. –dez. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/83074/51215>

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. Journal of Democracy. 30 (1), jan. 2019. p. 68-82. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330356311_Bolsonaro_and_Brazil's_Illiberal_Backlash

HUNTINGTON, Samuel P. **Conservatism as an Ideology**. The American Political Science Review, Washington, DC, 51, n. 2, p. 454-473, jun. 1957.

INFORMAÇÃO N.º 394. Seção de Informações S/102-A8-CIE. Centro de Inteligência do Exército (CIE), Ministério do Exército, Gabinete do Ministro. Brasília, 27 jul. 1990. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/prontuario-e-dossie-completos-sobre-jair-bolsonaro-emitido-pelo-centro-de-informacoes-do-exercito/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

IRINEU, Lucineudo Machado; SOUSA, Aline Pereira; LOPES, Francisca Natália Leite. Ideologia e discurso: a construção da polarização ideológica em falas de Jair Bolsonaro. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-18, e02204, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/3790/3155>

JORNAL DO BRASIL. Leônidas lança desafio aos que duvidam de seu comando. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 28 out. 1987. p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&pesq=Leonidas%20Pires%20Gon%C3%A7alves%20Bolsonaro&pasta=ano%20198&hf=memoria.bn.br&pagfis=214500. Acesso em: 16 jan. 2024.

JUNQUEIRA, Alfredo; BRESCIANI, Eduardo; ARRUDA, Roldão. Bolsonaro: 'Estou me lixando para gays'. Estadão. 31 mar. 2011. p. A8. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!//20110331-42898-spo-8-pol-a8-not/busca/Bolsonaro>

LE, Elisabeth. **Editorials and the power of media: Interweaving of socio-cultural identities.** Amsterdã: John Benjamins Publishing, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qd8Bq0IVD20C&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

LEAL, Luciana Nunes; TOSTA, Wilson. Um Rio de Antagonismo. Estadão. 16 set. 2014. Política. p. A10. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!//20140916-44163-nac-10-pol-a10-not>

LEITE, Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira. A normalização do discurso de Jair Bolsonaro pela mídia Mainstream brasileira. mar. 2023. Tese de doutorado. Universidade de Brasília e Université Libre de Bruxelles.

LIMA, Venício A. de. **A Mídia nas Eleições de 2006.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. 284 p.

LIMA, Venício A. de. **Mídia - Crise Política e Poder no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, 176 p.

LIMA, Venício A. de. **Mídia - Teoria e Política.** 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 365 p.

LOPES, N. de A. Opinião de imprensa: tipologias de argumentos em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo sobre a prefeitura de São Paulo entre 2013 e 2016. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo/Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-28092023-154827/publico/NadinideAlmeidaLopesOriginal.pdf>

MACHADO, Jorge; MISKOLCI Richard. Das jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, v. 9, n. 3, p. 945-970, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/q8zsjyJYW3Jf3DBFSzZJPBg/?lang=pt>

MADUEÑO, Denise. Comissão defende picaretas, diz deputado. Folha de S. Paulo. 13 mar. 1998. Brasil. p.1-10.

MANDELLI, Mariana; MOURA, Rafael Moraes. Homossexualismo: debate nas escolas é alvo de críticas. O Estado de S. Paulo. 12 mai. 2011. Geral. p. A24.

MANIN, Bernard. **Los Principios del Gobierno Representativo**. 2. ed. Alianza Editorial, 2006. 160 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418903/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Los%20Principios%20del%20gobierno%20representativo.pdf. Acesso em 22 mar. 2024.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 97, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/qFr5XPcbRDwXjhRRkxLr6Qz/>. Acesso em 30 abr. 2024.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, São Paulo, 7 out. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf. Acesso em 30 abr. 2024.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; CERVI ,Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. Perspectivas para o Jornalismo Político. In: Estudos Sobre Jornalismo Político. Capítulo IX. Francisco Paulo Jamil Marques; Emerson Urizzi Cervi; Camila Mont'Alverne; Fernanda Cassavana de Carvalho (Orgs.). 1. ed. Curitiba, CPOP, 2018. 264 p. Disponível em: https://ponte.ufpr.br/wp-content/livros/estudos_sobre_jornalismo_politico.pdf. Acesso em 2 mai. 2024.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. Revista de Economia Política, vol. 38, nº 3 (152), p. 526-547, jul.-set. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/yTJLwCYO89PVV77mJgRwGHq/?format=pdf&lang=pt>

MAYHEW, David. Congress: The Electoral Connection. Yale University Press: 1974. Disponível em <https://nowcomment.com/documents/62569>.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **O Meio são as Massa-gens**. ed. Jacarepaguá: Cia Gráfica Lux, 1969. 188p.

MEIO & MENSAGEM. Jornais: circulação digital sobe e impressa cai em 2021. *Meio & Mensagem*. 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/jornais-circulacao-digital-sobe-e-impressa-cai-e-m-2021>. Acesso em 17 jan. 2024.

MENDES, Mayara. Bolsonaro diz que Jean Wyllys trocou de lugar no avião ao saber que sentaria ao lado dele. *O Globo*. 8 abr. 2015. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-jean-wyllys-trocou-de-lugar-no-aviao-ao-saber-que-sentaria-ao-lado-dele-15815524>

MENEZES, Flávia Pereira Dias; SILVA, André Luiz. "Vultos da República" na mídia: análise discursiva das narrativas de vida de políticos. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 13-24, 2º quadrimestre de 2018.

MESSEMBERG, Débora. O “alto” e o “baixo clero” do Parlamento brasileiro. *Cadernos Aslegis*, Brasília, v. 40, p. 79-107, mai./ago. 2010. Disponível em: http://www.aslegis.org.br/files/cadernos/2010/Caderno40/08_o_alto_e_o_baixo_clero_do_parlamento_brasileiro.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GZdWQw5qbZmzfNnNhMq6j4F>. Acesso em 28 mar. 2024.

MONTEIRO, Tânia. Ministro entra em bate-boca com Bolsonaro. *O Estado de S. Paulo* 6 set. 2001. Política. p. A9.

MORAES, Thiago Perez Bernardes de; SANTOS, Romer Mottinha. Tendências de Buscas no Google por Temas de Políticas Públicas e Eleições no Brasil (2004-2013). *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 1, 123-142. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rsulacp/article/view/4344/8638>. Acesso em: 25 fev 2024.

MOTTA, Suelen Homrich. O espetáculo da política brasileira em cena: Jean Wyllys e Jair Bolsonaro. 12º interprogramas de mestrado. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. 2017.

Disponível em:
<https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2017/03/Suelen-Homrich-Motta-UFPR-Trabalho-Completo.pdf>

NASCIMENTO, Leonardo; ALECRIM, Mylena; OLIVEIRA, Jéfte; OLIVEIRA, Mariana; COSTA, Saulo. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. *Plural*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 135-171, 2018. doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2018.149019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149019/146180>

NATALI, João Batista. Folha de S. Paulo. 'Casseta' procura deus de João Alves. 7 nov. 1993. p. 1-10.

NOGUEIRA, Italo. Rio anistia R\$ 1,4 bilhão em dívidas de empresas. 12 fev. 2014. Folha de S. Paulo. Poder. p. A11.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Revista Lua Nova*, n. 44, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/abstract/?lang=pt>. Acesso 2 mai. 2024.

O GLOBO. Especialista em explosivos e filho de vítima de bomba brigam nas urnas. *O Globo*, Rio de Janeiro. 26 ago. 1988. p. 2.

O GLOBO. Quem é quem na nova bancada do Rio de Janeiro na Câmara de Deputados. 19 de outubro de 1990.

O ESTADO DE S. Paulo. Acervo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/acervo/>.

O ESTADO de S. Paulo. Deputado solta rojões em frente a hotel. 11 jun. 2013. *Esportes*. p. A21.

O ESTADO de S. Paulo. Sessão na Câmara e ato no Rio sobre 1964 acabam em tumulto. 2 abr. 2014. *Política*. p. A9.

O ESTADO de S. Paulo. Os salários dos militares. 16 abr. 1992. *Notas e informações*. p. 3.

O ESTADO de S. Paulo. Equacionar o problema militar. 19 abr. 1992. *Notas e informações*. p. 3.

- O ESTADO de S. Paulo. O drama da isonomia. 22 abr 1992. Notas e informações. p. 3.
- O ESTADO de S. Paulo. O lobby dos índios. 28 jun 1992. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Uma nova idéia "genial". 16 dez. 1992. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Dizendo a verdade. 26 jun. 1993. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Repetição que preocupa. 4 jul. 1993. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Uma CPI do suborno. 9 out. 1993. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Corporativismo militar (da reserva). 15 dez. 1993. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O ministro e o energúmeno. 25 mar. 1995. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Câmara complacente. 30 mai. 1999. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Dejetos da Democracia. 08/01/2000. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O bloco da Marcha à ré. 29 abr. 2003. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Circo na Câmara. 21 jan. 2005. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. A indicação dos juízes dos TRFs. 15 set. 2012. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. As vozes da boçalidade. 12 dez. 2014. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O direito de parlamentar. 3 jul. 2016. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. A apologia da violência. 19 mar. 2017. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O que dizem as pesquisas. 27 jun. 2017. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O reality show do PSDB. 11 nov. 2017. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. Entre o ruim e o pior. 21 nov. 2017. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O que estará em jogo em 2018. 27 nov. 2017. Notas e informações. p. 3
- O ESTADO de S. Paulo. O samba do tucano doído. 30 nov. 2017. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. Pequeno pela própria natureza. 2 dez. 2017. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. A utilidade das pesquisas. 5 dez. 2017. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. O verdadeiro trunfo eleitoral. 6 dez. 2017. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. Os desafios de Alckmin. 12 dez. 2017. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. A responsabilidade dos partidos. 3 jan. 2018. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. Um vazio a ser preenchido. 21 jan. 2018. Notas e informações. p. 3

O ESTADO de S. Paulo. Bolsonaro: 'Vão sentir saudades do Feliciano'. 8 fev. 2014. Você no Estadão.com.br. Notas e Informações. p. A3.

O ESTADO de S. Paulo. Bolsonaro defende quem prega escravidão. 14 jan. 2000. Política. p. A9.

PAINEL. Tiroteio. Folha de S. Paulo. 14 dez. 1993. 1-4.

PAINEL. Controle de Macheza. Folha de S. Paulo. 24 mai. 1997. Brasil. 4.

PAINEL. Azeitona. Folha de S. Paulo. 4 jun. 1997. Ilustrada. p. 2.

PELLIZZARI, Bruno Henrique Miniuchi; JUNIOR, Irineu Francisco Barreto. Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias. Belém, v. 5, n. 2, p. 57-73. jul-dez 2019. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/340426325_Bolhas_Sociais_e_seus_efeitos_na_Sociedade_da_Informacao_ditadura_do_algoritmo_e_entropia_na_Internet. Acesso em 3 fev 2024.

PIAIA, Victor; NUNES, Raul. Bolsonaro, entretenimento e política: uma discussão sobre normalização e projeção em programas de TV. Revista Compólitica, 12 (2), p. 87-112, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/6b290223-850f-4e21-b473-bccec8509a2/content>. Acesso em: 26 fev 2024.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; SILVA, Mayra Goulart. O Populismo de Direita no Brasil: Neoliberalismo e Autoritarismo no Governo Bolsonaro. *Mediações- Revista de Ciências Sociais*, v. 26, pp. 86-107. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/47734832/O_Populismo_de_Direita_no_Brasil_Neoliberalismo_e_Autoritarismo_no_Governo_Bolsonaro

QUEIRÓS, Francisco Aquinei Timóteo. A política-espetáculo: o jogo teatral no episódio "as cusparadas" envolvendo Jean Wyllys e Jair Bolsonaro. *Revista Tropos*, ISSN: 2358-212X, volume 6, número 1, edição de Julho de 2017.

ROCHA, Leonel. Destino de dados barra abertura de arquivos. *O Estado de S. Paulo*. 2 dez. 2004. Brasil. p. A8.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **Brasil, 1979-1989: Uma Década Perdida?**. 2003. 141 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

SÁ, Nelson de. Na TV ontem à Noite: Deu no 'New York Times'. *Folha*. 28 jul. 1993. p. 1-8.

SÁ, Nelson de. Na TV ontem à Noite: Os limites da liberdade'. *Folha*. 26 jun. 1993. p. 1-11.

SÁ, Nelson de. Na TV ontem à Noite: 'Você, aí em Brasília'. *Folha*. 25 jun. 1993. p. 1-11.

SÁ, Nelson de. Na TV ontem à Noite: Caldo de cultura. *Folha*. 25 mai. 1993. p. 1-11.

SÁ, Nelson de. Na TV ontem à Noite: Personagem. *Folha*. 15 abr. 1994. p. 1-61.

SANTOS, Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Quando a inexperiência é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política. v. 42, n. 1. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/56899>

SAYURI, Juliana. Caras e Bocas. *O Estado de S. Paulo*. 9 fev. 2014. Aliás. p. E4.

SILVA, Lucas Nascimento. Análise dialógica da argumentação polêmica: uma hipótese geral. *Entrepalavras, Fortaleza*, v. 9, n.1, p. 151-169, jan-abr/2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/46342>

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Combates na fronteira eletrônica: A internet nas eleições de 2006. In: LIMA, Venício A. de. **A Mídia nas Eleições de 2006**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. 284 p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Novas dimensões da política: Protocolos e códigos na esfera pública interconectada. *Revista de Sociologia Política*, v. 17, n. 34, p. 103-113, 2009. Curitiba. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/sxTMkF9JBDhYbr57hKCr5rR/abstract/?lang=pt>

SIMONE, José Fernando; MONTEIRO, Mariana. *Jornalismo Online - O Futuro da Informação*. ed. Rio de Janeiro: WebMeio Edições, 2001. 93 p.

TOLEDO, José Roberto de. Temer, PSDB e o anti-Lula. *Estadão*. 16 fev. 2017. Política. p. A6.

TOMAZI, Micheline Mattedi; CHILELA, Georges Bitti. A polarização discursiva entre a imprensa e o presidente Bolsonaro. *Cadernos de linguagem e sociedade*. 23 (2). 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/42676/35413>

TOURAINÉ, Alain. O campo político de FHC. *Tempo Social*; *Tempo Social*, USP, S. Paulo, 11 (2): 3-22, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GXc8TsVm9HQCCrpbT47bwDQ/?format=pdf&lang=pt>

TRIGUEIRO, Gabriel Romeiro Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 1, 2015, p. 86-107. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/issue/view/2024. Acesso em 2 mai. 2024.

VEJA. Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao. *Veja*, São Paulo, n.º 999, 28 out. 1987. p. 41. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/06/screen-shot-2018-06-21-at-9-47-50-pm.jpg?quality=70&strip=info>. Acesso em: 16 jan. 2024.

VEJA. De próprio punho. *Veja*, São Paulo, n.º 1.000, 4 nov. 1987. p. 56-57. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/06/screen-shot-2018-06-21-at-9-00-33-pm.jpg?quality=70&strip=info>. Acesso em: 16 jan. 2024.

VENCESLAU, Pedro. Cartaz contra desaparecidos irrita deputados. *O Estado de S. Paulo*. 28 mai. 2009. Nacional. p. A11.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. Revista Eco-Pós. Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 12, n. 3, p.11-26. 2009. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/929

WETERMAN, Daniel; VENCESLAU, Pedro. Com Doria, tucanos de SP decidem aguardar TSE. Estadão. 6 jun. 2017. Política. p. A6.

YOUTUBE. BOLSONARO: ENTREVISTA QUE O CQC NUNCA MOSTRARÁ. Canal Carlos Bolsonaro. Vídeo publicado em 27 nov 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JyN4hhTGdlQ>. Acesso em 02 fev. 2024.

São Carlos, 27 de maio de 2025.


Ref: Carta comprovante da versão final de
teses e dissertações.

Eu, Prof.(a) Dr.(a) **Gleidylucy Oliveira da Silva**, Orientador(a) do(a) pós-graduando(a) **André Carlos Zorzi Freire da Silveira**, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, venho por meio desta, AUTORIZAR os tramites para a homologação do(a) supracitado(a) aluno(a), ATESTO que a dissertação/tese intitulada **“DO BAIXO CLERO AO PLANALTO: CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE JAIR BOLSONARO NA IMPRENSA (1991-2018)”**, é a **versão final** com as alterações sugeridas pela Banca Examinadora, estando o arquivo tecnicamente correto em sua forma e estrutura e com os devidos agradecimentos aos órgãos de fomento à pesquisa, no caso de recebimento de bolsa e/ou financiamento.

Solicito as devidas providências para o encaminhamento em questão, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Prof(a). Dr(a). Gleidylucy Oliveira da Silva

Documento assinado digitalmente
 GLEIDYLUCY OLIVEIRA DA SILVA
Data: 28/05/2025 15:16:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura: _____